



O AI-5 E O JORNAL O DIA



Joana D'arc de Sousa Cardoso

E-book

O AI-5 E O JORNAL O DIA

1ª Edição



Autora

JOANA D'ARC DE SOUSA CARDOSO

DOI: 10.47538/AC-2026.08



Ano 2026

O AI-5 E O JORNAL O DIA

1ª Edição

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C263a

Cardoso, Joana D'Arc de Sousa
O AI-5 e o jornal O Dia [recurso eletrônico] / Joana D'Arc de Sousa Cardoso. - 1.
ed. - Natal [RN] : Amplamente, 2026.
recurso digital ; 6 MB

Formato: eletrônico
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5321-096-7 (recurso eletrônico)
DOI 10.47538/AC-2026.08

1. O Dia (Jornal) - História - Brasil. 2. Jornalismo - Aspectos políticos - Brasil. 3.
Censura - Brasil. 4. Ditadura - Brasil. 5. Livros eletrônicos. I. Título.

26-103515.0 CDD: 079.81
CDU: 070.13(81)



Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

Editora Amplamente
Empresarial Amplamente Ltda.
CNPJ: 35.719.570/0001-10
E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br
www.editoraamplamente.com
Telefone: (84) 999707-2900
Caixa Postal: 3402
CEP: 59082-971
Natal- Rio Grande do Norte – Brasil
Copyright do Texto © 2026 Os autores
Copyright da Edição © 2026 Editora Amplamente
Declaração dos autores/ Declaração da Editora: disponível em:
<https://www.amplamentecursos.com/politicas-editoriais>
Editora-Chefe: Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Assistentes Editoriais: Caroline Rodrigues de F. Fernandes; Margarete Freitas Baptista
Bibliotecária: Carla Rosa Martins Gonçalves CRB-7/4782
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Diagramação: Luciano Luan Gomes Paiva; Caroline Rodrigues de F. Fernandes
Capa: Canva®/Freepik®
Parecer e Revisão por pares: Revisores
Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).



Ano 2026

SUMÁRIO

-I-	
INTRODUÇÃO.....	14
-II-	
O REGIME CIVIL MILITAR NO BRASIL: AMARRAS E CONSEQUÊNCIAS	18
2.1 UM ATO NA HISTÓRIA: O AI-5 E A CONSOLIDAÇÃO DA MORDAÇA NA IMPRENSA BRASILEIRA E PIAUIENSE	39
-III-	
O AI-5 E A CENSURA NO JORNAL O DIA.....	59
3.1 JORNAL O DIA: 67 ANOS DE HISTÓRIA, UM TRAÇO DE SEU FAZER JORNALÍSTICO	91
3.2 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA ORAL.....	101
-IV-	
A PRODUÇÃO IDEOLÓGICA DO JORNAL O DIA APÓS O AI-5	107
4. 1 ANTIFASCISMO	126
4.2 CONSERVADOR.....	127
4.3 ANTICLERICAL.....	128
4.4 DESENVOLVIMENTISTA	129
4.5 LIBERAL E DEMOCRÁTICO	131
-V-	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
ANEXO A: ENTREVISTA COM DEUSDETH NUNES (GARRINCHA), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 10H30, NA SEDE DO JORNAL O DIA.	147
ANEXO B: ENTREVISTA COM VALMIR MIRANDA, REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 17H, NA SEDE DO JORNAL O DIA.	154
ANEXO C: ENTREVISTA CARIVALDO TEIXEIRA MARQUES, REALIZADA NO DIA 26/04/2018, NA SEDE DO JORNAL O DIA.....	158

INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar (1964-1985), instaurada por um golpe, colocou o Estado brasileiro sob o comando das Forças Armadas. A partir daí, o país sofreu diversas medidas que afetaram seriamente direitos e liberdades democráticas. Não somente a população sofreu com a estrutura governamental vivenciada no Brasil, mas a imprensa em geral, onde os veículos de comunicação foram perseguidos pela censura imposta através do Ato Institucional nº 05. A ditadura restringiu direitos básicos da liberdade de expressão, instaurou a censura prévia e, em consequência da violência do regime, acabou por provocar uma postura ainda mais cruel em profissionais da imprensa: jornalistas, por medo do que poderiam lhes acontecer, caso escrevessem algo que os censores não concordavam, se submeteram à autocensura.

Essa censura acabou entrando em definitivo na vida dos jornalistas, no dia 13 de dezembro de 1968, quando foi sancionado pelo General Artur da Costa e Silva, o Ato Institucional nº 05. O AI-5 foi um golpe dentro do golpe, por ser o mais violento decreto que ocorrera desde a instauração do governo ditatorial. Os profissionais da imprensa eram submetidos às fiscalizações diárias de agentes da censura, que se faziam presentes dentro de alguns veículos, em todo o país.

É nesse contexto histórico marcante para a imprensa brasileira que a pesquisa se volta, avaliando a atuação do jornalismo piauiense após a implantação do AI-5, tendo como objeto de estudo e pesquisa, o jornal O Dia¹, ressaltando a ideologia e a produção do jornalismo praticado pelo impresso após a implantação do ato, em dezembro de 1968, e como comparativo do desenvolvimento dos impressos no período abordaremos também as diferenças das práticas dos Jornais O Piauí e o Estado do Piauí.

A pesquisa de cunho exploratória, qualitativa, comparativo e com levantamento histórico nas análises dos impressos dos dias que sucederam ao AI-5, que vão do dia 13

¹ O Dia é o impresso mais antigo em circulação do estado, surgido em 1951, sendo primordial o resgate da sua memória e de sua historicidade para a história da imprensa piauiense.

a 31 de dezembro de 1968, avaliando as reportagens e linha ideológica política empregada pelo Jornal, no que tange seus posicionamentos políticos, através das editorias e das reportagens que remontam aos movimentos de esquerda, liderado pelo comunista Júlio Prestes, das ações do governo do Marechal da Costa e Silva, do governo do Piauí, Helvídio Nunes, do prefeito de Teresina, Cel. Jofre Castelo Branco e do posicionamento dos opositores nacionais acerca do regime, como do jornalista Carlos Lacerda, em Brasília, e os movimentos políticos que iniciavam protestos nos grandes centros urbanos.

As matérias analisadas de acordo com a escrita dos jornalistas são verificadas como norte, que podem determinar o posicionamento do Jornal. Em algumas não existem assinaturas de quem as escreveu, e vale ressaltar que o mesmo não estava nas mãos de um coronel, mas de um ex-coronel do Exército Brasileiro².

Além da análise hemerográfica, faz-se uso de entrevistas voltadas com personalidades da história do Jornal, como o atual diretor do grupo O Dia, Valmir Miranda, filho de Octávio Miranda, do jornalista Deusdeth Nunes, conhecido como o Garrincha e Carivaldo Marques, profissional mais antigo da redação do impresso.

Deusdeth Nunes, que em 1968 escrevia a coluna “*O Prego na Chuteira*”, no O Dia, e que atualmente continua escrevendo-a, foi entrevistado, tudo com a intenção de entender o funcionamento do Jornal naquele momento. Segundo o atual diretor do impresso, Octávio Miranda tinha total apreço por Garrincha, ao ponto de lhe permitir a produção da *Folha da Mãe-Ana*³, na redação do próprio Jornal e sem custos para ele.

Avaliando seu contexto histórico e sua importância para a imprensa piauiense, esta pesquisa problematiza sobre como o Jornal O Dia comportou-se após a implantação do AI-5, em dezembro de 1968, comparando a linha ideológica da sua produção anterior ao ato, assinalando ideias, linha editorial, discurso, ao qual se aponta um olhar prioritário.

²Conforme Valmir Miranda, filho do ex-proprietário do Jornal O Dia, no período analisado, e um dos entrevistados na construção dessa pesquisa, afirmou que o pai não era mais coronel, por isso na assinatura dos impressos na direção geral sempre constará o nome, Octávio Miranda.

³ O Jornal Folha da Mãe Ana foi um folhetim criado em 1968, no mês de dezembro para discorrer com humor algumas situações vividas pela sociedade piauiense, relatando de forma sátira quando da não autorização de alguma matéria à expressão: “A bola furou”. O folhetim recebeu esse nome, por conta do Jornal Folha da Manhã e era impresso na tipografia do Jornal O Dia, sem custos para o editor, Garrincha e com apoio do então proprietário Octávio Miranda.

O AI-5, que completa 50 anos de edição em 2018, deixou marcas na história da imprensa no Brasil, e em Teresina não foi diferente. Em torno da necessidade de levantar parte da história do Jornal O Dia após o ato, fez-se necessário entender como o impresso de maior circulação do período produzia conteúdo, no que tange a visão política e ideológica impregnadas nos seus jornalistas e na linha defendida pelo veículo, as editoriais sem assinaturas e muitas vezes críticas aos opositores do regime.

Este trabalho avalia o impacto da censura no jornalismo impresso possibilitando o levantamento de várias questões relevantes para a prática atualmente. A censura tem um papel importante na sociedade na representação do real e do imaginário quando caracterizados dentro da propaganda que se mostrou visível nas páginas do veículo do regime militar e de seus líderes.

O interesse em pesquisar o processo histórico de 1968 dentro do Jornal O Dia avaliando a sua produção, pós AI-5, comparando as matérias que foram feitas pelo mesmo antes do ato, analisando o fazer jornalístico e a linha ideológica política do impresso.

A pesquisa move-se pelo diálogo interdisciplinar entre áreas de história e comunicação social. Enquanto historiadora, pós-graduanda em história sociocultural e estudante de comunicação social, o momento foi de análises das reportagens e dos editoriais que se seguem após o AI-5 no Jornal O Dia, onde foram verificadas para estabelecer a linha ideológica do impresso após o momento de turbulência para os meios de comunicação, comparando as mesmas temáticas de reportagens e divulgações em outros impressos do período.

Por isso, fez-se necessário uma nova história, no que concerne a mudança de postura do jornal (na época tendo como proprietário um ex- militar do Exército Brasileiro), que na maioria das vezes só copiava e reconstruía as ideias de governabilidade do presidente Da Costa e Silva, do governador do Piauí, Helvídio Nunes e do prefeito da capital, Cel. Jofre Oliveira. Houve uma necessidade de assinalar a identidade ideológica do Jornal O Dia, criando uma identidade no que tange o discurso e a forma como o veículo se comportou no momento mais difícil para a imprensa do país.

Nesse aspecto é importante ressaltar que várias áreas se utilizam da memória e da história, e o jornalismo nessa linha de pesquisa tem seu papel na divulgação e preservação dos discursos. Para Jacques Le Goff (1996, p. 426), o estudo da memória social é um dos

meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história. Para reconstrução dessa memória, foram investigados textos jornalísticos aqui tratados como documentos a serem investigados, assim como os documentos gerados a partir de entrevistas, a partir da metodologia da história oral.

A pesquisa faz uma ponte entre os métodos históricos e também jornalísticos, utilizando os jornais impressos e publicados do veículo analisado, entre os meses de dezembro de 1968 e janeiro de 1969, em Teresina, além dos relatos orais de pessoas que conviveram no período e jornalistas que trabalhavam no veículo, nos anos em destaque.

As entrevistas são alguns meios para conseguir informações, pois recorre também à memória individual para se chegar ao fim da análise e do estudo, pois observa o contexto de determinados momentos e vivências, além de situar o leitor do fato noticiado.

Como fonte histórica, o jornalismo passou a ser analisado dentro das suas características de produção textual, principalmente nos impressos, que elencavam matérias de cunho social e político, onde as áreas de ciências humanas e sociais aplicadas foram indispensáveis para o aprofundamento da pesquisa.

A interação entre os campos historiográficos e jornalísticos é bastante produtiva, contudo, lacunar. Frente às dificuldades, por conta dos acervos e a não digitalização de documentos e jornais como forma de preservação de história e memória dos meios, muito ainda tem-se que se pesquisar, historicizar e reconstruir.

-II-

**O REGIME CIVIL MILITAR NO BRASIL: AMARRAS E
CONSEQUÊNCIAS**

O regime civil militar no Brasil foi um período que se estendeu do dia 31 de março de 1964, quando João Goulart foi deposto e assumiu em seu lugar o Marechal Castelo Branco, até o dia 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo Neves (PMDB) foi eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional, substituindo o General Figueiredo (PSD). Segundo REIS (2014, p. 174), Jânio Quadros havia sido eleito para presidente da República, na eleição de 1960, mas não obteve sucesso em fazer o seu vice, cargo que era votado em separado. Para o autor a situação era delicada, tendo em vista que o seu vice era de esquerda e os dois não possuíam afinidades ideológicas políticas.

Entretanto, a ala conservadora das Forças Armadas queria que o presidente em exercício, o presidente da Câmara Ranieri Mazzilli, convocasse novas eleições num prazo de sessenta dias para evitar a posse de Jango. Mazzilli, que integrava o grupo dos defensores da ordem constitucional, rejeitou a proposta. (Nemi, 2014, p. 174)

Jânio Quadros foi eleito com uma campanha que idealizava o combate à inflação e à corrupção e conforme sinalizou Reis (2014, 173), com a proposta de acabar a dívida externa. Seu governo teve início no dia 31 de janeiro de 1961, e se estendeu até o mês de agosto de 1964, quando escreveu uma carta ao Congresso, renunciando ao mandato.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

As Congresso Nacional.

Nesta data, e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça, as cópias de meu ato, renúncio ao mandato de Presidente da República.

Brasília, 25-8-61. | Ucray

Imagem 1: Carta de Renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961.⁴

A crise entre o presidente e a ala conservadora da administração aumentou por conta da condecoração dada ao líder da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara⁵. Perseguido pelos opositores, o então presidente encaminhou uma carta para o Congresso renunciando ao mandato. Foi um passo para a tomada do poder pelos militares, que alegariam mais tarde estarem impondo a ordem e impedindo a instauração do comunismo no país.

João Goulart foi deposto no dia 31 de março de 1964, no qual o Brasil ficou sob a jurisdição administrativa de uma junta militar. Isso até a posse do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no dia 11 de abril.

⁴ Carta de Renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Disponível em: <<http://fpjq.org.br/2018/03/02/carta-de-renuncia-de-janio-quadros-ao-congresso-nacional>>. Acesso dia 20.04.2018. Às 15h38.

⁵ O líder da revolução Cubana foi condecorado no Brasil, com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, comenda oferecida pelo presidente da República a personalidades estrangeiras. (Reis, 2014, p. 174)

Durante esse período ditatorial houve um forte sistema centralista e autoritário, que acabou retirando garantias democráticas, quando executavam a cassação dos direitos políticos de todos aqueles que se opunham ao governo (parlamentares, governadores), de ativistas ligados aos movimentos estudantis e sociais, além de sindicalistas, por um período de 10 anos, violando a liberdade individual dos cidadãos, disposta no artigo 144 e 150 da Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967. (Brasil, 1967)⁶

No dia 09 de abril de 1964 foi publicado o primeiro Ato Institucional (AI) pelos militares, precisamente pelo General Artur Da Costa e Silva, que cassou os mandatos de parlamentares, governadores, e os direitos políticos deles, por 10 anos. No dia 11 de abril, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, foi eleito de forma indireta presidente do Brasil.

Segundo Nemi (2014, p. 196), “a justificativa para a cassação dos políticos era combater a ameaça comunista e a subversão”. Além disso, o ato permitia a aprovação de projetos de lei por decurso de prazo⁷, iniciando aí um enfraquecimento do Congresso, que perdia as forças de protestar e contestar os atos. Por isso foi implantada a Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como objetivo identificar e prender os opositores do regime⁸.

O comando do Brasil estava com o Marechal Castello Branco, primeiro presidente do regime militar, sendo eleito no dia 15 de abril de 1964, com a missão de fazer reformas e desenvolver o capitalismo brasileiro, além de conter a “ameaça comunista”.

Os que tomaram o poder em 31 de março de 1964, publicaram em 9 de abril, o Ato Institucional nº 1, texto que definiu como “Revolução” o golpe inaugural da ditadura civil militar em 1964:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

⁶ Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em 27.06.2018. Às 18h13.

⁷ Isso fazia com que os projetos do Poder Executivo que não fossem votados em trinta dias entrassem em vigor automaticamente. (Nemi, 2014, p. 196).

⁸ Nessa época o Congresso divulgou a lista de cassações no Congresso Nacional com 50 deputados, entre os quais 18 do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e nenhum da União Democrática Nacional (UDN), além de demitir 1.400 pessoas da administração pública e 1.200 militares. Políticos com posições nacionalistas e com visões esquerdistas foram afastados de seus cargos. Leonel Brizola, João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, foram cassados. (Nemi, 2014, p. 196).

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não ao interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação (Brasil, 1964)⁹.

O AI 1 trazia, em seu texto, que em dois anos as normalidades políticas e jurídicas no país seriam retomadas. Mas as medidas centralizadoras e antidemocráticas mostraram que o regime se preparava para ficar no poder por um período maior. Novos atos foram publicados de acordo com a necessidade do regime em se perpetuar. No dia 27 de outubro de 1965 foi publicado o AI-2, que cassou a existência dos partidos então existentes:

O regime extinguiu todos os partidos políticos, autorizando a existência de apenas dois: A Aliança Renovadora Nacional (Arena), dominada pelos udenistas, que apoiava o governo militar, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), formado por remanescentes do PTB e parte do PSD, de oposição. Nas eleições legislativas do ano seguinte, grande parte do eleitorado votou nulo, como forma de protesto. A Arena obteve ampla maioria no Congresso Nacional, cerca de 64% válidos. (Vainfas et al 2014, p. 221).

Com o bipartidarismo instaurado no país, a situação democrática era de completo domínio de duas alas políticas. Isso trazia uma instabilidade entre os políticos, tendo em vista, que aqueles que não tivessem em nenhum dos partidos homologados, deveria aderir a um deles, para somente ou a partir daí continuar em suas defesas ideológicas, no executivo ou legislativo.

Isso piorou quando ocorreram as eleições estaduais, no qual a população se revoltou com esse modelo e derrotou os candidatos governistas em estados importantes do país, dando vitória aos opositoristas.

Nas eleições para governadores e vice-governadores, em 1966, os candidatos governistas foram derrotados em estados importantes. Em função disso, foi promulgado o AI-3, que suspendeu as eleições diretas para governadores e vices, que passaram a ser eleitos pelas Assembleias Legislativas (Nemi, 2014, p. 198).

O Ato Institucional nº 3, foi outorgado no dia 5 de fevereiro de 1966, no qual estendeu as eleições indiretas aos governos estaduais. Nesse caso os governadores tinham

⁹BRASIL, 1964. **ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964.**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em Maio de 2018.

plenos poderes para nomear os prefeitos das capitais dos estados brasileiros, consolidando as eleições indiretas no Brasil.

Em dezembro de 1967, foi instaurado o AI-4, que fechou o Congresso e determinou regras para a aprovação da nova constituição, votada em janeiro de 1967. Esse ato estabeleceu a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, sem o processo de reeleição¹⁰.

No dia 09 de fevereiro do mesmo ano, no mês seguinte ao da promulgação da Constituição, foi sancionada a Lei 5.220/67, (Brasil, 1967)¹¹, que regulava a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Embora o Art. 1º da Lei 5.220/67 contenha a previsão de que “é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer”, os fatos mostravam que o regime militar acirrava os mecanismos de controle e repressão aos que discordassem da ordem instituída. Além disso, a referida lei previa duras penas, inclusive de prisão, aos que praticassem abusos no exercício da liberdade de expressão. De forma subjetiva, a lei estabelecia que era crime com possibilidade de punição de um a quatro anos de detenção “fazer propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social” (Art. 14).

A Lei de Imprensa de 1967 previa punição ainda maior, de um a seis anos, para os que fossem condenados por “publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados” (Art. 16) que provocassem “perturbação da ordem pública ou alarma social” (inciso I), “desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica” (II), “prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município” (III) e “sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro” (IV). Diante de um Estado completamente dominado pelas forças que fizeram o golpe de 1964, não é difícil imaginar que a Lei de Imprensa de 1967 servisse para tentativa de intimidação e punição aos que, através dos meios de comunicação, divulgassem

¹⁰ Nesse período o regime se voltou contra artistas, intelectuais e jornalistas. Publicações, músicas e peças de teatro foram proibidas. Os opositores ao regime eram indiciados em inquéritos policial-militares (IPMs). (Vainfas et al 2014, p. 221).

¹¹ Brasil, 1967. **Lei 5.220/67**, sancionada no dia 09 de fevereiro de 1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5250.htm> Acesso em 27.06.2018. Às 18h19.

informações consideradas pelo regime como favoráveis aos “subversivos” ou contra a ordem pública. A pedido do Ministério Público, ou por vontade própria (de ofício), a Justiça estava autorizada pela Lei de Imprensa a determinar “apreensão os impressos que: I - contiverem propaganda de guerra ou de preconceitos de raça ou de classe, bem como os que promoverem incitamento à subversão da ordem política e social. II - ofenderem a moral pública e os bons costumes” (Art. 61). Curiosamente a Lei de Imprensa, este “entulho autoritário” aprovado nos em que o regime militar se tornou ainda mais violento, vigorou até o ano de 2009, após ser considerado inconstitucional (não compatível com a Constituição Federal de 1988), pelo Supremo Tribunal Federal.

O sucessor de Castello Branco, o Marechal Da Costa e Silva assumiu o comando do país no dia 15 de março de 1967 e governou até 31 de agosto de 1969, consolidando a força dos militares na administração do país. Castello Branco justificava o governo dos militares como sendo “em nome da democracia” e que seu objetivo seria salvar o país do perigo comunista¹². Consolidava-se no Brasil um regime autoritário. Diante da insatisfação popular com a crise econômica era notório que os militares passariam a usar o momento para justificar a tomada do poder. Isso impactou na produção jornalística a partir do momento em que os profissionais não poderiam noticiar de forma livre, dependiam da autorização do que podia ou não ser publicado, de acordo com os censores que todos os dias se faziam presentes na portaria do veículo.

Da Costa e Silva, assumiu o país numa situação delicada, tendo em vista a insatisfação dos parceiros comerciais do Brasil, como os Estados Unidos estarem descontentes com a presença de comunistas no país, como a condecoração concedida ao líder da revolução cubana, Ernesto Che Guevara, e a aproximação com a União Soviética, tendo em vista os conceitos arraigados desde a Guerra Fria e as disputas entre os blocos socialista e capitalista. E para piorar, sofreu um derrame, o que o levou a se afastar para tratamento da doença e se reestabelecer para retornar ao comando nacional. A ditadura se consolidou e o governo lançou mais um ato que restringiu a liberdade da imprensa e direitos políticos¹³.

¹² Ao mesmo tempo, falava em nome de uma revolução, ao reprimir a oposição, tolher os direitos políticos, censurar as artes e prender pessoas por motivos ideológicos. (Vainfas et al 2014, p. 221).

¹³ Considerado na história como o momento da “linha dura no poder” ou “anos de chumbo” do regime (Abril, 2014, p. 26).

O AI-5 foi sancionado no dia 13 de dezembro de 1968, pelo ex-ministro da Guerra do presidente Marechal Castelo Branco, General Da Costa e Silva, em resposta às ações de Moreira Alves, que convocou na tribuna da câmara federal os movimentos estudantis para boicotar o desfile de 7 de setembro. A fala de Moreira Alves apenas dava visibilidade às crescentes mobilizações políticas que questionavam o golpe.

Da Costa e Silva, assumiu o governo brasileiro, precisamente no dia 15 de março de 1967. A partir daí, os militares mostraram com mais evidência ao povo brasileiro que não aceitariam opositoristas ao regime e que poderiam agir com força caso houvesse manifestações nas ruas, jornais, revistas e outros veículos. A imprensa passou a ser censurada frequentemente, através dos mecanismos estabelecidos pela Polícia Federal, com os censores presentes em algumas redações, principalmente na região sudeste, e os jornalistas não podiam divulgar os abusos praticados pelo governo. Pior do que a situação da conjuntura política foi o alinhamento que o país fez com os Estados Unidos, afunilando acordos com o Fundo Monetário Internacional, para sanar as dívidas do setor público. A inflação, nesse período, segundo Delfim Netto (1967, p. 3) era percebida como algo perplexo e sem controle, o que necessitaria de intervenção no sistema financeiro para manter o valor da moeda estável. “Na verdade, a inflação de custos estava latente na economia, porém oculta pelo crescimento da demanda, e somente emergiu quando foi feito o controle da demanda”. Além dessa análise, o economista sinalizava na gestão de Da Costa e Silva, os problemas inflacionários que afetavam os preços e a população brasileira, levando o Brasil a priorizar a estabilização do crescimento industrial em longo prazo, buscar uma desinflação progressiva e retomada do crescimento, cortando gastos do setor público, reduzindo o déficit orçamentário, disciplina monetária e manutenção da política salarial, que não agradava os trabalhadores.

Atualmente é difícil aceitar-se que um excesso de demanda possa ser a explicação única para a inflação brasileira. A existência simultânea de elevação geral de preços e estagnação demonstra uma inconsistência no diagnóstico da inflação de demanda, cuja característica principal seria o aumento de preços acompanhado de níveis elevados de utilização da capacidade produtiva. (Delfim, 1967, p. 2).

Conforme Rêgo (2016) é certo que a imprensa brasileira, em sua maioria, apoiou o golpe de 1964 e ofereceu sustentação ao início do governo do Marechal Humberto Castelo Branco. Entretanto, “algum tempo depois, isso varia de veículo, a posição da

imprensa começa a mudar, diante das primeiras medidas adotadas pelos militares, como a censura aos meios de comunicação, a perseguição a lideranças políticas, intelectuais e líderes sindicais” (Rêgo, p. 32). No entanto, órgãos da imprensa nacional continuaram apoiando outros presidentes e seus respectivos atos, principalmente o General da Costa e Silva, responsável pelo ato mais severo às liberdades políticas e, conseqüentemente, de imprensa.

Para Godinho (2004, p. 21), a censura produzida após o golpe “diminuiu de intensidade do meio para o fim do governo Geisel”. Para o autor o Brasil e os jornalistas devem a João Figueiredo o tiro de misericórdia no monstro escatológico que, durante um decênio, impediu aos brasileiros o acesso à informação honesta e verdadeira, quando avaliamos o tempo de permanência do AI-5.

Embora o AI-5 seja a expressão mais concreta do acirramento do regime militar pós-64 contra os direitos democráticos, é necessário dizer o texto do Ato Institucional menciona diretamente termos como censura, liberdade de expressão, de pensamento, de opinião. Aliás, os outros AIs anteriores igualmente não abordam explicitamente qualquer restrição à liberdade de expressão e informação. No artigo 9º, no entanto, o AI-5 as medidas coercitivas típicas de um país em estado de sítio, como previsto no Art. 152 da Constituição Federal de 1967, é que possibilitam a censura a partir de 1968, conforme será citado textualmente, em outro momento deste capítulo da monografia.

A censura em tempos de paz e normalidade jurídica estava proibida na Constituição Federal de 1946 (promulgada durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra), “salvo quanto a espetáculos e diversões”. O espírito desta legislação esta que fora mantida em grande parte pelo regime militar até a promulgação da carta magna de 1967, conforme se abordará mais adiante.

Membro das Forças Armadas que participou de ministério do Estado Novo (1937-1945), governo ditatorial varguista, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente do Brasil em 1945, assumindo em 1946, quando foi promulgada a Constituição Federal. Dizia o Art 141, § 5º daquele texto constitucional:

É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe. (Brasil, 1946)¹⁴.

A Constituição de 1946 fazia grande reformulação da política do Estado Novo quanto ao cerceamento das liberdades de manifestação do pensamento e de atividades da imprensa, e embora se desse em momento de abertura democrática pós-ditadura de Getúlio Vargas, a nova Lei Maior trazia, como se viu acima, termos subjetivos como não tolerância à propaganda de guerra ou de movimentos subversivos que ameaçassem a ordem estabelecida.

A Constituição de 1937, do Estado Novo, porém, era bastante explícita no que se refere às limitações, as garantias individuais e direitos democráticos como manifestação de opinião e direitos plenos de liberdade de funcionamento dos meios de comunicação. Ao decretar “Estado de Emergência”, a partir do Art. 186, Vargas estava autorizado a fazer a “censura da correspondência e de todas as comunicações orais e escritas” e “suspensão da liberdade de reunião”, conforme previstas no Art. 168, respectivamente, Alíneas “b” e “c” da Constituição.

Embora um tanto quanto longo, julga-se necessário aqui citar parte do texto constitucional pertinente aos direitos e garantias individuais propriamente ditos, mais especificamente o Art. 122 da Constituição de 1937 que estabelecia:

Todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei.

A lei pode prescrever:

a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação; [...]

A imprensa reger-se-á por lei especial, de acordo com os seguintes princípios:

- a) a imprensa exerce uma função de caráter público;
- b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei;
- c) é assegurado a todo cidadão o direito de fazer inserir gratuitamente nos jornais que o informarem ou injuriarem, resposta, defesa ou retificação;

¹⁴BRASIL, 1946. Constituição Federal de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 28.06.2018. Às 06h44.

- d) é proibido o anonimato;
- e) a responsabilidade se tornará efetiva por pena de prisão contra o diretor responsável e pena pecuniária aplicada à empresa;
- f) as máquinas, caracteres e outros objetos tipográficos utilizados na impressão do jornal constituem garantia do pagamento da multa, reparação ou indenização, e das despesas com o processo nas condenações pronunciadas por delito de imprensa, excluídos os privilégios eventuais derivados do contrato de trabalho da empresa jornalística com os seus empregados. A garantia poderá ser substituída por uma caução depositada no princípio de cada ano e arbitrada pela autoridade competente, de acordo com a natureza, a importância e a circulação do jornal; (Brasil, 1937)¹⁵.

Ao citar estes elementos do Estado Novo, fica mais evidente que as medidas antidemocráticas, que atentaram contra as liberdades democráticas do governo pós-1964 representavam verdadeiras “continuidades” do aspecto autoritário e ditatorial de Vargas que dissolveu o Congresso, assembleias legislativas e câmaras municipais ao outorgar a Constituição de 1937. Tal legislação dava ao Presidente da República o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União, dentre eles os relacionados à imprensa, teatro e radiodifusão, ressaltando-se que naquele momento o rádio despontava como veículo de comunicação de massa, sendo um dos setores de maior atenção do governo.

Ainda sobre os momentos autoritários antecedentes que se fariam ressoar no regime ditatorial de 1964, indispensável citar que no processo de endurecimento do Estado Novo, Vargas assinou o Decreto Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, onde criava o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Esta espécie de ministério tinha por finalidade:

- a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional;
- b) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;
- c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei; [...]
- q) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada,

¹⁵BRASIL, 1937. **CONSTITUIÇÃO DE 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em 28.06.2018 às 11:00.

a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos¹⁶. (Brasil, 1939)

Por fim, ainda por considerar o Estado Novo como gerador de ideias e ações que tiveram peso no processo de restrição e ou impedimento às liberdades democráticas com o golpe de 1964, é importante trazer parte do Regimento do DIP, regulamentação que foi assinada por Vargas dois dias após a criação do Departamento. Com o Decreto Lei 5.077/39, estabeleciam-se as competências de divisões e órgão do DIP, dentre os quais destacamos:

Art. 6º À Divisão de Divulgação compete:

- a) a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras;
- b) interditar livros e publicações que atentem contra o crédito do país e suas instituições, e contra a moral;
- c) combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional;

Art. 7º À Divisão de Rádio-difusão compete:

- a) levar aos ouvintes radiofônicos nacionais e estrangeiros, por intermédio da Rádio-difusão oficial, tudo o que possa fixar-lhes a atenção sobre as atividades brasileiras em todos os domínios do conhecimento humano;
- b) promover a cooperação da União, dos Estados, dos Municípios e dos particulares, de modo a generalizar e difundir o uso do rádio nas escolas e estabelecimentos industriais e agrícolas.
- c) fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras para serem musicadas;¹⁷

A ditadura civil-militar instaurada em 1964 representou justamente a retomada do espírito autoritário e antidemocrático do Estado Novo, com a violenta destituição de um governo eleito por voto popular e o fim de inúmeros direitos políticos. Mas pelo menos formalmente a Constituição Federal criada no momento de recrudescimento do regime, em 1967, parecia querer preservar uma imagem democrática do mesmo sentido da Carta Magna anterior (1946), que asseguraria direitos e garantias individuais como o de manifestação de pensamento, mantendo a ressalva de existir censura em produções culturais:

¹⁶BRASIL, 1939. **DECRETO-LEI Nº 1.915, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1939**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28.06.2018 às 11:02.

¹⁷ IBID.

Artigo 150, § 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe¹⁸. (Brasil, 1967)

Porém, há que se destacar que a partir da edição do AI-5, em 1968, em resposta ao crescimento das mobilizações sociais que questionavam o regime, as medidas que atacavam diretamente os direitos políticos e a liberdade de manifestação do pensamento se sucederam de forma mais evidente. Primeiro com a criação da Lei de Segurança Nacional, em 29 de setembro de 1969, e posteriormente com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

É possível constatar mais nitidamente a ligação da prática autoritária deste período com experiência anterior no poder central brasileiro, igualmente ditatorial, do Estado Novo, a partir de textos como o que definia os crimes contra a Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969). Tal medida dava ênfase e complementavam o sentido intimidador da Lei de Imprensa de 1967, tornando passível de prisão os que fossem considerados estimuladores de indisposições políticas contra o regime:

Art. 16. Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas:

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos.

§ 1º Se a divulgação provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil:

Pena: detenção, de 2 a 5 anos.

§ 2º Se a responsabilidade pela divulgação couber a diretor ou responsável pelo jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão será, também, imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do salário-mínimo vigente na localidade, à época do fato, elevada ao dobro, na hipótese do parágrafo anterior [...] (Brasil, 1969)¹⁹

¹⁸BRASIL, 1967. LEI No 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5250.htm>. Acesso em 28.06.2018 às 11:08.

¹⁹BRASIL, 1969. **Decreto-Lei nº 898**, de 29 de Setembro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28.06.2018 às 22:08.

Ao que se deduz, derivada do mesmo espírito do Decreto-Lei 898/69, sobre aplicação da Lei de Segurança Nacional, veio a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, que alterou não somente a ordem do artigo constitucional de 1967 de que tratava sobre manifestação do pensamento (de 150 para 153), mas também o conteúdo dele:

Art. 153 § 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. (BRASIL, 1969)²⁰.

Por sua vez, o novo Art. 153 provocou a publicação de uma regulamentação ainda mais rígida que traria de volta o artifício legal da censura prévia, mesmo em tempos que não fossem considerados de guerra ou estado de emergência ou de sítio. Para publicar o Decreto-Lei 1077, de 26 de janeiro de 1970, o regime militar sob o comando de Emílio Garrastazu Médici, utilizava o argumento de que estava preservando a instituição família e a consciência da juventude. A justificativa do Decreto afirmava que ao mesmo tempo o regime estava lutando contra os que colocavam em prática um plano subversivo, pondo em risco a segurança nacional, ao se atentar, através dos meios de comunicação, contra a moral e os bons costumes, contra o “amor livre”, como consta nas considerações anteriores ao texto dos artigos do Decreto:

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

²⁰ BRASIL, 1969. **Decreto-Lei nº 898**, de 29 de Setembro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28.06.2018 às 11:06

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;
CONSIDERANDO que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional. (BRASIL, 1970)²¹

O que para muitos seria algo passageiro passou a durar mais do que o normal para a população. Devido à forma como estavam conduzindo o governo, com violência, repressão, os militares passaram a ser mais questionados. No auge das tormentas à imprensa, às liberdades individuais, a opressão e as amarras e mordanças para os esquerdistas, setor de empresários, intelectuais, artistas se uniram em protestos contra o regime. Nesse período de intensas movimentações e efervescência no Brasil, apareceu o slogan: “Ame-o ou deixe-o”²², onde o governo mandava uma direta ao povo, insinuando que aqueles que não tivessem contentes com a administração nacional, que saísse do país.

As principais correntes dessa época, segundo Codato (2004), foram os sorbone, os castelistas, formados por membros da Escola Superior de Guerra (ESG) e os albuquerdistas, os palacianos e os que defendiam a linha dura, liderados pelo Marechal Costa e Silva.

Dentre essas forças políticas os que mais detinham respaldo nos governos e nas decisões administrativas do país, eram os castelistas, liderados pelas ideias de Castelo Branco, e os de linha dura, conservadores sob a batuta de Da Costa e Silva.

O grupo linha dura esperava que a ditadura iniciada ainda em 1964, endurecesse sua forma de administrar o país. Mesmo com as disputas internas entre os militares, nenhum dos grupos possuía um plano governamental e um modelo de gestão para o Brasil. Tanto que pós 1964, o país só vai melhorar no plano econômico, em 1970. As duas correntes ideológicas militares só possuíam um objetivo em comum: derrubar os

²¹ BRASIL, 1970. **Decreto-lei nº 1.077**, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm> Acesso em 28.06.2018. Às 06h39.

²² Expressão criada por Emílio Garrastazu Médici. O seu governo ficou conhecido como "os anos negros da ditadura", subsequentes ao AI-5. O tricampeonato mundial de futebol marcou o governo do "milagre econômico", cujos índices econômicos começaram a declinar em 1973 com a crise do petróleo. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1969.shtml>>. Acesso dia 19.04.2018. Às 18h35).

grupos e opositoristas ao regime e para isso criou na população um sentimento de pânico, com o discurso de que estes seriam perigosos e subversivos.

Enquanto o Regime se consolidava na sociedade brasileira, grupos descontentes começavam a protestar contra o sistema opressor impetrado pelo governo, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), feministas, comerciantes, industriais que almejavam a extinção e o retorno da democracia. As expressões mais conhecidas foi a do “Dia do Luto”, em consequência à morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, a Passeata dos Cem Mil etc.

Os militares buscavam unidade dentro das forças armadas para obter sustentação ao regime. Tudo por conta dos enormes conflitos ideológicos entre a “linha dura e os moderados”. Sendo que a linha dura teve um papel de execução do projeto repressivo, saindo de grupo de pressão para o embate, contra o que rotulavam de subversivos. Esse mesmo grupo conseguiu impor no governo de Castelo Branco, o AI-2, abrindo punições aos responsáveis por quaisquer atos de revoltas.

Com a linha dura no poder foi o momento de criar uma polícia política, um sistema de segurança interna, ampliação da prática de espionagem, confisco de bens de funcionários públicos julgados corruptos, censura à imprensa, a políticos, peças teatrais, cinemas, tv, etc.

Durante o processo de repressão à imprensa os programas de auditórios também foram fiscalizados pelos censores. Alguns faziam questão de assistir os programas no próprio local de gravação, como no Programa do apresentador Chacrinha, inúmeras vezes. Este, por sinal, foi preso, em 1980, por desacato a uma censora.

A Tv Globo, por sua vez, como muitos veículos colaboravam com o Regime e fazia o que a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) determinava. Todavia, a emissora tentava obter com inúmeros pedidos uma maior liberdade para a oposição de sua programação.

A discurso da “moralização” da sociedade brasileira só demonstrava as características do modelo administrativo do país e em Teresina não seria diferente. O que não era moral para os censores, era subversivo, mostrando a decadência das ações do povo. Para o Regime, tudo o que subentendesse mensagem subliminar e que poderia conter cenas imorais, de adultério, consolidavam como males irreparáveis aos valores

cristãos. Isso só acena para um momento de intensidade da Igreja Católica e de doutrinação para com o povo brasileiro. Nesse momento as cartas de denúncias, produzidas pela população, passaram a existir como enxurradas, denunciando programas, novelas, peças teatrais, impressões de livros, professores etc.

O Regime proporcionou mudanças sociais no Brasil, provocadas pelo medo, pânico das punições que poderiam ser geradas a cada cidadão que demonstrasse descontentamento com o modelo administrativo vigente. No governo de Garrastazu Médici, precisamente em 1970, com o decreto lei nº 1.077, a censura penetrou nas escolas, os livros didáticos passaram a ser verificados e caso apresentassem qualquer sinal de desvio de conduta, e fossem contra os valores pregados de “bons modos e costumes”, seriam recolhidos.

O decreto assinado no dia 26 de janeiro, de 1970; 149º da Independência e 82º da República, assombrava os educadores pelo país:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação. Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior. Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo. Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei. Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal: I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos); II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa. Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão. Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo. Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Brasil, 1970)²³.

²³ BRASIL, 1970 op. Cit.

O Jornal Opinião²⁴, em 1973, foi tão fiscalizado, que o ministro aposentado Adauto Lúcio Cardoso²⁵, entrou com uma ação e comprou a briga do impresso. Na ação pediu que o Tribunal Federal de Recursos revisse a censura praticada ao mesmo.

A resposta foi imediata, conforme sinaliza Bahia (2009, p. 318): “Com base no artigo 9. Do AI-5 que faculta ao presidente da República o recurso das medidas coercitivas do estado de sítio: “suspensão da liberdade de reunião e associação” e a “censura da correspondência, da imprensa das telecomunicações e diversões públicas”.

O Supremo Tribunal Federal (STF) ficou de mãos atadas e muitos dos veículos de comunicação que impetravam ações ao referido órgão, contra o excesso de censura, não tinham o que comemorar. Diante do Regime, os ministros do Supremo preferiram se calar, ao que eles chamavam de Poder Revolucionário, conforme sinalizam os Jornais impressos pelo Brasil. Isso fez com que a imprensa ficasse sem ter pra quem recorrer, pois diante do excesso de censura, o órgão superior que poderia julgar esses desmandos dos agentes da Polícia Federal ficava impedido de trabalhar.

O discurso de prosperidade econômica foi abraçado por muitos jornais, espalhados pelo Brasil e a maioria dos que trouxeram em capas a tomada do poder pelos militares, mostravam claramente seu apoio ao Regime.

²⁴ Foi um semanário brasileiro que circulou entre 23 de outubro de 1972 e 8 de abril de 1977. Chegou a atingir a tiragem de 38 mil exemplares semanais em seu primeiro ano, aproximando-se à tiragem da revista *Veja*, tamanha sua repercussão no cenário nacional. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Opini%C3%A3o_\(jornal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Opini%C3%A3o_(jornal))>. Acesso dia 20.04.2018. Às 16h25).

²⁵ Foi um jurista brasileiro, presidente da Câmara dos Deputados e ministro do Supremo Tribunal Federal. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Adauto_L%C3%BAcio_Cardoso>. Acesso dia 20.04.2018. Às 16h28).



Imagem 2: Diário de Notícias (Rio), quinta-feira, 2 de abril de 1964. Por Mário Magalhães, em 31 de março de 2014.²⁶



Imagem 3: Folha de S. Paulo, terça-feira, 2 de abril de 1964. Por Mário Magalhães, em 31 de março, de 2014.²⁷

²⁶Diário de Notícias (Rio), quinta-feira, 2 de abril de 1964. Por Mário Magalhães, em 31 de março de 2014. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/?cmpid=copiaecola>>. Acesso dia 20.04.2018. Às 16h38.

²⁷Folha de S. Paulo, terça-feira, 2 de abril de 1964. Por Mário Magalhães, em 31 de março, de 2014. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe>> Acesso em 20.04.2018. Às 16h47.



Imagem 4: Jornal do Brasil (Rio), quarta-feira, 1º de abril de 1964. Por Mário Magalhães, em 31 de março, de 2014.²⁸

O apoio ao plano de golpe militar foi demonstrado na Marcha da Família, realizada no dia 19 de março, de 1964, quando 500 mil pessoas protestaram contra esse discurso, de que os militares naquele momento seriam a solução para os problemas sociais vividos pelo Brasil, movidas pela ideia de que o país pudesse se transformar numa nação comunista. Alegavam a classe média que as reformas de base prejudicariam setores já privilegiados e os empresários não abririam mão dos privilégios e dos benefícios já conquistados até então.

²⁸**Jornal do Brasil** (Rio), quarta-feira, 1º de abril de 1964. Por Mário Magalhães, em 31 de março, de 2014. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe>> Acesso dia 20.04.2018. Às 16h48.



Imagem 5: Jornal do Brasil. Sexta-feira, 13 de março de 1964²⁹.

O governo de João Goulart, que deu seguimento ao de Jânio Quadros, na época tinha uma aceitação popular de 76%, e defendia a reforma agrária no país. Mas a alta popularidade não foi suficiente para os articuladores da linha de Castelo Branco (conservadores) planejarem e tomarem o poder. No dia 02 de abril de 1964, na madrugada, o então presidente foi destituído pelo Congresso e assumiu o seu lugar o presidente da Câmara, Ranieri Mazilli, que nem tomou posse como deveria, porque no dia 09 de abril, o “Comando Supremo da Revolução”, editou o estado de exceção e outorgaram o AI-1, cassando os direitos políticos dos deputados e senadores. No dia 15, Castelo Branco assumia a presidência da República.

Enquanto o Regime se consolidava, O Jornal Opinião, em 1973, foi tão censurado que o ministro aposentado, Adauto Lúcio Cardoso, entrou com uma ação no tribunal Federal de Recursos pedindo que os atos praticados ao impresso fossem moderados, porque na sua visão estavam sendo exagerados.

Conforme sinalizou Bahia (2009, p. 318), a resposta foi imediata: “com base no art. 09 do AI-5 que faculta ao presidente da república o recurso das medidas coercitivas do estado de sítio: *suspensão da liberdade de reunião e associação e a censura da*

²⁹ **Jornal do Brasil**. Sexta-feira, 13 de março de 1964. Por Ana Paula. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>>. Acesso dia 24.04.2018. Às 17 h45.

correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas”. Para o autor o Supremo Tribunal Federal, em julgamento sobre a suspensão da liberdade de reunião e associação e censura da correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas, realizada no dia 27, de agosto de 1975, não podia fazer muita coisa diante do regime e preferiam na sessão se calar diante dos que chamavam de poder Revolucionário.

Segundo o mesmo autor, *O Golpe* veio com um *slogan* de que deveriam salvar a nação, e conforme da crise política, econômica e dos problemas sociais que geravam tanto descontentamento por conta das desigualdades financeiras e díspares na sociedade brasileira. Esse discurso acabou sendo abraçado por muitos veículos de comunicação, em 1968, quando o Produto Interno Bruto saltou da casa dos 10% ao ano e o crescimento se tornou visível aos olhos dos empresários e da população.

Mais adiante, a imprensa, que antes foi favorável à tomada do poder pelos militares, se viu encurralada a censura promovida pelo sistema. Alguns jornalistas aceitaram a mordida, enquanto outros não vão aceitar fazer um modelo replicado do discurso do regime. Jornais e jornalistas vão assumir a postura de resistência, mesmo aterrorizados pelo temor promovido pelo Estado.

Segundo Bahia, (2009, p. 320), o *Jornal do Brasil*, em outubro de 1964, “é convidado pelo secretário de Imprensa da presidência, do Marechal Castelo Branco, José Vamberto, a substituir o repórter que havia sido credenciado pelo Palácio do Planalto e que era considerado *persona non grata*”. Isso gerou uma repulsa do impresso, que no dia 18 de outubro de 1964, fez a seguinte matéria: “Castelo faz Lira Tavares voltar e resolver crise no Ceará”. O impresso satiriza na capa, a não aceitação do jornalista para cobertura das ações do governo. Vale ressaltar que o Jornalista e político Carlos Lacerda, nesse momento era o governador da Guanabara.

Além disso, o autor acima, salienta as situações de *O Correio da Manhã*, que publicara no dia 02 de abril de 1964 uma crônica do jornalista Carlos Heitor Cony: “Da salvação da Pátria, criticando o golpe”. O jornalista nesse período começou a resgatar o papel verdadeiro da imprensa, publicava as verdades que precisavam ser lidas pela população. Passou a incomodar o regime, por isso foi perseguido, intimado e preso em detrimento do processo no qual os militares se baseavam na Lei de Segurança Nacional.

Essa prisão foi tida pelo Supremo tribunal Federal como ilegal, anulando a sua prisão preventiva.

Mas em geral a grande imprensa se colocava contra a subversão, a corrupção e o governo de Goulart. O Correio da Manhã foi um daqueles que exigiam o afastamento do presidente.

Na análise de Bahia (2009), muitos jornalistas deixaram de fazer coberturas das ações governistas, porque tiveram suas credenciais recusadas por representantes do governo, muitos sem motivos aparentes. E os problemas afetavam os jornais, rádio, televisão, sendo que 60% das notícias de política e economia eram as mais prejudicadas.

Durante os anos sombrios para a imprensa no Brasil, a própria Associação Brasileira de Imprensa, lutava enviando ofícios de protesto contra o rigor na Lei de Segurança Nacional 898/1969³⁰, sancionada no dia 29 de setembro, principalmente nos artigos 13, 34, 36, 39, 45 e 47 e seus parágrafos que continham extremas ameaças ao direito da análise crítica pelos jornalistas, que deixavam de fazer “Opinião”, em detrimento do “Informativo”.

A Igreja Católica que apoiou os militares, na tomada do poder, passou a ser castigada pelos censores e pelo ministro Corsetti, que fechou as rádios Igreja, Clube Hertz, Difusora Riopretense, Santa Fé, Farroupilha e Bela Vista, tudo com a afirmativa de que estas estavam funcionando de forma irregular, conforme sinaliza Bahia (2009, p. 338): “O ministro Corsetti anunciou, então, que 180 emissoras pertencentes a padres estariam sendo investigadas”. Para o autor, a intenção era castigar a Igreja pelas posições de setores progressistas contrários ao Regime.

2.1 UM ATO NA HISTÓRIA: O AI-5 E A CONSOLIDAÇÃO DA MORDAÇA NA IMPRENSA BRASILEIRA E PIAUIENSE

O ano de 1968 ficou marcado na história do Brasil como o de maior proximidade do Brasil com a Inglaterra, estimulando o método de “*meganha*”, no qual ingleses

³⁰ BRASIL. Lei de Segurança Nacional nº 898/1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 27.06.2018. Às 19h10.

ensinavam aos militares brasileiros as táticas e técnicas de interrogatório. Conforme sinaliza, Gaspari (2002, p. 189), “[...] viera ao Brasil uma equipe britânica especializada em técnicas de interrogatório”. O AI-5 vigorou até o ano de 1979, e outros 12 atos complementares foram decretados enquanto os militares permaneceram no poder.

As restrições na esfera federal se deram em ministérios chaves, como o da Fazenda e do Planejamento, que em 1968 estavam sob o comando de Antônio Delfim Neto e Hélio Beltrão. No entanto, estes também assumiram suas pastas após a saída de Otávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, que eram conhecidos como a dupla do arrocho econômico. No início de seu governo, o general da Costa e Silva demitiu funcionários públicos, substituindo-os por militares nomeados pelo sistema de governo e que estivessem a serviço do regime.

Enquanto os militares consolidavam sua força, a Imprensa era atingida a todo instante. Havia trocas de repórteres quando da cobertura de eventos dos governos. A imprensa enviava os nomes para o credenciamento, e na maioria das vezes muitos não eram cadastrados, sem que soubessem os motivos que levavam determinados profissionais a não serem aceitos para o acompanhamento desses eventos. O alto escalão do governo pedia aos veículos a substituição de profissionais, e o que mais chamava atenção era que isso não ocorria através de cartas ou ofícios, tão peculiares nas redações. Eles eram feitos de forma pessoal, nos grandes veículos, cassando credenciais e registros dos jornalistas. Além de conviver com isso, os profissionais ainda eram enquadrados na “*Lei de Segurança Nacional*”³¹.

Conforme salienta Freitas et al (2016, p. 909), “o crescimento econômico em 1968, apresentava altas taxas”, atingindo em 1973 um crescimento nacional de 13,6% ao ano.

O “Milagre Econômico Brasileiro”, segundo Godinho (2004, p.33), “foi à idade de ouro da administração pública. Sem críticas, análises, denúncias e advertências, a censura garantiu nota 10 à economia do tempo”. Nesse momento o futuro das pessoas era

³¹A lei de crimes contra a Segurança nacional (Decreto Lei 898 de 29 de setembro de 1969), elaborada pelo ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, propõe-se a preservar as instituições como as entende o sistema militar vigente. Encomendado pela Junta Militar, que substituiu o general Costa e Silva como presidente após impedir a sucessão legal da figura do vice-presidente, Pedro Aleixo, o diploma visa a defender o país e a fornecer ao estado as salvaguardas necessárias à manutenção do autoritarismo [...] (Bahia, 2009, p. 323).

decidido por três ou quatro pessoas, a maioria fardada, que se trancavam num gabinete com carpete e ar-condicionado, em Brasília, para decidir os rumos de 100 milhões de brasileiros.

Mesmo com a sensação de que a economia estava estável, as pessoas passaram a clamar por uma redemocratização. O fenômeno geopolítico da época eram os responsáveis por cortar gastos e impor arrocho salarial ao setor público, proporcionando o pagamento das dívidas contraídas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que havia concedido um crédito ao Brasil de US\$ 125 milhões. Essas articulações foram feitas na época pelo embaixador americano, Lincoln Gordon que teve participação ativa no golpe militar.

Para Freitas et al (2016, p. 909), a visão do então ministro da Fazenda, Delfim Netto era: “o bolo deveria crescer primeiro, para depois ser dividido”, indicando a opção pelo crescimento econômico sem a distribuição de riquezas: os ricos ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres”.

Alguns jornais pelo Brasil preferiram se calar e não afrontar o Regime. Tudo para não serem fechados.

Salientando-se os modelos e formatos da produção jornalística do Jornal O Dia, do Piauí, durante o Ato Institucional nº 05, faz-se necessário relembrar na íntegra o decreto, outorgado e assinado pelo então presidente do Brasil, General Arthur da Costa e Silva, no dia 13 de dezembro, de 1968. O AI-5, por sinal, é reportado na capa do Jornal O Dia do final de semana 15/16 de dezembro de 1968:

“São mantidas a Constituição de 24 de janeiro, de 1967 e as Constituições Estaduais”; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República. § 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios. § 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados Federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios. § 3º - Em caso de recesso da Câmara

Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação, às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição. Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado; § 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados. § 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo. § 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas, ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço. § 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilícitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. (Brasil, 1968)^{32 33}



Imagem 6: Jornal O Dia, domingo/segunda-feira, 15/16 de dezembro, de 1968. Ed. 2.595. p. 01.

O AI-5 foi divulgado na íntegra pela maioria dos Jornais da época, e a intenção era propagar o que ocorreria com os opositores a partir daquele momento. O Jornal O Dia (Imagem VI) também publicou na íntegra a consolidação do ato, além de manter a visibilidade presente, afinal a edição recebeu grande destaque na capa. Com ele houve maiores intervenções aos trabalhos da imprensa brasileira, impondo censura aos jornais, revistas, rádios e produções artísticas. Vale lembrar que o caminho para o AI-5 teve início ainda no mês de julho, quando o Conselho de Segurança Nacional e o presidente da

³² O Ato Institucional nº 5 é considerado na história o mais repressor às liberdades de comunicação. Os veículos sofrem interferências da Polícia Federal. Em Teresina, o Jornal O Dia, mesmo com a administração de um militar Octávio Miranda, passa a divulgar as obras de infraestrutura do município de Teresina, como forma de amortização dos acontecimentos nacionais. Abaixo capa do Jornal O Dia, 15/16 de dezembro, de 1968, ano XVIII. Ed. 2595.

³³BRASIL, 1968. **Ato Institucional nº 05**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso dia 27/10/2017. Às 22h15.

República proibiram manifestações de rua, contra o regime. Conforme descreve, na revista História da Ditadura Militar de 1964 a 1968:

[...] sentindo-se acuado pelas vias políticas, o presidente Costa e Silva assina e estabelece o Ato Institucional número 5. Pelo decreto, oficializado em 13 de dezembro, diversos direitos políticos e individuais foram suprimidos em prol do fortalecimento da repressão que marcou o governo militar. Acabara a inviolabilidade do lar, habeas corpus etc. Podia-se, então, prender pessoas sem motivos, suas casas podiam ser invadidas. Na prática, polícia e organismos militares podiam fazer o que queriam, e faziam. A prisão, tortura e assassinato de opositores tornou-se quase rotina. (Mendes, 2014, p. 57 e 58).



Salve-se quem puder

O JORNAL DO BRASIL NOTICIA O AI-5, QUE ENDURECEU A DITADURA TOTAL NO BRASIL. EM GOIÁS, GAGARINO QUASE FOI PARA A CADEIA POR CAUSA DE BOLINHAS DE GUIDE

Imagem 7: Capa do Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14/12/1968.³⁴

³⁴ Capa do Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14/12/1968. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/extras/jornais.html>>. Acesso em 24.04.2018. Às 17h55.



Imagem 10: Capa do Jornal O Estado de São Paulo, 14/12/1968.³⁶

Um jornalista piauiense se destacou no cenário nacional por criticar os ataques do regime às liberdades individuais, atuando de forma incisiva contra alguns ditames provocados pelo AI-5. Carlos Castelo Branco Oliveira³⁷ foi um ícone da imprensa nacional, um dos poucos a manter um discurso coerente e incisivo nas críticas ao regime e sua forma de atuação no Brasil. Sua *Coluna do Castello*³⁸ continuava a atormentar vários políticos no Congresso.

Conforme sinaliza Leal (2013), mesmo sendo preso várias vezes, o jornalista Carlos Castello conseguiu manter a sua coluna viva durante todo o período sombrio da ditadura. Até hoje sua coluna é tida como uma das poucas no Brasil que não perdeu o padrão jornalístico de denunciar e informar os fatos como ocorriam, onde a liberdade de imprensa foi mantida, apesar das perseguições.

³⁶ Capa do Jornal O Estado de São Paulo, 14/12/1968. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/extras/jornais.html>>. Acesso em: 24.04.2018. Às 18h02.

³⁷ Carlos Castelo Branco Oliveira, foi um jornalista piauiense que atuou no cenário nacional e muitos de seus furos de reportagens para escrever sua coluna, se dava pelas amizades e proximidades que tinha com os militares. Ele se tornara amigo de políticos e militares que lhes servia de fontes, acerca dos bastidores do poder em Brasília.

³⁸ Era uma coluna dedicada a análises da política nacional e escrita pelo jornalista piauiense Carlos Castello Branco. Foram 7.446 colunas publicadas diariamente no Jornal do Brasil, entre janeiro de 1963 e abril de 1993. (http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_textos.php. Acesso dia 31.03.2018. às 10h22).

Enquanto a *Coluna do Castelo* mostrava os movimentos dos bastidores do período de chumbo, os periódicos e jornais televisivos do Brasil apresentavam as notícias como se a situação política do Brasil tivesse controlada. Para Gaspari (2002, p.13) “foi o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais”. Para ele, os oficiais-generais ordenaram, estimularam e defenderam a tortura, levando as Forças Armadas brasileiras ao maior desastre de sua história. Em sua análise a tortura acabou se tornando uma prática constante dos militares, com o intuito de servir como repressão aos que questionassem o regime.

O AI-5, em 1968, foi o responsável por fechar às portas do Congresso Nacional, restringindo a imprensa, a linguagem e esclarecimentos que levassem a população a questionamentos sobre a ação dos militares na sociedade brasileira. O jornalista Carlos Castelo Branco fazia alusão ao tempo na sua coluna, após o lançamento do AI-5: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos fortes”. No outro lado da página na coluna do Castelo: “Ontem foi o dia dos cegos”. (Melo, 1998, p. 169).

Na visão do jornalista piauiense, Carlos Castelo Branco, que tinha uma coluna no Jornal O Dia, em 1964, em Teresina, explicou o que significava aquele Ato Institucional (AI-5), no Jornal do Brasil.

Na visão do jornalista piauiense que tinha uma coluna no Jornal O Dia, em 1964, em Teresina, explicou o que significava aquele Ato Institucional (AI-5), no Jornal do Brasil.

Ele (AI-5) cobre perfeitamente as previsões dos deputados mais íntimos do processo revolucionário, que antecipava uma peça destinada a munir o Governo dos instrumentos para fazer tudo o que por timidez ou por compromisso democrático deixou de fazer, nos dias quentes da revolução de março, o Presidente Castello Branco. O Congresso posto em recesso por tempo indeterminado está praticamente fechado e tudo indica que se cumprirão as profecias de um expurgo no Poder Judiciário. (Jornal Do Brasil, 1968).³⁹

A preocupação do jornalista piauiense era grande, porque sabia que a partir daquele momento instauravam-se mordças e a lei do silêncio, onde aqueles

³⁹ Jornal do Brasil, Coluna do Castelo, em 14 de dezembro de 1968. Disponível em http://www.carlostcastellobranco.com.br/sec_coluna.php?mes=12&ano=1968>. Acesso em 05.07.2018. Às 11h58.

comunicadores que tentassem interferir na gestão democrática do país deveriam ser presos por subversão e torturados.

À medida estancou todas as fontes públicas de resistência ao Governo, não deixando nenhuma válvula. A oposição não terá a menor possibilidade de produzir-se, a não ser que seja respeitada, e até quando o for, a liberdade de imprensa. Mesmo assim os políticos estão de tal modo contido que seu acesso aos jornais importará num risco certo para cada um deles. (Queiroz Apud, 1998, p.169).

Na visão de Carlos Castelo Branco, após o fechamento do Congresso Nacional, durante o AI-5 com a instauração da censura prévia a imprensa, por tempo indeterminado, os brasileiros passaram a não se interessar por acordos, leis ou projetos que eram discutidos na Câmara dos Deputados. Quando reabriu as portas do Congresso, no governo do General Médici, em 1969, a situação era idêntica, pois a população continuava inerte, anestesiada. As poucas exceções ocorriam devido aos confrontos promovidos por estudantes, intelectuais do eixo Rio-São Paulo. Vale ressaltar que este fora o terceiro presidente da linha militar, ficando no governo até 1974.

O ano de 1968 instaurou-se no Brasil o *milagre econômico*⁴⁰, impulsionado pelo aumento das exportações e diminuição do índice inflacionário. Muitos brasileiros afirmavam que em determinados lugares pelo país não se sentia o regime quando colocados da forma como ocorreu dentro das ações violentas impostas aos contrários, onde muitos morreram e seus corpos até hoje não foram encontrados.

Após o golpe de 1964, com o AI-5 os militares consolidaram a sua força, pois a violência e a repressão aos veículos de comunicação passaram a ser intensos. As correntes políticas e ideológicas que se fincavam no Regime eram das mais diversas, alguns com interesses políticos diferentes e com uma visão social e econômica, antagônicas.

A censura nas redações dos jornais pelo Brasil se intensificou e passou a ser organizada, após a saída de João Goulart, onde os inquéritos policiais militares ficaram mais cruéis aos acusados.

⁴⁰ Foi um crescimento acentuado da economia brasileira, entre os anos de 1968 e 1973. Esse apogeu contribuiu para o fortalecimento do regime militar, pois este crescimento estava ligado às políticas protecionistas promovidas ainda na gestão de Humberto de Alencar Castelo Branco, o 26º presidente do Brasil e o primeiro dos governos militares.

Para Godinho (2004, p. 21), “a censura apareceu despreparada, néscia, arrogante e implicante com o Ato Institucional nº5, e os três ministros militares no exercício da Presidência da República”.

A censura inchou, esparramou tentáculos e em determinado momento se fez incontrolável, muito mais realista do que o próprio rei. Godinho (2004) sinaliza a intensidade pelo qual a censura foi colocada em prática, principalmente no governo Médici, atenuando no final do governo Geisel.

O general Golbery do Couto e Silva era contrário à ascensão de Costa e Silva, à presidência e retirou-se do governo com a posse dele. O gaúcho era uma das personalidades mais influentes no ramo da segurança, pois elaborou a Doutrina de Segurança Nacional, nos anos 50, na Escola Superior de Guerra (ESG), e foi responsável pela criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). O mesmo era tido como uma das mentes brilhantes da ESG e mesmo apoiando o Golpe de 1964, não era favorável a forma como Da Costa e Silva (linha dura) se posicionava na política governamental. Isso mostra que havia um racha nas forças armadas, entre os que eram moderados e os radicais. Talvez, por isso, alguns atos do presidente sinalizavam para um individualismo característico de sua personalidade.

Golbery entrou na história não somente por ser um dos responsáveis pela Política de Distensão, permitindo o início da abertura política e o processo de redemocratização do Brasil, conforme mostrou a Revista Veja Especial (2014)⁴¹, onde foi referendado como “o conspirador da Casa da Borracha”.

Após o AI-5, o Brasil viveu um período de boatos, pois as notícias reais em alguns momentos não poderiam ser divulgadas. Greves, movimentos estudantis, reuniões partidárias, principalmente do PCB, fundado em 25 de março de 1922, na cidade de Niterói (RJ) ou PC do B, criado em 18 de fevereiro de 1962, na capital paulista. Esses partidos ajudaram na disseminação das lutas estudantis e sociais, o que provocava furor entre os militares, acentuando uma caçada a quem fosse pego em reuniões com os partidos, que se tornaram ilegais pelos militares, sendo que o primeiro já havia sido

⁴¹ NUNES, Augusto. **Revista Veja Especial**, dia 14 de abril de 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/especial-veja-golbery-do-couto-e-silva-o-conspirador-da-casa-da-borracha/>> Acesso em 27.06. 2018. Às 19h46.

perseguido desde a era Vargas. A partir daí as reuniões dos militantes passaram a ser feitas clandestinas, além de serem proibidas menções nos Jornais e na Imprensa em geral sobre qualquer conotação de movimentos contrários ao governo.

A censura no Brasil nutria um sentimento de desprezo aos intelectuais, artistas e aos jornalistas, por isso, proibiam-se shows e a imprensa de tocar em qualquer assunto que colocasse em xeque às ordens do Regime.

Na análise de Codato (2009), o AI-5 consolidou as políticas administrativas do Regime Civil Militar e pode ser visto como a consumação dos poderes dos mesmos pela ala mais radical do exército brasileiro.

Fora dessa corrente conceitual, outras cinco tinham teorias sobre a imposição de um sistema mais rigoroso. Um das mais comentadas é a que afirma que a CIA (inteligência estadunidense) atribuiu a necessidade de um ato mais rigoroso em detrimento da falta de firmeza de Da Costa e Silva, dos movimentos oposicionistas dentro do país e da ameaça oriunda dos conceitos socialistas, ainda impregnados da Guerra Fria.

Da Costa e Silva ao outorgar o AI-5 consolidou a unidade das forças armadas, sempre colocando esse propósito como essencial para defenderem seus ideais, contra os inimigos do Brasil. Com essas ideias conseguiram calar o Congresso, cassando e censurando deputados, pois o mal precisaria ser combatido.

O ano de 1968 ficou marcado pela violação das liberdades individuais e humanas, que acabaram contrariando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos artigos 18 e 19:

Artigo 18º Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos. Artigo 19º Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão. (ONU, 1948)⁴².

⁴² ONU, 1948. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2018. Às 19h07.

No mesmo ano houve tentativas de liberação de peças teatrais, sem resultado. O ano terminaria como a imagem do preconceito de gênero, que colocava as mulheres num patamar de inferioridade aos homens, mesmo salientando que elas lutavam desde o Estado Novo, ainda com o Movimento Feminista, liderados por Olga Benário, por igualdade de direitos. Revistas que tivesse cunho pornográfico, novelas que mostrassem cenas de indução de sexo, que desmoralizassem a família passavam também a ser extintas pelos censores.

Era comum nesse período homens defenderem bandeiras machistas, de que as mulheres absolviam as imundícies da televisão, tudo porque acreditavam que por assistirem em maior quantidade os programas seriam frágeis e alienadas pelo sistema midiático. Vale ressaltar que esse é um pensamento que remonta com mais ênfase a sociedade da época e que atualmente as mulheres têm conseguido colocar em prática o legado de lutas e conquistas. As mulheres durante a consolidação do AI-5 no mundo inteiro passavam por mudanças comportamentais e aumentaram as lutas por igualdade de direitos aos homens, em nível internacional, queimaram sutiãs, passaram a usar anticoncepcionais. Essas mudanças oriundas principalmente do modelo de vida estadunidense rapidamente eram consolidadas pelas mulheres brasileiras.

Alguns homens as ignoravam mentalmente, equiparando-as as crianças, tolas que não conseguiam distinguir o certo do errado, que só homens poderiam assistir esse tipo de programação, porque somente eles conseguiam abstrair coisas positivas ou negativas. Um discurso altamente proporcional aos conceitos sociais e culturais estabelecidos naquele momento da história do Brasil, onde o homem é o progenitor e a mulher a submissa que não poderia trabalhar fora de casa e pior não teria discernimento de saber o que servia ou não para ela assistir.

Os jornais passaram por momentos de reformulação da linha editorial, relativizado pela falta de sintonia com os militares, pois nem sempre o que se aplicava para um veículo, se aplicaria há outro. O Jornal do Brasil, segundo Bahia (2009), foi um dos que declaram a irrestrita liberdade na produção da notícia.

O que imaginaram é esmagar economicamente o Jornal do Brasil, reduzir-lhe a independência, fazê-lo calar sobre as inúmeras irregularidades, vícios administrativos e escândalos que tem trazido ao conhecimento do público e até do próprio governo o que é servir ao país e acontece no mundo inteiro. (Bahia, 2009, p. 325).

Foi nos 10 anos de atuação do AI-5 que o Brasil desenvolveu sua economia, impulsionada pelos empréstimos exteriores, mas também foi o período em que mais os movimentos de esquerda cresceram constatados nas ideias de luta contra o modelo governamental estabelecido no país. Os movimentos passaram a protestar por melhorias salariais, pediam o retorno da democracia e o retorno das liberdades individuais e de imprensa. Os protestos foram mais intensos, após o assassinato do estudante Edson Luís.

O ano de 1968 foi marcado por inúmeros movimentos e acontecimentos históricos no mundo e as ideias do Partido Comunista se espalhavam pela Europa. Na França, estudantes da renomada Universidade de Sorbone, lutavam por reformas no ensino da instituição, o movimento tomou contornos de massa, houve forte greve operária no maio francês que quase derrubou o governo. O Papa Paulo VI, no 39º Congresso Eucarístico, realizado em Bogotá, na Colômbia, fez um pedido especial pela prática da caridade e um olhar diferenciado aos mais pobres, onde os países precisavam se atentar ao lema da Justiça Social.

Enquanto esses discursos eram colocados na Europa, no Brasil a desigualdade aumentava e o Milagre Econômico impulsionava as finanças dos ricos, enquanto os pobres passaram a enfrentar dificuldades sérias com o salário-mínimo que não dava para custear as despesas mais básicas da população.

Carlos Lacerda foi resistente ao golpe de 1964 e liderando a Frente Ampla, com seus antigos adversários, Juscelino Kubitschek e João Goulart, tentavam articular manifestação e greves operárias, sem muito sucesso em Contagem (MG), Osasco (SP) e Cabo (PE).

A repressão foi tamanha que o Teatro do Galpão, Ruth Escobar (SP) e Opinião (RJ), foram incendiados, como forma de intimidação aos atores, cantores e a própria população. Um dos episódios de maior repercussão contra o regime após o AI-5 foi o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, no Restaurante carioca Calabouço, no dia 28 de março de 1968, cometido por agentes militares, simplesmente por suspeita

de que ele estaria envolvido com movimentos de esquerda. Esse episódio desencadeou protestos por todo o país, como a Passeata dos Cem Mil (RJ), no qual a população se uniu em torno da luta pela redemocratização do Brasil.

O deputado federal, Márcio Moreira Alves (MDB), fez um discurso na Câmara que foi considerado ofensivo pelo governo, pediu que a população boicotasse o desfile de 7 de setembro e que as mulheres não se relacionassem com oficiais das Forças Armadas. Os militares nesse caso se sentiram afrontados e pediram sua cassação.

Setecentos estudantes foram presos, no Congresso Nacional da UNE, em outubro de 1968, realizado na cidade de Ibiúna, em São Paulo. Às vésperas do AI-5 a insatisfação com a condução do país não era algo específico à comunidade acadêmica, que se manifestavam em diversas universidades pelo Brasil. O sentimento de repulsa aos atos covardes legitimados pelo então presidente, Da Costa e Silva, no qual utilizou a força dos militares com truculência em direção ao estudante Edson Luís. O ano de 1968 se mostrou o mais opressor do regime, e em resposta aos levantes impulsionados pelos festivais de música, das mobilizações sociais contrárias ao regime, dos movimentos estudantis, geraram ondas de manifestações, que eram colocadas pelo governo como “provocadas pelos opositoristas”, contrários às práticas repressivas e abusivas das Forças Armadas.

Um fato curioso ocorreu no mês anterior à publicação do AI-5, precisamente no dia 21 de novembro, quando por ordens do então presidente foi criado o Conselho Superior de Censura, Lei nº 5.536/1968⁴³, que aumentou a repressão e o controle sobre os movimentos sociais, estudantis e à imprensa.

Márcio Moreira Alves (MDB) em votação no Congresso Nacional, realizada em 12 de dezembro de 1968, acerca do pedido de sua cassação, foi absolvido por uma diferença de 78 votos. A cabeça do deputado seria uma amostra da força de Da Costa e Silva sobre o Congresso Nacional. Tudo porque no dia 02 de setembro de 1968 este havia feito um discurso contrário às forças opressoras e a forma como os militares conduziam a nação. No entanto, a cassação sonhada pelo presidente fora barrada em votação pelos próprios deputados. Um tapa no regime e uma derrota inesperada para o presidente. A

⁴³Conselho Superior de Censura. Lei nº 5.536, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 27.06.2018. Às 20h07.

coragem do deputado foi vista como uma afronta ao presidente que promulgou o AI-5, em dezembro.

[...] Recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das forças armadas, falando e agindo em seu nome. Cria-me senhor presidente, que é possível resolver esta farsa, esta democratura, este falso impedimento pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre os civis e militares deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia [...]. (Azevedo, 2009)⁴⁴.

No dia após o Congresso recusar a cassação de Márcio Moreira, foi publicado o Ato Institucional nº5, com 12 artigos, que aumentavam o poder do presidente e impunha o medo ao povo e à mordada à imprensa.

Derrotado pelos deputados, na pauta da cassação do deputado, o AI-5 dissolveu o Congresso, com retaliação aos políticos de casa e com este determinou prisões, censura, tortura e prisões ilegais e arbitrárias.

O AI-5 imediatamente cassou 30 prefeitos, 36 vereadores, 178 deputados estaduais e 1005 senadores e deputados federais.

O crescimento econômico do Brasil foi provocado no período de homologação do AI-5, em detrimento de empréstimos. A siderurgia foi impulsionada, como também a exploração de minérios de ferro. Mas estes empréstimos elevaram a dívida externa e aos poucos foi se definindo uma maior desigualdade, produzindo uma maior concentração de renda na classe média e negligenciada pela censura à imprensa, que não podia noticiar os fatos e a situação de miséria vivida pela população pobre, principalmente da região Nordeste e Norte, dependente do governo federal para o desenvolvimento social e urbano. Arrocho salarial, disseminação da ideia de teto, foram medidas adotadas para estabilizar o emprego. Por isso, criaram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mostrando que mesmo amordaçada e sem poder noticiar sobre os fatos, até mesmo sobre doenças que se alastravam pela falta de saneamento básico, a população aos poucos ia

⁴⁴AZEVEDO, Reinaldo. 2009. **Discurso polêmico de Márcio Moreira Alves**. Publicado no dia 13 de abril de 2009. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/leia-o-discurso-polemico-de-marcio-moreira-alves/>>. Acesso dia 27.06.2018. Às 20h30.

percebendo que o governo de Da Costa e Silva não era tão perfeito como aparentemente se percebia.

Diante de tantas transformações sociais, o AI-5 institucionalizou no Brasil a violência, um poder que foi imposto ao povo de cima para baixo, sem escutar e ouvir os anseios da nação. A câmara e o senado passaram a serem os vilões e incutiram na cabeça de muitos o discurso de “governo que governa para os amigos”, ou seja, para aqueles que aceitavam o discurso e a forma de administrar o país.

Pode-se dizer que o parlamento brasileiro golpeou a nação, quando destituiu do cargo o presidente João Goulart e os militares deram o xeque-mate, para tomar o poder.

A mordaza da imprensa era supervisionada de perto pelos censores e as redações dos Jornais passaram a ser visitadas constantemente. Um dos casos mais emblemáticos ocorreu no Jornal do Brasil, um dia após a publicação do AI-5: “O Jornal do Brasil do dia 14, de dezembro foi todo censurado, a seção de editorias foi substituída por fotos, uma das quais, na legenda metafórica, alusão da luta do fraco contra o forte” (Bahia, 2009, p. 333).

Os Jornais O Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde também foram censurados, e no lugar das matérias que não poderiam ser divulgadas trouxeram receitas de bolos e poemas de Camões. Mesmo censurado, o Jornal não se calou facilmente. O impresso foi o maior exemplo de resistência à forma com que os militares conduziram a aplicação da censura e a autocensura no meio jornalístico.

Segundo Gaspari (2004, p. 334), Pedro Aleixo (Arena), vice-presidente de Da Costa e Silva, após o AI-5 afirmou: “Da constituição, que antes era um instrumento de garantia de direitos políticos, não sobrou nada”. Isso remonta a quebra dos direitos humanos e a mordaza no Brasil à imprensa foi a grande mancha dos governos militares. O Brasil carrega em sua história a maior censura às liberdades de direitos em seu sistema republicano e democrático. As manchas foram preenchidas de sangue com a morte de jornalistas, de estudantes, de repressão e exílio aos que falavam contra o sistema.

O “*Estadão*” virou inspiração para outros veículos, pela forma como conduzia a notícia. Com o AI-5 o impresso manteve sua característica e sem alteração dos conceitos, que balizavam sua ideologia desde a sua fundação.

O impresso conforme sinaliza Mesquita (1968, p. 09), “foi fundado por abolicionistas republicanos, desde seus tempos iniciais, quando ainda tinha no cabeçalho o título A Província de São Paulo, ele nunca abandonou a trincheira da guerra...”.

Visto pelos jornalistas como o impresso protagonista da história durante a mordaca escancarada imposta pelo regime civil militar, o seu fundador Júlio de Mesquita Filho, amargou um exílio, em 1932, por ter sido derrotado na Revolução Paulista, retornando somente em 1938.

Pontes et al apud Mesquita (1968) mesmo diante das mordacas impostas ao veículo na época, não retrocedeu na sua linda editorial. O Jornal se manteve fiel aos ideais democráticos e revolucionários.

A mordaca aos jornalistas fez com que o editorial feito por Júlio Mesquita, “Instituições em Frangalhos” deixasse de existir, principalmente aquele feito no dia 12 de dezembro, de 1968, para ser publicado no dia seguinte. Só que na madrugada, os censores da Polícia Federal, entraram na redação e apreenderam todas as edições, que seriam distribuídas no estado. O editorial não pode ser divulgado e os censores a partir daquele momento escolheram como cobaia o impresso nacional, que de 1968 a 1978, deixa de exibir o editorial com os conceitos que legitimaram.

No dia 13, o presidente Costa e Silva ordenaria o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado e suspenderia as garantias constitucionais. O ministro da Justiça foi escalado para anunciar o AI-5. Mas, antes mesmo do anúncio oficial, que seria feito à noite, em rede nacional de rádio, os jornais O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde são surpreendidos pela ação da Polícia Federal e têm parte de suas edições apreendida. Começava o período mais obscuro da ditadura. Dez anos depois, em 31 de dezembro de 1978, quando o AI-5 seria revogado, haveria um saldo de 1.607 punições (entre elas o afastamento do professor Fernando Henrique Cardoso da USP), 321 cassações de mandatos parlamentares-que significaram a anulação de 6 milhões de votos, mutilação de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, mais de 500 letras musicais e até mesmo de cenas de telenovelas. (Pontes et al, 1968, p. 58)

Conforme Pontes apud Mesquita (1968), a desilusão com o AI-5, levou o fundador do Jornal a contrair uma úlcera no duodeno e conforme sinaliza a depressão por não poder escrever e fazer o que mais gostava, vendo a situação em que o Brasil estava mergulhando, seis meses depois o empresário do Grupo Estadão, morria, em julho de 1969.

Como maior opositor contra o AI-5, o Estado de São Paulo também foi a maior vítima dos censores, tudo porque se recusou a ser censurado e não fazer com que seus profissionais praticassem uma autocensura, como assim agiu igualmente o Pasquim, no Rio de Janeiro.

Em reconhecimento a isso, a Federação Internacional de Jornais, concedeu o Prêmio Pena de Ouro da Liberdade, de 1974 a meu irmão Júlio de Mesquita Neto, que tinha assumido o lugar de nosso pai e passou a comandar o Jornal, após sua morte, em julho, de 1969. Com o prêmio, a FIJ ressaltou a corajosa e solitária luta, que vem mantendo contra a censura à imprensa no Brasil. (Pontes et al, 1968, p. 10).

Quando retiraram a censura, em 1974, o presidente Ernesto Geisel, reconheceu à abertura lenta, segura e gradual e o papel histórico desempenhado pelo O estado de São Paulo.

O anúncio do AI-5 seria feito à noite, pelo ministro da justiça de Da Costa e Silva, mas antes disso ocorrer pelo rádio, o Jornal O Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde, ambos do Grupo O estado, receberam policiais federais que empastelaram os impressos, destruindo o que os jornalistas já haviam produzido até então.

No dia 31 de dezembro, de 1978, após 10 anos de censura à imprensa, o AI-5 foi revogado, mas com um saldo extremamente negativo, com 1.607 punições, conforme afirma Pontes et al (1968, p. 58), “entre as punições estão o afastamento do professor Fernando Henrique Cardoso, da USP, 321 cassações de mandatos parlamentares, que significaram a anulação de 6 milhões de votos, mutilação de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, mais de 500 letras musicais e até mesmo de cenas de telenovelas”.

Abaixo, na íntegra o editorial do Jornal O Estado de São Paulo, apreendido pelos censores, no dia da publicação do AI-5.

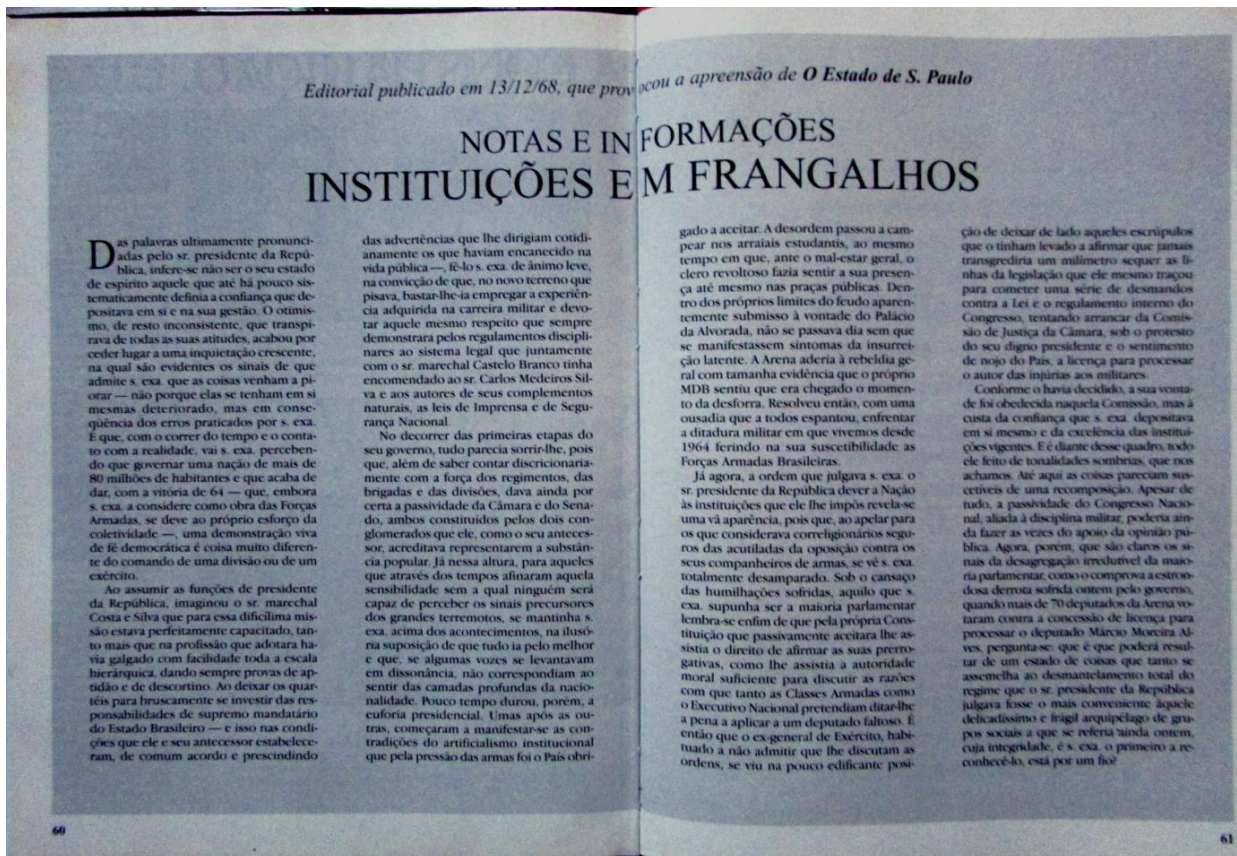


Imagem 11: Jornal O Estado de São Paulo, de 13 de dezembro de 1968. Editorial: Instituições em Frangalhos, censurada. (PONTES et al; 1968, p. 60-61)

-III-

O AI-5 E A CENSURA NO JORNAL O DIA

O Jornal O Dia, assim também como outros impressos espalhados pelo Brasil, também foi censurado. A análise do impresso na época mostra um alinhamento ao Regime, de acordo com a condução editorial na redação, do jurista Pompílio Santos, ou pela ligação do proprietário, Octávio Miranda, com os militares, tendo em vista a sua estadia no Exército Brasileiro. No caso de Pompílio Santos, detido algumas vezes para depor no DOPS, a situação ficou complicada, o que o levou a não afrontar o Regime e o alinhamento era a melhor opção para que continuasse trabalhando no Jornal, conforme sinalizou Marques (2018):

O editor era quem sofria. Na época tinha o Pompílio Santos, cearense e ele ainda está vivo, tem uma filha que é funcionária da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ele foi detido para em algumas situações, não por esses fatos, mas pelo fato da Lei existir. A repressão era muito forte. Agora especificamente crimes políticos, aqui no Piauí, foram poucos as repercussões em termos de prisões. Havia esse tipo de coisa, a censura, porque todo dia eles vinham à redação informar o problema. O caso mais forte na imprensa do Piauí foi relacionado a uma questão eleitoral. Houve uma denúncia, chamada de mapismo, alteração de votos, mapas eleitorais, e os Jornais denunciaram. Então baseado nessa Lei de Segurança Nacional (LSN), que maltratava todo mundo, dez jornalistas tanto do O Dia, como de outras empresas de comunicação foram enquadrados na lei. Daqui do Jornal O Dia, foram seis, o restante era da rádio pioneira e outros mais. (Marques, 2018).

Mesmo tendo se afastado do Exército, com o intuito de cuidar das empresas adquiridas, Octávio Miranda, mantinha relações estreitas com políticos. Isso se percebe nas entrevistas feitas com o próprio filho, Valmir Miranda e atual diretor geral do impresso e Carivaldo Marques, que sinalizavam que este não interferia na redação, deixando a responsabilidade com o editor, que sinalizava as matérias que seriam publicadas através das revisões.

Ele vivia criando empresas. Tinha dado baixa do Exército e comprou o Jornal O Dia. Não lembro muito bem. Quando ele comprou esse Jornal, eu tinha 13 anos, hoje têm 66 anos. Ele não criou, adquiriu da mão de outra pessoa. Foi fundado em 1º de fevereiro de 1951. Eu, moleque me lembro, próximo do Hospital do Cerqueira, a Med Imagem, era onde funcionava o Jornal. Tinha dificuldade em trocar máquinas e um senhor carequinha, passou a ajudá-lo. No final ele comprou máquinas novas que mudou o padrão do Jornal. O Dia foi o primeiro a implantar as máquinas linotipo e offset, de todos os impressos da época. (Miranda, 2017)

O Jornal O Dia era o veículo da imprensa oficial e como o maior impresso do estado, por possuir uma abrangência nos maiores municípios Parnaíba e Teresina, se consolidava com o marketing publicitário promovido pelas empresas que ajudaram a fomentar o financeiro da empresa. O slogan “Se o dia disse a notícia existe”, pertencente ao veículo no ano de 1969, mostra a ideia da credibilidade, no qual o leitor poderia confiar nas reportagens divulgadas, porque seriam todas verdadeiras. Esse conceito mostrava uma realidade em que o leitor não poderia questionar, se adequando ao momento, afinal o povo já não podia questionar as instituições e nem as notícias provenientes delas, pois a parcela dos jornais que não apoiasse o regime não tinha liberdade na produção da notícia.

O diretor geral do O DIA, Otávio Miranda, era um ex Coronel do Exército Brasileiro, que desde o momento da tomada do poder pelos militares em 1964, preferiu não afrontar o Regime, tendo em vista o medo dos riscos para os funcionários do impresso, conforme sinaliza o jornalista mais antigo do veículo e ainda atuante na redação, Marques:

Mesmo correndo risco, porque era pau, não tinha jeito não, era na briga. Mas ele aceitou a ponderação e tirou. Então, esse enquadramento era político. Essa era uma forma que a gente utilizava para se defender de alguma coisa. Era uma coisa muito regional, não havia perseguições assim específicas, havia observações. A gente sabia que alguns tinham ficha na polícia, no DOPS, quando chegávamos lá, eles diziam: olha está aqui, você andou com fulano de tal, o que você tem haver com ver com essas pessoas, coisas desse tipo. O Dops abria uma ficha criminal, sei lá como se dá o nome disso, e toda vez que saía alguma notícia local, que eles achavam que não era do agrado deles, chamavam a gente para ir lá para conversar, mas a conversa era para intimidar, mostrar a ficha, dizer que dia tal a gente esteve em lugar tal, andou com determinadas pessoas. Nessa época, houve muita frequência aqui em Teresina do Movimento Hippie, com pessoas drogadas que fumavam maconha, e eles eram muito perseguidos pela polícia local. Em função disso, se você fosse próximo de algum desses hippies, era considerado uma pessoa de esquerda, subversivo. Eles alegavam isso, mas era mais por uma questão de intimidação. Nunca houve especificamente prisões de jornalistas. Teve uma pessoa que era ligada, foi preso, mas ele era economista,

não era do meio da imprensa. Houve detenções. Eles passavam uma manhã inteira, o dia todo pra te atenderem. Saía uma coisa no Jornal, aí eles chamavam o editor, o repórter que assinou a matéria. Alguns não assinavam justamente para evitar fazer isso, mas eles chamavam o cara lá e ele (jornalista) tinha que esperar o delegado atender. Às vezes passavam o dia inteiro, não almoçavam e eram chamados lá para as 16h. E diziam: está tudo bem, você está liberado. (Marques, 2008).⁴⁵

O filho do ex-proprietário do Jornal O Dia, Valmir Miranda, atual diretor do impresso, salientou que a aquisição deve ter sido feita para ajudar o Petrônio Portela, que era o governador na época e era muito amigo do seu pai, o coronel Octávio Miranda.

E comprou o Jornal, tenho impressão para ajudar um amigo. Isso porque na época, o impresso não era de informação, era de política. E ele e o Petrônio Portela eram muito amigos, muito amigos mesmo. Acho que pra ajudar o Petrônio, ele comprou o Jornal. Eu não tenho certeza disso, suponho. O Dia era só mais uma empresa, mas ele não esperava que acontecesse o que ocorreu. Se apaixonou e pronto, foi deixando tudo e se dedicando ao Jornal. Passou a amar isso, e o espaço passou a ser a vida dele. Ele vendeu as outras coisas e os loteamentos eram ligados às imobiliárias. A área do Teresina Shopping foi uma das últimas a ser vendidas. Mas as outras coisas ele foi passando. Ficou interessado por isso aqui. Gostou demais do Jornal. (Miranda, 2017).⁴⁶

De todos os impressos que circulavam em 1968, no estado, como o Jornal do Piauí, Dominical, e o Estado do Piauí, somente O Dia continua atuando na modalidade⁴⁷. Devido sua grande importância para a história da imprensa piauiense, faz-se necessário avaliar o seu fazer jornalístico após o AI-5.

No Piauí, a censura sobre o jornal O DIA⁴⁸ obrigou o veículo a mudar a sua forma de noticiar, pois os atos políticos do estado e da prefeitura passaram a ser constantes, algumas como matérias de capa. Em algumas edições foi possível perceber que o

⁴⁵ Entrevista concedida a pesquisadora, por Carivaldo Teixeira Marques, realizada no dia 26 de abril, de 2018, na Sede do Jornal O Dia.

⁴⁶ Entrevista concedida ao pesquisador, no dia 14 de novembro de 2017, às 17h, na sede do Jornal O Dia.

⁴⁷ Segundo Pinheiro (2017, p.279), ele se consolida atualmente como o mais antigo, surgido em 1951, seguido do Diário do Povo, em 1987 e o Meio Norte, nascido segundo o autor de uma costela do extinto jornal O Estado.

⁴⁸ O jornal O DIA surgiu em 14 de julho de 1923, sob a direção de Abdias Neves, ressurgindo em 01 de fevereiro de 1951, sob a direção de Raimundo Leão Monteiro. Em 1964, o cel. Octávio Miranda o adquire, e até o momento a empresa se mantém sob o comando da família, tendo como administrador o empresário Walmir Miranda. É o mais antigo dos periódicos diários, conforme ressalta Pinheiro (2017, p. 279). Walmir Miranda, atual administrador do Jornal O Dia e filho do ex- coronel e proprietário do veículo na época analisada, afirmou que seu pai Octávio Miranda adquiriu o impresso 13 anos após sua fundação, em 1964, quando este passava por problemas financeiros. <Entrevista concedida no dia 14 de novembro de 2017, na sede do Jornal O Dia>.

impresso trouxe informações sobre os movimentos contrários ao regime, utilizando conceitos anticomunistas, impregnados nas Forças Armadas devido aos pilares hierárquicos e de disciplina. O conceito estabelecido entre os militares seria de que a ideologia comunista quebraria esse princípio da ordem e que se articulavam de forma clandestina para a derrubada dos militares.

[...] O comunista, batido, mas não vencido nas intencionas de novembro, último, está a espreita de outra ocasião azada para lutar, novamente pela implantação de seu insano e truculento visionarismo social. Não lhe dê a liberal-democracia o ensejo propício, que ele não desperdiçará, da dissidência, já esboçada com negras tintas, em suas fileiras pouco compactas. [...] (Correia, 1936, p. 311-312).

O contexto socioeconômico do Piauí, naquele momento, era de dificuldades. Em contato com os periódicos do impresso no ano de 1968⁴⁹ foram percebidos materiais jornalísticos predominantes acerca dos serviços e obras estruturantes da Prefeitura de Teresina, como a construção de ambientes de lazer e a consolidação do saneamento básico no bairro Poti Velho. Vale lembrar que o prefeito Cel. Jofre do Rego Castelo Branco tinha dificuldades financeiras para manter as obras estruturantes da cidade, isso porque os estados e capitais eram totalmente dependentes do governo federal. Um exemplo dessa dependência se deu no governo estadual, com Helvídio Nunes, quando iniciou a construção da Barragem de Boa Esperança, também criticada no impresso, pela demora na entrega e os riscos de alagamentos a população que morava próxima.

Mesmo proibido de divulgar determinadas matérias, o Jornal O Dia acompanhou o desserviço da Prefeitura Municipal de Teresina, ao bairro Poti Velho, quando deixava as crianças beberem água diretamente do rio, sem tratamento, ocasionando nelas a cólera, além dos riscos de afogamentos.

No caso da Barragem de Boa Esperança, construída no médio Parnaíba, com a batuta do governador Helvídio Nunes, o editorial, representado na imagem 12, traça a preocupação com a sua construção e retrata a publicação de notícias na imprensa do sul sobre os possíveis desastres e inundações, comparando o caso, com o ocorrido no açude de Orós do Ceará. Tudo isso, baseando-se num pronunciamento da Companhia

⁴⁹ Pesquisa feita no acervo próprio do Jornal O Dia, catalogados os meses de novembro, dezembro de 1968 e janeiro, de 1969, sendo específico para a pesquisa o mês de dezembro, realizada no dia 08 de novembro de 2017, na sede do veículo.

Hidrelétrica de Boa Esperança, Coronel Engenheiro César Calls de Oliveira, que havia afirmado no dia 11 de novembro, em Fortaleza, que a falta de recursos tardaria a sua inauguração, estabelecida dentro de um cronograma, e essa preocupação seria porque no dia 15 subsequente a vazão do Rio Parnaíba atingiria mil metros cúbicos por segundo.

No editorial, “Boa Esperança Ameaçada”, de opinião, sem assinatura, mostra um posicionamento do veículo sobre a situação da Barragem, há uma sinalização para que o governo federal libere verbas para conclusão da obra, pois sem ela, o túnel em fase de construção, não estaria preparado para o escoamento d’água, o que poderia provocar a morte de 10 mil pessoas, residentes próximas e que não poderiam se afastar dos seus locais de moradias, por conta de suas atividades domiciliares e profissionais. Ao final, o editor sinaliza para o preconceito regionalizado e xenofóbico da imprensa do sul, que mais parecia estar preocupada com o aspecto negativo da obra, diferente da piauiense, que cobrava das autoridades locais, reivindicação de verbas para conclusão da obra, que ajudaria no desenvolvimento do Estado.

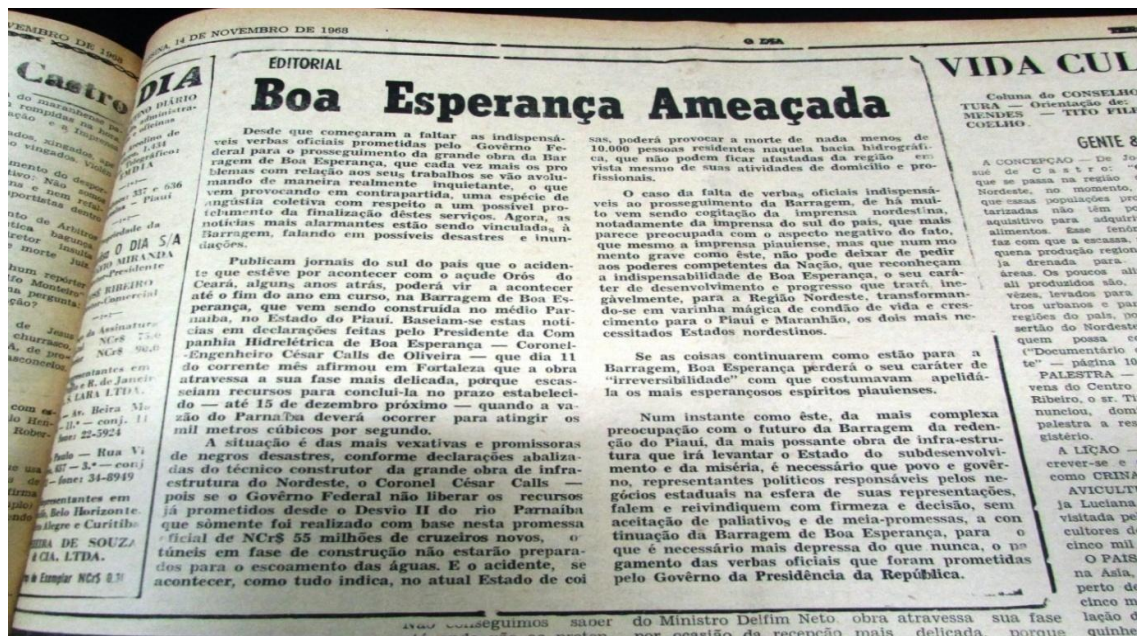


Imagem 12: Editorial do Jornal O Dia. Terça-feira, 14 de novembro de 1968. Ed 2.581. p. 04.

Além das notícias de cunho oficiais, no jornal aparecem grandes números de propagandas que induzem o consumo como status social, e campanhas publicitárias da

montadora VW, com os modelos Fusca e Kombi, espalhados na parte dedicada aos anunciantes. Mesmo com dificuldades sociais, a capital piauiense iniciava um processo de industrialização, impulsionada pelo setor automobilístico, com a empresa alemã volkswagen, sinalizada nas publicidades do veículo. O deficiente sistema de fornecimento de energia era um entrave para o desenvolvimento do estado, e por isso a Usina de Boa Esperança trazia, como diz o próprio nome, a ideia de otimismo para desenvolver o Piauí.



Imagem 13: Jornal O Dia, domingo, 15/16 de dezembro de 1968, Ed. 2.595, p. 04.

Nas edições analisadas no Arquivo do Jornal O Dia antes da publicação do AI-5, não se percebiam especificamente ações governistas do estado, de Teresina ou de Brasília, mas editoriais e reportagens sobre militância estudantil, a coluna de Elvira Raulino, que tratava da promoção das festividades da classe média e alta do estado. No entanto, as prestações de contas de Jofre Castelo Branco, prefeito de Teresina e o acompanhamento das ações do governador do estado, Helvídio Nunes estão presentes. O enfoque anticomunista será para os movimentos oposicionistas do regime, principalmente aos liderados por A. Tito Filho e Jesualdo Cavalcante, nos anos de 1968 até 1978.

Uma das figuras que houve aqui na época foi o Jesualdo Cavalcante, que foi deputado federal, depois prefeito, foi um dos caras que resistiu muito. Também teve o Nogueira Filho, que também foi preso, foi deputado. Essa turma era de oposição, foram para o MDB, mas o Doutor Celso Barros foi inclusive cassado, enfim o deputado lá de Picos, o Severo Eulálio que era uma resistência enorme. Os grandes nomes foram o Severo, o Nogueira, o Professor Camilo Filho, da universidade. Ele era muito inteligente, tinha oratória boa e sabia usar as palavras, para fazer as colocações corretas nas reuniões. O Arimatéia Tito Filho também tinha oposição. (Marques, 2018)

Sob esta perspectiva, os governos estaduais, como interventores, foram obrigados a se adaptarem ao modo militar administrativo que se instalara no país. Após o Ato, a imprensa oficial sofreu perseguições, no qual não chegaram a ser fatais, mas sempre que desconfiavam de algum jornalista, os chamavam para depoimento no DOPS.

Houve detenções. Eles passavam uma manhã inteira, o dia todo pra te atenderem. Saía uma coisa no Jornal, aí eles chamavam o editor, o repórter que assinou a matéria. Alguns não assinavam justamente para evitar fazer isso, mas eles chamavam o cara lá e ele (jornalista) tinha que esperar o delegado atender. Às vezes passavam o dia inteiro, não almoçavam e eram chamados lá para as 16h. E diziam: está tudo bem, você está liberado. Vários jornalistas foram chamados no DOPS! Você mandava das pessoas pra lá a relação do Jornal para cobrir. Ia pra lá a relação. Dessa relação, eles diziam quem podia e quem não podia ir. O porquê ninguém sabia. De fato, enviávamos 10 nomes, eles liberavam dois, três. Dependendo do ato que fosse acontecer eles liberavam a quantidade e pessoas que achavam convenientes. Nunca soubemos os “porquês” disso. (Marques, 2018)

O AI-5 foi assinado em uma sexta-feira, 13 de dezembro, mas o jornal O Dia só vai noticiá-lo no na edição do dia 15/16 de dezembro de 1968, conforme (imagem 6). No dia 13, o Jornal noticiava em capa a situação da falta de carne na capital, e sinalizava que o povo pobre sofria até mesmo com a falta de enlatados que já não eram vistos nas prateleiras dos supermercados. Na matéria de capa: “Agrava-se crise da Carne Verde em Teresina”, fazendo uma análise da cidade ser considerada até então, como “verde”.

A capa da última edição do jornal O Dia (Imagem 14), em 1968, ilustra bem o posicionamento benevolente do jornal quanto às ações da ditadura, enaltecendo as ações do regime militar e apoiadores políticos em nível estadual, e ao mesmo tempo destacando que os inimigos do governo federal passavam por processos de perdas de direitos, o que poderia refletir uma espécie de luta de “bem” contra o “mal” na sociedade.

Não é possível informar sobre a presença de algum censor na redação de O Dia no dia anterior (30 de dezembro), mas o texto principal da primeira página do jornal do

dia 31 informa que houve uma visita da reportagem do periódico aos representantes do regime militar na capital piauiense. A visita denota uma boa relação entre o jornal, resultando não apenas na manchete da referida edição (sobre a previsão de visita do ministro Mário Andreazza para inauguração de ferrovia entre Teresina e Parnaíba), mas também em destacado texto elogiativo sobre homenagem ao Cel. Gentil Nogueira Paz, que era a principal fonte de informação para a produção da principal matéria da capa daquela edição.

A inauguração da ferrovia ocorreria no dia 14 de janeiro de 1969, com a presença do então ministro Mário Andreazza, que por sinal viria somente para este fim. O interessante é que mesmo sem uma programação definida, o Cel. Gentil conclui na matéria que ao final da inauguração seria ofertado um almoço, no Batalhão de Caçadores (BEC), para o ministro e seus convidados.

Julgamento do ex-deputado gaúcho Leonel Brizola

MATERIA DE ÚLTIMA PAGINA - COLUNA 1

ARQUIBANCADAS EM MARÇO

Os serviços de construção das arquibancadas do Estádio Municipal Lindolfo Monteiro, serão concluídos em oitavo mês de março do ano que se abre. Foi a afirmativa do Presidente do Conselho Municipal de Assistência aos Desportos, Dr. Manoel de Almeida, que ainda declarou: "as arquibancadas terão capacidade para acomodar mais de 10 mil espectadores. A obra está em andamento e ora em acabamento, sendo prevista pelo Governo do Estado com orçamento de 150 milhões de cruzeiros anuais."

ODIA

SE O DIA DISSE A NOTÍCIA EXISTE

O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

Direção Geral: OCTAVIO MIRANDA

FAÇADA NO TORAX

Domingo pp. às 15 h. na morada Lago das Melancias, município de União, aconteceu uma luta corporal entre César Pereira da Silva, adeito, 28 anos, e o indivíduo Francisco Bernardino, ad red. deves. Ao final da singelutaria luta a base de César Bernardino conseguiu atingir seu contrário, ferindo-o no torax, fazendo-lhe, depois daquela localidade. A vítima, em estado grave, foi transportada para o Hospital Getúlio Vargas onde foi submetido a séria intervenção cirúrgica. Até o momento em que redigimos esta nota era ignorado o paradeiro de Bernardino.

ANO XVIII TERESINA - PIAUÍ - BRASIL - TERÇA-FEIRA, 31 DE DEZEMBRO DE 1968 N.º 2.667

Mário Andreazza Visitará Teresina Para Presenciar Inauguração de Linha Férrea



Sobre o assunto adiantou o Cel. Gentil Nogueira Paes que recebeu comunicação do Cel. do 1º Grupamento de Engenharia, Gen. Vilius Nazareth Nogueira dando conta que a aludida inauguração acontecerá dia 14 de janeiro próximo com a presença do Ministro Mário Andreazza (foto) vindo exclusivamente para tal fim.

Por outro lado acrescentou que nenhuma programação foi ainda elaborada, mas que, segundo pretende, incluirá na mesma ocasião de parte do trecho, aplicação de placas alusivas ao acontecimento na estação ferroviária local e um almoço que, realizado no BIC, será oferecido ao Ministro, Comitiva e convidados.

Senador Petrólio em terras piauienses

Governador inaugura Obras em Alto-Longá e Beneditinos

O Governador Hélvio Nunes esteve no último domingo nas cidades de Beneditinos e Alto-Longá — com a finalidade de inaugurar obras e serviços públicos construídos pelo Governo do Estado, em convênio com as Prefeituras locais.

Tanto em Beneditinos como em Alto Longá — o Governador do Estado inaugurou o serviço de abastecimento d'água e grupos escolares, além de outras obras construídas pelas prefeituras.

Em Beneditinos, no salão nobre da Prefeitura, foi realizada sessão solene, oportunidade em que discursaram o Prefeito Adalberto Avelino Costa, os Deputados Jesus Tajuá e Avelino Ribeiro e o Governador Hélvio Nunes.

Em Alto Longá, no jantar oferecido aos visitantes, discursaram o Prefeito Alberto de Avelino Costa, o Promotor Gen. de Moura Lima, e o desenvolvimento do município.

As primeiras horas de ontem, passageiro do Cavaleiro da Cruzado do Sul, desembarcou no Aeroporto de Teresina o Dr. Petrólio Portella. Nuno (foto) representante do nosso Estado no Senado Federal. Veio, segundo captamos, passar as festas de entrada do ano novo ao lado de familiares e amigos, desdobrando-se a Brasília nos primeiros dias de janeiro para acompanhar o desenvolvimento do movimento político nacional.

Homem popular e com largas folhas de bons serviços prestados ao desenvolvimento do Piauí, o Senador, Petrólio Portella, por, merecê de tais qualidades, da mais profunda amizade e admiração do povo piauiense; dai boas vindas.

Suspensos os Direitos Políticos de C. Lacerda

Helridio: Melhoramentos na SEAPI

Ontem às 10 horas o Governador do Piauí, Dr. Hélvio Nunes de Barros, na Granja Pirajá, inaugurou inúmeros melhoramentos na SEAPI oportunidade em que lhe foi entregue o relatório das atividades da Secretaria de Agricultura no ano que se finda. Na oportunidade o Dr. Severino de Mello Araújo (foto) titular daquela pasta usou da palavra quando, em feliz pronunciamento, deu conta de sua atuação no momento em que se cumpria um ano de sua gestão. Para que o público se inteirasse das afirmações do Secretário de Agricultura na edição de amanhã publicaremos o seu discurso.



Cel. Gentil N. Paes Homenageado pela Sociedade Teresinense

Em concorrido e movimentado jantar festivo realizado dia 28 pp. no Restaurante Palheta do Aeroporto de Teresina a sociedade teresinense homenageou ao Cel. Gentil Nogueira Paes em virtude da concessão, em julho do ano que se finda, pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí de cidadania Teresinense em nome da mesma sociedade o médico Dr. Luiz Pires cujo discurso é o que se segue:

"Emo. Sr. Coronel Gentil Nogueira Paes.

A sociedade teresinense ratifica hoje um ato de poder político que tem, com o sentimento unânime do nosso povo, a mais perfeita sintona.

A integração da personalidade de Gentil Nogueira Paes na cotidianidade piauiense se fez a partir dos primeiros de sua chegada a Teresina.

Seu trabalho contínuo conquistou, desde o início, a admiração de nossa gente.

— Na federação brasileira dos estados se identificam de maneira completa, os limites constituem mera ficção administrativa, porque são os mesmos os sentimentos do povo. Os problemas se confundem como a terra que se alarga através de serras, de campos e de chapadas imensas.

O futuro que nos prende no berço é o mesmo que empunha o cretense.

O calor humano, a simplicidade que toca as almas de um modo tão característico comuna.

Igual também é o apego ao trabalho, a seriedade das ações, a vocação dominante para servir.

O que iluz de veneração pela família? O paternalismo que é uma constante.

Assim o vale do Jaguaribe encontra várias réplicas no Piauí.

O menino do Perete que ajudou Orós na construção de suas parides, sonhando com a redenção econômica daquela região cearense, habitou-se cedo ao desenvolvimento pela causa pública.

O episódio daquele vale definiu toda a sua vida.

Sua infância ligou-se, psicologicamente, ao drama regional e plasmou na sua personalidade, o traço dominante do seu caráter.

Servi à Pátria, dando-se, integralmente, à ação mais sã e de assistência, de ação, de planejamento e de trabalho.

Foi assim que escolheu o Piauí para amentar a sua vida.

Em aqui chegando, equacionou os nossos problemas, auscultou-lhes a importância e sua repercussão negativa no nosso desenvolvimento, estabelecendo, nessa ordem de prioridade para a sua solução.

Maravilhoso-se ante a perspectiva magnífica de nosso vale paranaíba.

Sentiu o abandono da terra, a carência de recursos e de assistência do poder central, para impulsionar o progresso da região.

Teresina, principalmente a ausência de unidades entre os responsáveis mais diretos pelos destinos públicos.

Sentiu que sua missão ad-

ministradores não faltava o apoio, mas se impunha uma conjugação de esforços para o aperfeiçoamento regional.

Nessa época se afirmava a liderança de Petrólio Portella, dando um novo sentido ao desenvolvimento do Piauí. Prestigioso-lhe a ação administrativa, o trabalho despendido do governo Hélvio Nunes.

Integrou-se definitivamente na nossa comunidade, os nossos assuntos passaram a ser seus.

Desde logo anos a Teresina, era um desafio e um sonho instigante.

Ação o desafio e, com sua valiosa equipe, trouxe a Teresina os trens da Central do Piauí.

O Canilê, em Amarante, era um óbice crônico à ligação Teresina — Fortaleza e Sul do Estado. Anos a fio o problema continuava dificultando e, muitas vezes, impedindo o trânsito de rodovia tão importante.

Sua ação decisiva por fim ao sofrimento de todos que demandavam aquela linha.

A ponte sobre o Rio Capim e a ponte sobre o rio de São Francisco, cortando os caminhos e os campos, mudaram a realidade e os caminhos mudaram a realidade das nossas comunidades.

Quem conhece o vale do Piauí, do Mourão e de Grajaú, pode entender e compreender, momentaneamente o 2º BIC, está realizando para o Brasil.

Todas essas rodovias contribuem para Teresina, a Teresina grande metrópole da região geo-econômica do Nordeste Oriental.

Aqui é o portão natural



A noite do último dia 28 a mais alta sociedade da Capital esteve reunida no Restaurante Palheta quando significativa homenagem foi prestada ao Ilustre Comandante da Guarnição Federal de Teresina. A foto ilustra um aspecto do simpático encontro.

sentiu o modo positivo de suas casas construídas para o IPASE em Teresina, Paranaíba e Campo Maior, 19 para oficial e superior, 2 para a Aeronáutica e 2 para a Polícia Militar.

Transferiu-se a sede do 2º BIC, construído o plantel de oficiais, peritos de comando, referência, escola e agora um hospital para 20 leitos.

Tudo isto com poucos recursos, um inaudito esforço, uma vontade ferrea de servir à coletividade.

Concluiu, no setor de obras de saneamento, o serviço de abastecimento d'água de Floriano, Altos e Ilhéus.

Se o Cel. Gentil tanto realizou durante o Estado do Piauí, afirmou o comando de sua unidade na república e no apreço de nossa população, não é menos admirável o trabalho ingente que realizou para integrar a Teresina, Maranhense na Comunidade Nacional.

Entradas não rasgadas pelo 2º BIC, em demanda de todos os Pares do Presidente Dutra, Burra de Costa, Grajaú, Imperatriz e Pôrto Franco, cortando os caminhos e os campos, mudaram a realidade das nossas comunidades.

Quem conhece o vale do Piauí, do Mourão e de Grajaú, pode entender e compreender, momentaneamente o 2º BIC, está realizando para o Brasil.

Todas essas rodovias contribuem para Teresina, a Teresina grande metrópole da região geo-econômica do Nordeste Oriental.

Aqui é o portão natural

(Conclui na últ. Página)

Imagem 14: Jornal O Dia, terça-feira, 31 de dezembro de 1968, Ed. 2.667. p. 01.

Na capa do jornal (imagem 14) é sinalizada a inauguração, pelo governador Helvídio Nunes, do serviço de abastecimento d'água e grupos escolares, em parceria com os prefeitos. Em ambas as cidades, o governador teria sido ovacionado ao receber uma das *mais calorosas manifestações de apreço e amizade*. (O Dia, 1968, Ed. 2.667. p. 01). Também recebeu destaque elogioso o senador Petrônio Portela, eleito pela Arena, o grupo político que representava maior acordo com o regime. Note-se que o AI-5 decretou *recesso* no Congresso, mas a nota não citava que era este o motivo do retorno de Petrônio Portela ao Piauí. Dizia apenas que o senador voltaria à Brasília em janeiro para acompanhar o *desenrolar-se do movimento político nacional*. Tanto o senador quanto o ministro tiveram fotos publicadas na capa. Além disso, outra publicação observada na capa que ressaltaria de forma positiva o funcionamento das instituições durante o regime era a promessa de inauguração de arquibancada do estádio municipal Lindolfo Monteiro.

Quanto aos inimigos do regime, sobraram títulos de primeira página como “Julgamento do ex-deputado gaúcho Leonel Brizola” (no alto da capa) e “Suspensos os direitos políticos de Carlos Lacerda”, uma das ações concretas da recente edição do AI-5.

Mesmo com as supervisões dos agentes da Polícia Federal, os jornais em 1968 continuavam circulando em todo o Estado. Um fato curioso encontrado nas análises do Jornal O Dia é que no dia 24 de novembro do referido ano, aparecia uma produção diferente dentro do folhetim de final de semana chamado Folha da Mãe-Ana (Imagem 15), tendo como diretor geral, Deusdeth Nunes que era responsável pela coluna “Um Pregão na Chuteira” do impresso. O Jornal vinha dentro do O Dia. Com uma linguagem leve, teve esse nome por conta do Jornal Folha da Manhã, nome do Grupo que havia adquirido o impresso, sob a direção de Octávio Miranda.

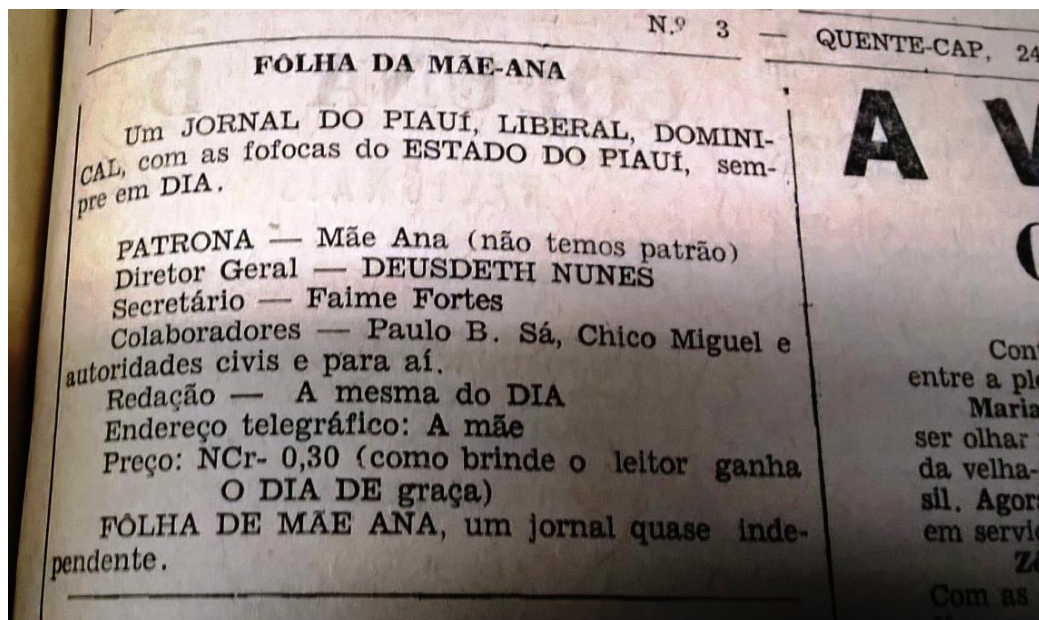


Imagem 15: Ficha do Jornal Folha da Mãe-Ana/Jornal O Dia, 24 de novembro de 1968. Ed nº 03. Página 01.

Antes mesmo da publicação do AI-5, era possível verificar o discurso contrário do jornal O Dia aos setores e movimentos que lutavam por melhorias salariais durante aquele período. A matéria de capa do dia 07 de dezembro de 1968 chama atenção, pela forma como o veículo aborda a fala do diretor do Liceu Piauiense, que chama os professores de irresponsáveis, conforme leitura abaixo:



Imagem 16: Jornal O Dia, sábado, 07 de dezembro de 1968. Ed 2.589. p. 01.

Na capa do Jornal o veículo traz uma matéria acerca dos problemas envolvendo a direção do Colégio Estadual Zacarias de Góis e Vasconcelos/Liceu Piauiense, quando da determinação da realização das provas, com datas para admissão de estudantes ao ginásio, no qual os alunos haviam se dedicado horas de estudo para disputar uma vaga na escola, e os professores que estavam na escala para aplicar as provas não compareceram. O nome do diretor não fora divulgado na matéria, tampouco ela foi assinada. Mas a crítica aos professores soou como absurda para o diretor da escola, no qual não tem seu nome citado: “em viva demonstração de irresponsabilidade, não aparecem no colégio, proporcionando assim, sérios impasses a sua direção, que se vê forçada a adiar sempre a efetivação dos exames”. (O DIA, 1968, Ed 2.589. p. 01). Assim se efetiva uma ideia de que protestar nesse período por melhorias não seria um bom negócio.

O jornal é uma fonte de pesquisa, por que nele se encontra sinais para aprimoramento dos estudos, sendo uma testemunha ocular da história, uma vez que a pesquisa do jornalista em seu campo de trabalho é vivenciada pela apuração dos fatos e com estes vem à vivência social de práticas políticas, sociais e culturais ligadas a construção de informações locais. O jornalista/repórter passa a ser testemunha do fato concreto, ou seja, se insere no processo histórico referente ao fato, por que foi in loco avaliar, perguntar, se aprimorar e apropriar das informações acerca dos fatos/notícias, o que remonta também num futuro, o interesse do historiador ao analisar esse fato na época em que ocorreu e os motivos que o desencadearam.

A censura assolava o país e os Jornais propagavam os governos e noticiavam seus feitos, muitas vezes colocando-os como perfeitos. No Jornal O Dia, as divulgações eram feitas, com o intuito de colocar os movimentos como subversivos, depreciando seus conceitos, seus discursos e ideias. O veículo sofre uma censura e ao mesmo tempo seus profissionais são autocensurados, talvez pelo medo de possíveis represálias. A redação se adequou a sinalização imposta nos telegramas trazidos pelos censores e colocados no mural dentro da redação, do que podia ou não ser divulgado, por isso um alinhamento. Em alguns momentos também se percebe que o veículo consegue fazer algumas reportagens de serviços, sobre a falta de saneamento básico, a falta de carne no estado, a falta de verbas para conclusão da Barragem de Boa Esperança e outras. Faz-se necessário ressaltar que os jornalistas do veículo não sentiam a censura em sua totalidade, porque o chefe de redação da época, Pompílio Santos era o responsável por fazer o filtro das

reportagens e dificilmente as matérias saíam contra o sistema. O Jornal aderiu ao *status quo* como ferramenta de se manter vivo como um veículo impresso.

Sempre havia notícias que não podiam ser reveladas, essa não pode esta não sai. Havia esse clima de medo, de preocupação, porque todos tinham familiares. A gente tinha medo do que era publicado e do que poderia vir depois. Era uma coisa natural, normal, não havia o clima de preocupação. Havia um resguardo, um cuidado. O próprio jornal censurava se você não colocasse coisas que não tivesse dentro da linha. (Nunes, 2018).

Os jornais pelo Brasil acabaram funcionando como assessores do regime, divulgando suas obras, leis, reuniões, projetos. A censura assolava o país e os Jornais propagavam os governos e noticiavam seus feitos, muitas vezes colocando-os como perfeitos, pois na maioria das matérias, principalmente do veículo analisado, pouco se faz um serviço para a comunidade, de cunho social.

O governo na época não tinha assessoria de imprensa, não tinha Secretaria de Comunicação e aconteceu um fato importante, pois os jornalistas que trabalhavam nas redações passaram a trabalhar para o Estado. O governo criou um negócio chamado de Secretaria de Comunicação, assessoria de comunicação, coisa desse tipo e empregou quase todos os jornalistas no governo. Então ninguém ia falar mal do governo, já que eram funcionários dele. A censura passou a ser autocensura praticamente. Aqui no Piauí, nós fizemos uma resistência com relação a isso, criamos o Clube do Repórter do Piauí, justamente pra resistir esse tipo de amarra que o governo fez. Com o Clube do Repórter fizemos uma resistência e um dos artigos que criamos era de que você fazer parte, não poderia ter nenhuma função pública, função em governo, não podia trabalhar em assessoria de governo, coisa nenhuma. Para inibir que as pessoas fossem lá para o clube do repórter para denunciar quem estava lá. (Marques, 2018).

Durante o AI-5 os jornalistas não podiam criticar a censura imposta muitas vezes pelos próprios jornais, tendo em vista que parte da imprensa apoiava a ditadura militar. Por isso, alguns jornalistas passaram a sofrer “autocensura” ou a usar figuras de linguagem para expressar seus anseios e indignações acerca do momento vivido no Brasil. Um exemplo disso era o que ocorria na coluna do Garrincha, “O Prego na chuteira”. O jornalista afirmou que no Folha da Mãe Ana, impresso dentro do O Dia, o humor substituía o jeito natural de falar sobre a censura.

O Jornal (Folha da Mãe Ana) foi uma manifestação de humor, onde a gente tentava procurar o lado maneiro de dizer as coisas. Procurávamos dizer as coisas sérias pelo humor. E como o humor tem que focar os assuntos do momento, a gente tentava abordar a falta de liberdade de expressão, democracia e a situação vivida no período, seguindo a linha do Jornal. A gente não podia dizer o que queria, tinha que ser de acordo com o que o Jornal permitia. Tínhamos que nos policiar, nos guardar para que o Coronel não visse que a gente estava pisando fora da linha. Havia uma censura nossa. Quando a gente ia contar uma história, uma piada, fábula, essas coisas, sabíamos que não podíamos sair daquela linha. Policiávamo-nos, e não éramos burros. Ninguém ia dizer que um determinado coronel da polícia estava num cabaré, porque tínhamos que dizer que era uma autoridade. Nesse momento dos anos 1968 a 1980 nós fazíamos uma autocensura. Foram os anos 60. Eu fazia aqui bola do dia, com ironia dos assuntos do momento. Então, foram muitos momentos em que a bola foi censurada. Eu colocava: a bola furou. Se fosse um caso do quartel, fazia uma piada e não saía nos jornais. Quando atingia o status quo da situação não saía. (Nunes, 2018).⁵⁰

Em 1964, o delegado Astrogildo Sampaio, assumiu o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), na capital e o DOPS exercia função de órgão policial, deixando uma gama de documentos escritos como ofícios, relatórios, radiogramas e livros que hoje servem de suporte para pesquisas históricas e busca de processos judiciais. Há dossiês que discriminam sobre a existência na época, de eleições sindicais, greves, partidos políticos, atos públicos e outros acontecimentos que eram registrados e vigiados de perto pelo DOPS⁵¹.

No momento do Golpe, o Jornal já se encontrava sob a direção do Coronel Octávio Miranda, que assumiu uma postura de não contrastar com as ideias do governo, principalmente porque era amigo do governador Petrônio Portela. O Dia não contestou o governo de Castelo Branco, manteve o conceito de status quo, aumentando o número de reportagens contra o comunismo. Destacaram-se no impresso Simplício Mendes, A. Tito Filho, Deoclécio Dantas, Hardi Filho, Conceição Castelo Branco, Elvira Raulino, Andrea Sousa Lélis, Celso Barros Coelho, Carlos Said e Deusdeth Nunes. O discurso anticomunista passou a ser legitimado não somente pelo Jornal O Dia, mas por todos os veículos de imprensa, fossem impressos, rádios, televisão. A força da censura era tamanha que os veículos se submetiam aos discursos da revolução democrática, promovida pelos militares.

⁵⁰ Entrevista concedida a pesquisadora, no dia 10 de janeiro de 2018, às 10h30, na sede do Jornal O Dia.

⁵¹ Disponível em: <http://terceiroeca.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html>. Acesso em: 15/03/2018. Às 16h12. Departamento de Ordem Política e Social.

Um dos poucos jornais que não teve problemas com a censura, assim como O Dia, foi O Globo, do grupo comandado por Roberto Marinho. Mas quais os motivos levavam esses Jornais a terem um tratamento diferenciado? A pergunta poderia ser respondida de acordo com a edição do Jornal O Globo, em 02/04/1964, intitulado "Ressurge a Democracia".

FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDA EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA

TEXTO NA
6.ª PÁGINA



Ressurge a Democracia!

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Forças armadas uniram-se todos os patriotas, independentemente de visões políticas, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

GRAÇAS À DECISÃO e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livremente organizado irremovível, que insistiu em atravessar por crises contínuas à sua vocação e tradições.

COMO DIZIAMOS, no editorial de ontem, a legislação não poderia ser a garantia da sobrevivência, a escura dos sigilosos, o autogoverno da desordem. Foi somente da legalidade não seria legítimo admitir o afastamento das instituições, como se viaja ferozmente, diante da Nação heróica.

AGORA O CONGRESSO dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

PODEREMOS, desde hoje, vencer o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os regimes públicos não mais serão geridos com má fé, demagogia e inonestidade.

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que deliberadamente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos heróis militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não concluíram a sua relevante missão com o serviço obediente ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

AS FORÇAS ARMADAS, diz o Art. 176 da Carta Magna, "são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI".

NO MOMENTO em que o Sr. João Goulart ignora a hierarquia e despreza a disciplina de um dos

ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, entre dos limites da lei, periodicamente, e, naturalmente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia de Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, no momento realizado no Autônomo Conselho, vincularam, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

ATENDEMO AOS anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela política subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de sua direção. Livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermes que haviam envenenado o Brasil Federal.

ESTE NÃO FOI um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a situação encobria o significado das manobras presidenciais. Alargaram-se os mais hábeis líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com a maioria absoluta no poder, os antigos e as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A favor da vida civil devemos, igualmente, expressar a gratidão ao nosso povo.

MAS, POR ISTO que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso pertence a todos. E da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, sem respeito aos direitos individuais, nem contra os princípios democráticos, objetivos e bem do povo e o progresso do País.

SE OS BANDIDOS, para intrinsecamente os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão rompendo, contra os seus próprios interesses, a unidade nacional, procurando engorjar as nossas instituições, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rigidamente, as medidas reclamadas para que se isole no Brasil uma época de justiça e harmonia social.

MAIS UMA VEZ o povo brasileiro foi acionado pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sacrifícios e luto. Sejam dignos de tão grande favor.

A ASSEMBLÉIA DE PERNAMBUCO VOTOU O "IMPEACHMENT" DE ARRAES REQUE e O GLOBO - A Assembleia Legislativa aprovou o "impeachment" do Governador Miguel Arraes, por 25 contra 20 votos.

A Câmara Municipal terá também para votar o "impeachment" do Prefeito Felizardo Silveira.

"A Decisão da Pátria"
Ler no 3.º página, sob o título acima, o editorial que deveria ter sido publicado no edição anterior.

Coragem e Emoção
DIPLOMATAS em viagem tiveram um momento brilhante de seu país. O General Carlos Cavalcanti, ministro da Guerra, chegou ao Rio de Janeiro, acompanhado pelo General Carlos Cavalcanti, ministro da Guerra, que a qualquer momento irá assumir o comando da Polícia Militar, que em poucos minutos de sua chegada a ele se dirigiu a ele e de outros.



CASTELO BRANCO ADVERTIRÁ OS COMANDOS: As Forças Armadas São Para Defender a Lei, Não a Baderna

NA CIRCULAR enviada em 20 de março dirigida aos generais comandantes de tropas, o Chefe do Estado-Maior do Exército, após analisar as circunstâncias do episódio de dia 13, deixou claro que as Forças Armadas não poderiam ser usadas para a defesa do Poder Executivo, nem para a manutenção da ordem pública, mas apenas para a defesa da Constituição, da Lei e da ordem.

A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO"
A VIOLÊNCIA contra O GLOBO, realizada em 13 de março, constitui um ato de violência contra a liberdade de imprensa, que é um dos princípios fundamentais da democracia. O GLOBO, como todos os jornais, tem o direito de publicar notícias verdadeiras e de exercer sua função social de informar o povo.

Imagem 17: Jornal O Globo, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Ed. 11. 625. p. 01.

52 Jornal O Globo, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Ed. 11. 625. Pag. 01. Disponível em <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/04/01/ha-51-anos-brasil-sofria-o-golpe-militar-veja-as-principais-manchetes/>. Acesso em 26.06.2018. Às 13h42.

O Jornal O Globo assumiu seu posicionamento acerca do Regime Militar, no editorial logo na capa, deixando abertamente que o país viveria um momento único na história e que a Nação receberia um modelo de gestão que não permitiria a subversão, a desordem, o assassinato das instituições e que não deixaria o povo aterrorizado, conforme editorial, apoiando o regime, intitulado “Ressurge a Democracia”.

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo. Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certo, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

Salvos da comunicação que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República e dentro dos limites da lei”.

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei. Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as

Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País. Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor. (O Globo, 1964).⁵³

Os jornais pelo Brasil tiveram suas edições apreendidas caso não se adequassem aos ditames da censura e a fiscalização imposta pelos agentes federais. Um desses exemplos ocorreu em Goiás, no Jornal Cinco de Março, que segundo Godinho (2004, p. 22), “tinha sua edição apreendida, antes de chegar às bancas e aos assinantes, ou depois disto. Se insistisse, a empresa jornalística perdia sua cota de papel importado”.

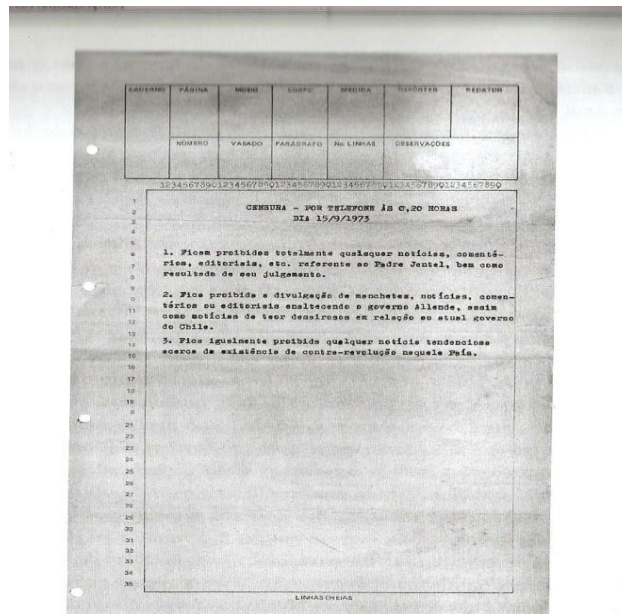
Essa foi uma das formas do governo federal calar a imprensa nos estados, pois alguns veículos recebiam ajuda e doações dos papéis usados nas impressões das notícias diariamente. No Jornal O Dia, conforme sinalizou o jornalista Deusdeth Nunes, “O Garrincha”, a forma como os censores chegavam no impresso pouco atingiam o modelo que já empregavam na confecção das matérias, pois quando chegavam se dirigiam diretamente à sala do proprietário do veículo, Octávio Miranda, que de imediato chamavam os editores, que praticavam a autocensura.

Essas visitas ocorriam na diretoria, eles não faziam fiscalizações dentro da redação. Não chegava a isso. Eles chegavam e falavam para a diretoria e os diretores se achavam no direito de exigir certas coisas, mas não era o contato do repórter com a polícia. Era pela diretoria e não chegou a ter esse clima de intimidação. Quem fazia isso direto era o redator e sabia o clima. Ao lê já diziam: isso aqui os homens não vão gostar. (Nunes, 2018).

Os maiores jornais do país muitas vezes não tinham tempo de fazer reedição e diagramação de matérias que deveriam ficar de fora dos impressos, por determinação dos censores. No Jornal Folha de São Paulo as páginas apareciam em branco, era uma opção

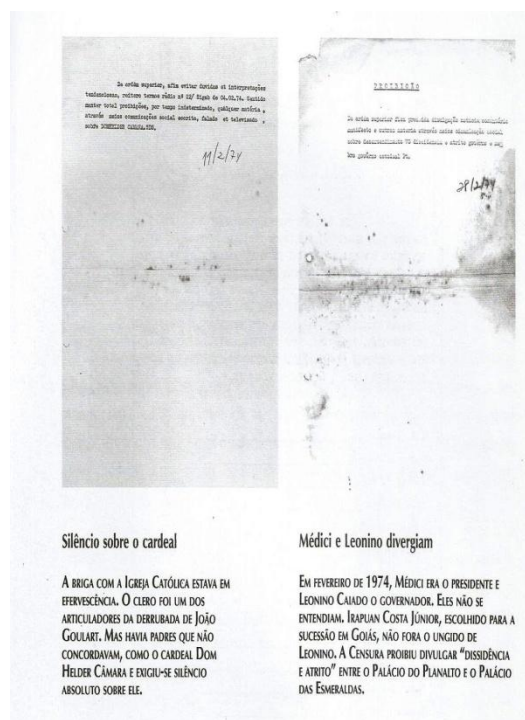
⁵³ Editorial do Jornal O Globo, do dia 02 de abril de 1964. Disponível em: <<http://vaidape.com.br/2013/09/comparando-editoriais-do-jornal-o-globo/>> Acesso dia 19.09/2018. Às 21h14>

dos editores de não mexer na estrutura do mesmo. Abaixo, Godinho (2004, p. 20) sinaliza para a dificuldade que teve como jornalista no período do AI-5. Os recados chegavam e os jornalistas, neste caso específico do Jornal O Popular, Imagem XIII, não podiam fazer nada.



Toda hora era hora de proibir

RECADO PASSADO AOS 20 MINUTOS DO DIA 15/09/1973 PELA CENSURA. FOI PRECISO DESMANCHAR E REFAZER DUAS PÁGINAS PARA QUE A EDIÇÃO DE O POPULAR NÃO FOSSE APREENDIDA.



Silêncio sobre o cardeal


A BRIGA COM A IGREJA CATÓLICA ESTAVA EM EFERVESCÊNCIA. O CLERO FOI UM DOS ARTICULADORES DA DERROBADA DE JOÃO GOULART. MAS HAVIA PADRES QUE NÃO CONCORDAVAM, COMO O CARDEAL DOM HELDER CÂMARA E ENCIU-SE SILÊNCIO ABSOLUTO SOBRE ELE.

Médici e Leonino divergiam

EM FEVEREIRO DE 1974, MÉDICI ERA O PRESIDENTE E LEONINO CARIADO O GOVERNADOR. ELES NÃO SE ENTENDIAM. ITRAPUAN COSTA JÚNIOR, ESCOLHIDO PARA A SUCESSÃO EM GOIÁS, NÃO FOI O UNICÓRNO DE LEONINO. A CENSURA PROIBIU DIVULGAR "DISSIDÊNCIA E ATRITO" ENTRE O PALÁCIO DO PLANALTO E O PALÁCIO DAS ESMERALDAS.

Imagem 18: Godinho (2004; p. 20).

No Jornal O Estado de São Paulo os espaços cortados pelos censores, eram preenchidos com poemas de Camões, e outros impressos pelo Brasil seguiram a mesma linha, pois não dava tempo de reeditarem as páginas dos impressos. Abaixo, modelo do documento que chegava às redações dos Jornais com as respectivas recomendações, que pra muitos editores serviam até de informação. Porque muitas das notícias que ocorriam no Brasil, as redações ficavam sabendo por conta das observações assinaladas pelos censores.


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Goiania,

Ba

Do _____
Ao _____
Assunto PROIBIÇÃO

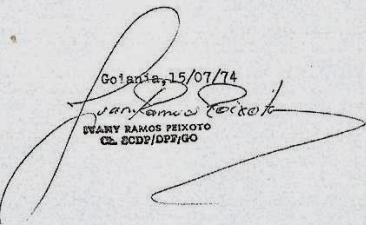
Afim de não prejudicar DILIGÊNCIAS, que estão sendo realizadas, solicitamos aos órgãos de comunicação, escrito, falado e televisado, a não PUBLICAÇÃO de notícias sobre acidente de carros, ocorrido na BR-153, no dia 13 corrente (sábado), na altura da Pista Tríplice.

Ciente em 15/07/74

Radio Clube de Goiania _____
T.V. Goiania _____
Folha de Goiás _____

T.V. Anhanguera _____
O Popular _____
Rádio Anhanguera _____

Radio Independência _____
jornal de Goiás _____

Goiania, 15/07/74

WANY RAMOS PEIXOTO
CE. SCDE/DF/GO

Difícil de entender

OS CENSORES NÃO TINHAM INTIMIDADE COM O IDIOMA PÁTRIO E ERAM DIFÍCEIS DE SER ENTENDIDOS EM MUITAS PROIBIÇÕES. PROIBIRAM NOTICIAR UM ACIDENTE NA BR-153, SEM DIZER O TRECHO

Imagem 19: Godinho (2004, p. 28).

Aquino (1999, p. 15) analisa este controle das informações pelos jornais ao público afirmando que “encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação da visibilidade, ao leitor de suas próprias condições de vida”.

Na imagem 20, de 1974, mostra a atuação dos censores junto à imprensa do estado de Goiás, no qual proibiam a divulgação nos impressos e na imprensa em geral até de momentos de endemias e epidemias, tudo para não alarmar a população. Para Godinho (2004, p. 25), “aos hospitais, exigiu-se silêncio sobre estatísticas”. As ordens contidas na imagem apontam para a realidade vivida pela imprensa piauiense nos anos de 1968, 1969, que infelizmente para esta pesquisa não continha nenhum desses documentos salvos no arquivo do Jornal O Dia.

Em Goiânia, os censores proibiram até divulgação de acidentes, julgamentos e de noticiar o milagre brasileiro, referindo-se ao milagre econômico, conforme comunicados:

Ministério da Justiça
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

PROIBIÇÃO

DE ORDEM SUPERIOR, ATENDENDO SOLICITAÇÃO EM VIRTUDE FATO SUPERVINIENTE, FICA PROIBIDA DIVULGAÇÃO, ATRAVÉS MEIOS COMUNICAÇÃO SOCIAL ESCRITO, FALADO E TELEVISIONADA, ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. MINISTRO DA SAÚDE SOBRE MENINGITE; QUALQUER DIVULGAÇÃO DE DADOS E GRÁFICOS SOBRE FREQUÊNCIA DE MENINGITE; NOTÍCIA SOBRE QUANTIDADES E DATAS DE CHEGADAS VACINAS IMPORTADAS SEM COMO REFERÊNCIAS NECESSÁRIAS PREVISÃO. FICA IGUALMENTE PROIBIDA DIVULGAÇÃO MATERIA SENSACIONALISTA OU EXPLORAÇÃO TENDENCIOSA ATRAVÉS DA IMPRENSA QUALQUER ASSUNTO RELATIVO A MENINGITE.

CEL. MOACYR COELHO (DG/DPF).

T.V. Anhanguera _____
Rádio Anhanguera _____
Jornal "O Popular" _____
T.V. Goiânia _____
Rádio Clube de Goiânia _____
Folha de Goiás _____
Rádio Independência _____
"Jornal de Goiás" _____
Rádio Brasil Central _____
Rádio Riviera _____
Rádio Jornal de Goiás _____
Rádio Difusora _____
Jornal "5 de março" _____

Goiânia, 29 de julho de 1974.-
Ivan Ramos Felkoto
CH. DA SODE/DPF/GO.

IRP/mao.

Meningite mata, imprensa amordaçada

ESTE É UM DOS DOCUMENTOS MAIS CHOCANTES. A MENINGITE ESTÁ MATANDO NOSSAS CRIANÇAS, O MINISTRO DA SAÚDE DÁ ENTREVISTA QUE A CENSURA PROÍBE

Imagem 20: Godinho (2004, p. 24).

Julgamento não era notícia

NADA PODIA SER DIVULGADO SOBRE O JULGAMENTO DO DEPUTADO FRANCISCO PINTO. RÁDIOS, ESTAÇÕES DE TELEVISÃO E JORNAIS FORAM OBRIGADOS A ASSINAR CIENTE

PROIBIÇÃO

DE CUMPRIR SUPERIOR, FICA TERMINantemente PROIBIDO, DIVULGAÇÃO ATRAVÉS MEIOS COMUNICAÇÃO SOCIAL, RÁDIO, TELEVISÃO, FILADE E TELEFONES, DE NOTÍCIAS, COMENTÁRIOS, SUPLENÇÕES, TRANSCRIÇÃO E OUTRAS MATERIAS RELATIVAS AO JULGAMENTO DO DEPUTADO FRANCISCO PINTO.

Ciente em 29/05/74

E.V. Antagonista
Médico Antagonista
Jornal "O Popular"

E.V. Gostosa
Médico Clube de Gostosa
Jornal "Folha de Gostosa"

Edição Independente
"Jornal de Gostosa"

Edição Brasil Central
"Revista"
"Jornal de Gostosa"
"Diário de Gostosa"

Gostosa, 29/05/74

Podia mudar o quadro

QUANDO O SENADOR TARSO DUTRA VOLTOU AO BRASIL, A IMPRENSA NADA PÔDE NOTICIAR. A CENSURA TEMIA QUE ELE MUDASSE O QUADRO SUCESSÓRIO NO RIO GRANDE DO SUL

PROIBIÇÃO

De todas superiores, fica terminantemente proibida divulgação de notícias ou comentários (comentários pelo SENADOR TARSO DUTRA ao regressar ao Brasil, em conexão ao estado, comissões, etc) relativos ao julgamento que possam constituir o quadro sucessório no Rio Grande do Sul, ficando terminantemente proibida divulgação de notícias e comentários envolvendo facções arbitrárias com o intuito de alterar.

05/12/74

PROIBIÇÃO

I - DE CUMPRIR SUPERIOR, NUNCA SER PERMITIDA NO NUNCA EM PROJEITO POLÍTICO, COMERCIAL, ATRAVÉS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO, TRANSMISSÃO E OUTRAS MATERIAS, SOBRE ATIVIDADES INDIVIDUAIS OU COLETIVAS DE SEGURANÇA EM QUALQUER ÁREA DO TERRITÓRIO NACIONAL, NO ÂMBITO DE SOCIEDADES E EMPRESAS PRIVADAS ENVOLVIDAS EM AÇÕES CONCRETAS E DEFENSAS NACIONAIS.

II - DE CUMPRIR SUPERIOR, FICA TERMINantemente PROIBIDAS QUALQUER FORMA DE ATIVIDADE COM NOME DA COMISSÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA OPERANDO NOME INDICADO PARA MEMBROS DO PRESIDENTE - ELETOR.

E.V. Antagonista
E.V. Gostosa

31/1/74

RA 22

PROIBIÇÃO

PROIBIÇÃO DE CUMPRIR SUPERIOR, NUNCA SER PERMITIDA NO NUNCA EM PROJEITO POLÍTICO, COMERCIAL, ATRAVÉS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO, TRANSMISSÃO E OUTRAS MATERIAS, SOBRE ATIVIDADES INDIVIDUAIS OU COLETIVAS DE SEGURANÇA EM QUALQUER ÁREA DO TERRITÓRIO NACIONAL, NO ÂMBITO DE SOCIEDADES E EMPRESAS PRIVADAS ENVOLVIDAS EM AÇÕES CONCRETAS E DEFENSAS NACIONAIS.

28/5/74

O furo impublicável

MÉDICI PROIBIRA PALPITES DE AUXILIARES SOBRE MINISTROS DE GEISEL. ESTA PROIBIÇÃO FOI RECEBIDA PELO PRÓPRIO JAIME CÂMARA, QUE NELA COLOCA SUA RUBRICA

Proibição é revogada

QUANDO EXPULSOU O PADRE GENTAL DO BRASIL, O GOVERNO GEISEL PERMITIU A NOTÍCIA. A CENSURA REVOGOU PROIBIÇÃO EM CONTRÁRIO QUE FIZERA DIAS ANTES

Imagem 21: Godinho (2004; p. 31)

PARA JAVIER, JOSÉ DIVINO E JOSÉ NETO,

PROIBIÇÕES DA CENSURA:

1. - NOTÍCIAS, COMENTÁRIOS, TRANSCRIÇÕES, ENTREVISTAS, COMPARAÇÕES E OUTRAS MATERIAS RELATIVAS RECESSÃO ECONOMICA.
2. - DIVULGAÇÃO DE ANÁLISES, RESULTOS; ETC. AINDA QUE HIPOTÉTICOS, SOBRE RETENÇÃO ECONOMICA.

23/4/74

JAVIER

Recessão em abril de 74

EM ABRIL DE 1974, O "MILAGRE BRASILEIRO" DAVA LUGAR AO RECONHECIMENTO OFICIAL DA RECESSÃO. ESCREVER OU FALAR SOBRE ISSO, NEM PENSAR

Imagem 22: Godinho (2004; p. 32).

A cobertura do AI-5 no Jornal O Dia, foi matéria de capa, publicado numa segunda-feira, no dia 15/16 de dezembro, de 1968, Ed. 2.595, trouxe na íntegra a outorga do presidente Da Costa e Silva e replicou o discurso. No Jornal, o discurso dos militares que já estava presente nas matérias que antes do Ato, multiplicou-se quando da aversão e depreciação aos esquerdistas e opositoristas ao Regime. O Jornal não abordou o

lançamento do AI-5 de forma crítica, como ocorreu no Jornal Última Hora (RS), pelo contrário, nem se posicionou diante do que ocorrera naquele dia. Na publicação do AI-5, divulgado pelo O Dia, não é sinalizado posições contrárias e nem favoráveis.

O impresso gaúcho Última Hora (UH), já vinha possuído por uma carga negativa das ideias comunistas e isso repercutia na forma como conduziam as notícias. Esse impresso foi fundado por Samuel Wainer, e tendo como conceito ser um veículo de comunicação de apoio ao presidente Getúlio Vargas, e com sua morte, continuou do lado do status quo, apoiando o presidente João Goulart, odiado pelos militares. O Jornal se mostrou opositor ao Golpe, que fez os militares tomarem o comando do Brasil.

Os Jornais nessa época, juntamente com o rádio, foram responsáveis pela disseminação das ações dos governos, além de consolidarem suas forças. O Dia foi pertencente a um ex- coronel, reformado do Exército Brasileiro, onde atuou sendo chefe do 25º BC, localizado na Avenida Frei Serafim, Praça Floriano, Centro sul, não mostrou resistência e conforme salientou Deusdeth Nunes:

Ele já tinha sido reformado. Ele foi comandante do 25º BC e chegou o prazo para ele se reformar. Quando os censores apareciam, ele, Octávio Miranda, chamava os redatores para informar a linha do jornal. Na época não tinham muitos. Hoje é que tem mais, pois a redação está cheia de estagiários. O redator chefe olhava as matérias e era o responsável por tudo. Além dele, ainda tinha o dono do Jornal, que vinha olhar. As visitas dos censores ocorriam na diretoria, eles não faziam fiscalizações dentro da redação. Não chegava a isso. Eles chegavam e falavam para a diretoria e os diretores se achavam no direito de exigir certas coisas, mas não era o contato do repórter com a polícia. Era pela diretoria e não chegou a ter esse clima de intimidação. (Nunes; 2018).⁵⁴

No dia 13 de dezembro de 1968, enquanto a maioria dos Jornais pelo Brasil copiaram o discurso e o AI-5 na íntegra, em sua maioria como matérias de capa, o Última Hora, exibiu: “Márcio⁵⁵: por horas decisão na Câmara”. Explanando a votação que absolveu o deputado federal da tão sonhada cassação por parte de Da Costa e Silva.

⁵⁴ Entrevista concedida a pesquisadora, por Deusdeth Nunes, realizada no dia 10 de janeiro, de 2018, às 10h30, na sede do Jornal O Dia.

⁵⁵ No dia 2 de setembro de 1968, o então deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB-GB) fez um pronunciamento na Câmara Federal, contra a invasão feita pelos militares à Universidade de Brasília (UnB) sugerindo um boicote ao militarismo e a ditadura. Segundo relato no site bibliográfico do ex-deputado, seu discurso foi ofensivo aos “brios e a dignidade das forças armadas”. Disponível em: <<http://www.marciomoreiraalves.com>>. Acesso em 27 de janeiro de 2010.

Da Costa e Silva fez um pronunciamento na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e conforme sinalizou o pesquisador Ekman Faber, cinco pontos são essenciais, para o entendimento da posição do Jornal Última Hora, que se tornara um opositor do Regime, principalmente quando o presidente afirmou: “Poderemos fazer novas Revoluções”:

No discurso ante os diplomados da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ele advertiu que “sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções dentro da Revolução”. E pediu aos militares que se mantenham “monoliticamente coesos”. 2. “Quem vos fala é o vosso Chefe da Revolução de 1964, que ajudastes a fazer Presidente da República e que jamais, por um dia sequer, se esqueceu das suas queridas origens do Exército. Ficai atentos. Os derrotados de março procurarão reconquistar posições”. 3. Em outras referências aos que foram afastados pelo movimento de 64, o Presidente da República, adiantou: “Neste propósito, utilizamos todos os recursos para tentar influenciar-vos. Usaram a maledicência. A falsidade. A falácia. A mentira. A calúnia”. 4. “Quiseram dividir-vos. A Nação inteira compreendeu que os militares não aceitassem, como através de seus chefes não aceitaram, que se atingisse impunemente o pundonor da classe, pela ofensa desmedida e covardemente acobertada por imunidades”. 5. “Procuraram desmoralizar o Governo e procuraram desmoralizar-vos. Numa e em outra tarefa, escutastes vozes a levantar-se na tribuna, na cátedra, no Congresso, na imprensa” (Jornal Última Hora, 1968, p.1)⁵⁶.

Os jornais sofreram o baque da censura, fiscalizada pelo governo, porque segundo os discursos de Da Costa e Silva, os opositores tentariam derrubá-lo em todo momento e tinham na imprensa uma aliada para divulgação das ações e manifestações favoráveis ao Regime.

No dia 17 de dezembro, no Rio de Janeiro, o presidente Da Costa e Silva fez um pronunciamento perante a Turma de Diplomados da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, e o Jornal O Dia trouxe na capa do dia 18 de dezembro (imagem 23) a advertência que o presidente fazia aos descontentes do regime: “Procuraram desmoralizar o governo numa e noutra tarefa escutaram vozes a levantar-se da tribuna da cátedra do Congresso na imprensa”. (O Dia, 1968; Ed. 2.597. p. 01).

⁵⁶ FABER, Marcos Emílio Ekman. Artigo sobre o ato institucional nº 5, no Jornal Última Hora, do dia 17 de dezembro de 1968, p. 1.



Imagem 23: Jornal O Dia, quarta-feira, 18 de dezembro de 1968. Ed. 2.597. p. 01.

No caso do deputado Márcio Moreira houve uma enorme falta de coesão dentro da ARENA, onde parte dos parlamentares votou contra a cassação, mostrando rupturas de correntes e ideias dentro do partido. Isso ocorreu na tarde do dia 13 de dezembro de 1968, conforme (imagem 24). O Jornal O Dia continuava noticiando os assuntos que vinham de Brasília, sem questionamentos e sem assinaturas do responsável pela matéria. A votação teria iniciado após o meio-dia e terminado às 14h e 10 minutos, com um placar de 216 votos contra o pedido de licença, 141 a favor e 12 votos em branco. Tudo isso ocorreu por conta do pronunciamento que fez na Tribuna da Câmara sobre a ação das Forças Armadas. Como resposta, o presidente Da Costa e Silva queria a sua cassação, porque o deputado federal, Márcio Moreira representava uma ameaça ao seu governo e a

forma como pretendia administrar o Brasil. Aqui nascia o AI-5 na cabeça do General Da Costa e Silva.



Imagem 24: Jornal O Dia, sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. Ed. 2.593. p. 01.

A matéria acerca da cassação dos direitos políticos dos deputados Carlos Lacerda e Márcio Moreira Alves, David Lerer, Hélio Navarro, Gastão Henrique, Gladstone Smith, Henrick Heirick, Maurício Silveira, Renato Archer e José Carlos Campos, sinaliza que o veículo havia conseguido a apuração das informações na noite do dia 30 de dezembro, em que a Presidência da República, junto ao Conselho de Segurança havia iniciado as práticas do AI-5. Na mesma matéria, é enfatizado que Carlos Lacerda ficaria inelegível por 10 anos, comparando ao que ocorreu com o Desembargador Joaquim de Sousa Neto, que fora aposentado.



Imagem 25: Jornal O Dia, terça-feira, 31 de dezembro de 1968, Ed. 2.667. p. 01.

A maioria dos Jornais noticiou a cassação dos deputados federais após o AI-5, e Carlos Lacerda, o principal opositor de Da Costa e Silva e também foi matéria do O DIA, juntamente com 11 colegas de parlamento. Vale lembrar que o também ex-deputado Márcio Moreira Alves, não se encontrava no Brasil, estava exilado em Santiago, no Chile.

O Jornal O Dia foi calado, até porque o seu diretor geral era um ex-coronel reformado do Exército Brasileiro. Octávio Miranda foi o responsável de comandar os militares, no Rio de Janeiro, durante o governo Vargas, contra a Intentona Comunista. Sem desviar da linha imposta pelo Regime, o Jornal pouco teve problemas com os seus profissionais.

Alguns veículos da grande mídia e outros setores da imprensa acabaram se beneficiando dos governos militares, mesmo estando sujeitos a uma limitação hierárquica, oriunda verticalmente, onde os pequenos não poderiam desobedecer. Para isso, muitos censores foram discriminados para fazer essa fiscalização nas redações dos Jornais pelo país.

Todos os dias eles chegavam às 18h e 19h da com aquele telegrama e afixavam na parede. Colocavam na parede dizendo que era proibido falar sobre determinado assunto e aí todo mundo da redação corria para ver, lê e saber o que era aquilo. A gente ficava sabendo de muita coisa que estava acontecendo no país, em termos de repressão, através da própria censura. Claro que a gente não usava isso para publicar nos jornais, mas a gente ficava informado, sabíamos o que estava acontecendo. (Marques, 2018)

O termo censura política estava intrinsecamente relacionada à censura da imprensa, já se um jornal publicasse fatos de mulheres nuas, seriam censurados por conta dos padrões morais vigentes e julgados pelos censores, especializados em censura política. O que não teria muito sentido, analisando o comportamento humano dentro dos conceitos morais de uma sociedade ou cultura. Ela passou a ser uma política legalista do Estado, onde o censor era o responsável pela execução LSN, que permitia ou não a divulgação de fatos. A ética em algumas redações sumiu e o profissionalismo também, mesmo cumprindo determinações estipuladas pelo governo de Da Costa e Silva. A censura se transformou em um elemento político, que esmagava a legitimidade do trabalho do profissional, que passou a se autocensurar. Para Marques (2018):

Na verdade acho que nem tinha censor no Piauí, se tinham, eram muito poucos. A censura vinha de fora. Havia uma centralização em algum lugar, acredito que em Brasília, e eles mandavam. A censura vinha de lá: Proibir falar sobre determinada coisa vinha tudo de fora. O Movimento Cultural piauiense era pequeno, não havia grande movimentação, no qual eles perseguiam muito, então não houve grandes resistências, nem atos de violência, que a gente tenha observado. O que havia na verdade era uma dureza pra você trabalhar. Eles te fiscalizavam de todo jeito. Nessa época pesada mesmo, não tínhamos a chance de fazer determinadas coisas, eles não deixavam. Por exemplo, fazer uma cobertura sobre a chegada desses generais, presidente. Recebíamos a documentação com antecedência para poder liberar o seu crachá. Você tinha que ter o lugar específico pra ficar, não podia colocar um dedo fora da área delimitada. Era uma rigidez muito grande, na ação do jornalista, que não tínhamos a chance de fazer nada. Era muito apertado. (Marques; 2018)⁵⁷.

Os jornais combatentes da censura publicavam poemas, como “Os Lusíadas”, de Camões, nos locais onde tinham retirados notícias proibidas por ordem dos censores. Tudo para preencher os espaços. Esses jornais, nacionais eram: O Estado de São Paulo (Estadão), e o Jornal da Tarde, também ligado ao mesmo grupo empresarial. (Pontes, 1968).

⁵⁷ Entrevista concedida a pesquisadora, no dia 26 de abril de 2018, na sede do Jornal O Dia.

A censura política faz mal a uma democracia e é tenebrosa. Essa censura trouxe males para o Brasil, com imposições e arbitrariedades absurdas, quando da omissão diante de casos de repressão e violência, diante da negativa do Departamento da Polícia Federal, de se noticiar até mesmo as epidemias de gripe que se alastraram pelo país. Ela foi um mecanismo de legitimação dos discursos positivos do Regime. Os jornais serviam como multiplicadores de uma ideia. Essa legitimação foi além dos aspectos sociais, econômicos e políticos. Buscou impor uma relação de poder ideológico ao povo. Tudo motivado pela aversão as ideologias socialistas presentes e oriundas dos conceitos da Guerra Fria e assimiladas por João Goulart, ainda nas reformas de base, que provocariam transformações na economia, nos sistemas e de reformas urgentes no campo da reforma agrária.

Bahia (2009) salienta o aumento dos censores pelo Brasil, a pedido de Wilson Aguiar, chefe do Serviço Federal de Censura, no dia 12 de fevereiro de 1970 esse número salta de 14 para 44 funcionários. Tudo para aumentar o poder de fiscalização à imprensa brasileira. Os Jornais que sempre se mantiveram contrários ao modelo imposto pelo Regime tinham dentro de suas redações um censor quase integral. Isso ocorria o tempo inteiro com o Jornal de maior oposição do Brasil, ao modelo adotado, depois do AI-5, o Jornal O Estado de São Paulo. Mesmo com esse aumento, o chefe pretendia ampliar o número, para 120 censores e 406 fiscais. Tudo para fortalecer o setor que amordaçava a imprensa e calava-a de forma brutal e inconsistente.

Muitos jornalistas foram perseguidos e era de práxis lideranças políticas pedirem o não credenciamento de profissionais da imprensa em coberturas envolvendo autarquias governamentais. Conforme enfatiza Marques, a situação era complicada, porque os nomes dos jornalistas eram enviados pela redação e fatidicamente quando esses nomes chegavam na redação, alguns não haviam sido cadastrados, e eles (censores) quando questionados sobre os motivos da recusa de profissionais, eles só diziam que estavam de acordo com o sugerido na Lei de Segurança Nacional (SNL). Isso ocorreu dentro do Jornal O Dia, como sinaliza Marques:

Vários jornalistas do O Dia tiveram credenciais suspensas. Você mandava das pessoas pra lá a relação do Jornal para cobrir. Ia pra lá a relação. Dessa relação, eles diziam quem podia e quem não podia ir. O porquê ninguém sabia. De fato, enviávamos 10 nomes, eles liberavam dois, três. Dependendo do ato que fosse acontecer eles liberavam a quantidade e pessoas que achavam convenientes. Nunca soubemos os “porquês” disso. (Marques; 2018).

Conforme Marques (2018) era difícil entender como a censura atuava, pois dependendo do estado e do veículo de comunicação, esse serviço poderia ser intensamente rigoroso, onde usavam a força e a repressão, como forma de garantir sua legitimação. Aqui os jornalistas eram chamados para averiguação de acordo com o enquadramento de alguns na Lei de Segurança Nacional. No Jornal O Dia, alguns eram chamados e passavam muito tempo no DOPs, que funcionava no 25° BC, para averiguação de fatos noticiados.

Na Bahia, em 1972, Antônio Carlos Magalhães, além de governador, possuía canais de radiodifusão, almejava punição ao Jornal da Bahia e tentou indiciar o redator-chefe, João Teixeira Gomes. Outro caso parecido ocorreu no Rio Grande do Norte, em 10 de agosto de 1972, quando o governador José Cortez Pereira de Araújo solicitou punição ao Tribuna do Norte, pelo mesmo motivo. A situação das concessões no Brasil estava arraigadas ao domínio da mídia e utilização dela como mecanismo eleitoral e de divulgação marqueteira de políticos.

Através de um levantamento das edições do Diário Oficial da União, entre 1985 e 1990, identificamos que, como ministro, ACM concedeu a sua TV Bahia 344 das 347 RTVs. [...] Identificamos ainda outra forma recorrente de controle da informação por parte do grupo de ACM. A publicidade oficial do Governo do Estado e da Prefeitura de Salvador (quando ocupada por integrantes do grupo) constituiu-se tanto em meio de disseminação de informação como de barganha para conquista da adesão dos veículos de comunicação que não são de propriedade do grupo. (Amaral, 2006, p. 26).

Para Kushnir (2004; p. 24), “a intolerância e uma busca por nexos foram sempre os sentimentos aglutinadores dos que procuraram compreender a atração do Serviço de Censura”.

A construção da notícia é um fato contado acerca do ocorrido e as páginas tornariam fatos políticos, em públicos. Para a censura, determinadas matérias não poderiam jamais chegar ao leitor. Conforme analisa Kushnir (2004), um jornal presta serviço de difusão da notícia, e quando segundo a mesma quando a imprensa foi

amordaçada, deixou de prestar o seu trabalho como deveria, deixando de ser informativa para interagir como uma assessoria de imprensa dos governantes.

Conforme Bahia (2009, p. 328-329), as notícias dos Jornais teriam sempre que cumprir as normas estabelecidas pelo Serviço de Censura. Desaconselhavam matérias de dissolução do matrimônio, e poderia fazer sobre ele, desde que o colocassem como um vínculo sério e respeitoso. Caso contrário, não poderiam divulgar. Se divulgassem o divórcio pegariam multa de 2 a 50 salários-mínimos, duplicando na reincidência. Além destas imposições, os Jornais também não podiam divulgar matérias que mostrassem comportamentos lascivos ou obscenos, pois na visão dos censores, poderiam provocar nos menores de 14 anos, curiosidades, principalmente aos beijos exagerados e aos prazeres sexuais.

A censura passou a ser uma política legalista do Estado, onde ele era responsável pela execução da prática da Lei de Segurança Nacional (LSN), que permitia ou não a difusão de determinadas notícias.

Em entrevista concedida ao site de notícias, cidadeverde.com, do dia 07 de março de 2015, a advogada, Iracema Santos Rocha da Silva, que hoje tem 89 anos, contou sobre a angústia e sofrimento a que foi submetida durante o regime militar, no Piauí. Sendo a única mulher presa no estado, por 30 dias, afirmou que passou fome, perdeu empregos e até o direito de se reunir com a família, por conta dos abusos praticados pelos militares, no 25º Batalhão de Caçadores:

Eu sempre acreditei que a mulher tem que ter os mesmos direitos dos homens. Fui a favor da Revolução Industrial e desde então fui perseguida e censurada. A primeira vez que passei por isso foi durante um discurso no rádio, ao lado de Petrônio Portela. Cortaram a minha palavra. Dias depois, fui presa e vivi os piores pesadelos. Quando cheguei ao 25º BC, me colocaram sentada, de costas para a porta, em um tamborete, no escuro. Desse modo, eu não conseguia ver quem estava se aproximando para o interrogatório. Eles queriam que eu confirmasse que era comunista, me humilharam. Diziam que eu não merecia viver, que tinha que ter cuidado dos meus filhos e esquecido a política. Eu respondia apenas que cuidava da minha família, sim, mas também da democracia e do direito da mulher nas horas vagas. Às vezes, eles me deixavam dias sem comer e depois chegava uma pessoa e dizia que iria me fazer uma comida especial, muito gostosa. Nesse dia, eu não comia. Eu tinha medo de ser envenenada, de me matarem e sumirem com meu corpo. (Santos, 2015).⁵⁸

⁵⁸ Entrevista concedida em 7 de março, de 2015. Disponível no site cidadeverde.com/ <<https://cidadeverde.com/noticias/187335/anistiada-advogada-presa-na-ditadura-no-piaui-desabafa-minha-alma-ja-doeu-muito>>. Acesso em 23 de maio de 2018. Às 19h33.

A descrição vai contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde as liberdades individuais foram violadas. Enquanto esteve presa, no 25° BC, a piauiense ficou longe dos filhos, do marido, cinco dias após estava de volta em casa. Mas foi presa novamente e levada para o Quartel de Polícia, na Praça Pedro II, onde respondeu a processos. Conforme sinaliza, em reportagem concedida a Revista Cidade Verde (2015; p.12): “[...] Ainda hoje me dói quando lembro [...]. A minha filha mais velha, que tinha 17 anos, estudava no Liceu, e lá as pessoas diziam que não era pra falar com ela, porque ela era filha da comunista. Então, ela ia para a casa chorando”.

Um dia antes da publicação do AI-5, no dia 12 de dezembro de 1968, quinta-feira, o maior opositor do Regime, o Jornal O Estado de São Paulo, através do editorial, “Instituições em Frangalhos”, escrito por Júlio Mesquita Filho, analisou a situação de Márcio Moreira Alves, que fora acusado pelo então presidente Da Costa e Silva, de ter ofendido às Forças Armadas. Esse texto iria ser impresso e divulgado no dia 13 de dezembro, justamente no dia da homologação do AI-5. Na madrugada, conforma sinaliza Kushnir (2004), os censores entraram na redação e proibiram a circulação do jornal. Pior que isso, determinou a paralisação das máquinas e a apreensão de todos os impressos que estavam no ponto para circularem em São Paulo, e no interior do estado.

Para Kushnir (2004, p. 40), “a censura realizada por militares, já era uma rotina naqueles dias tensos, que envolviam o destino do deputado Márcio Moreira Alves”.

Se avaliarmos a essência da censura e a forma como ela atuou após o AI-5, podemos assinalar que em pleno século XXI, vivemos sobre censura, de forma moderada, sem imposição das armas, e ao mesmo tempo escancarada, onde os jornalistas seguem linhas editoriais determinadas pelos veículos, que por está ligado a quem está no poder, muitas vezes se calam diante de determinados fatos, por necessidade do emprego. Já os veículos seguem uma conveniência para evitar danos e prejuízos financeiros, geralmente ligados à promoção de propagandas e incentivos a publicidade dos órgãos públicos. Isso promove aos jornalistas uma autocensura, tendo em vista que a necessidade de se manter no mercado muitas vezes vai além da conduta ética do profissional.

Livros, jornais, teatros, música e cinema sempre foram atividades visadas pelos mandantes do momento e, muitas vezes, tratadas como simples rotina policial, pois as prerrogativas públicas sempre foram dadas aos governos de maneira explícita legalizadamente. Ademais, instrumentos reguladores, “leis de imprensa classificações etárias” (para diversões públicas) e proibições de “atentados à moral e aos bons costumes – frequentemente possibilitaram mecanismos censores que contavam, além disso, com o benefício da legitimação que largam parcelas da sociedade lhes conferem, já que os consideram atuais. Assim, para a ditadura militar tratava-se mais de uma adequação, não de uma criação. (Fico, 2003, p. 187-188).

A censura durante todos os governos militares esteve presente, mesmo que algumas pessoas afirmem que não houve censura na imprensa, sendo uma ingenuidade acreditar que até 1968, o regime poderia ter seu fim decretado. Além disso, os governos passaram a cortar a publicidade o que gerava perda de receitas pelos jornais. Isso porque com o AI-5 o maior anunciante de publicidade dos impressos passou a ser o governo. Vale ressaltar que não foram somente os impressos que usufruíam dos incentivos fiscais dos governos, mas também o rádio e a televisão, conforme afirmou Marques:

A perseguição foi muito grande. O que eles podiam fazer? Mexiam no bolso. Não houve muita coisa, eles nunca deram papel de jeito nenhum. Porque o papel continua sendo isento de impostos como ainda hoje ele é. O papel no jornal é imune, não se paga imposto por isso. Mas na época havia, por exemplo, incentivos fiscais. Ele não tinha imposto, mas tinha incentivo. O ele custava 10, o estado pagava cinco. Isso foi tirado. Mas foi mais pra atender uma política econômica. Eles fizeram isso com vários segmentos. (Marques, 2018)

3.1 JORNAL O DIA: 67 ANOS DE HISTÓRIA, UM TRAÇO DE SEU FAZER JORNALÍSTICO

O jornal O Dia foi fundado em 1º de fevereiro de 1951, pelo empresário Raimundo Leão Monteiro⁵⁹, no qual atravessa mudanças jornalísticas, no ano de 1964, quando passa em definitivo as mãos do coronel Octávio Miranda. O Jornal fazia parte da imprensa oficial, era publicado duas vezes na semana, as quintas e aos domingos, e tinha tiragem menor, com baixo número de anunciantes. O veículo sofria interferências políticas desde 1963, quando passava por um momento difícil financeiramente e o coronel resolveu adquiri-lo, em outubro. Vale lembrar que não foi de imediato que o empresário mudou os

⁵⁹ Proprietário do Jornal O Dia de acordo com a matéria divulgada no site cidadeverde.com, sobre os 60 anos do impresso, no dia 01 de fevereiro, de 2011. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/72303/jornal-o-dia-completa-60-anos-e-leva-leitores-para-passeio-de-balao-a-gas>>. Acesso em 29.06.2018. Às 10h37.

formatos jornalísticos do impresso. Ele adquire em 1963, mas somente em 1964 é colocado em prática e plano de modernização do jornal, com mudanças na linha editorial.

Octávio Miranda tinha muitos amigos políticos, por já ter sido deputado constituinte, e por conta dessa influência conseguia anunciantes que ajudaram a alavancar o faturamento do Jornal, que assumiu o perfil de grande imprensa, pautado nos princípios norteadores do capitalismo, com os alinhamentos as visões liberais.

O Jornal a partir de então, passou a apoiar o regime, de forma a usar uma autocensura na produção de suas matérias, isso é perceptível na fala dos entrevistados, Marques (2018), Nunes (2018) e Miranda (2017), que sempre atenuam a ideia de o veículo ter se alinhado ao regime, mas o cumprimento das ordens era essencial para evitar problemas com as autoridades. Na época o proprietário era visto como um homem visionário e empreendedor, com noções de negócio além do seu tempo. Tudo analisado pela forma como conduzia os negócios no meio empresarial.

Era reconhecidamente um homem que conseguia empreender facilmente, e com muitos amigos no campo político, inclusive o próprio governador Petrônio Portela, ficava mais fácil se resguardar de qualquer opressão sinalizada pelos censores.

Pompílio Santos era o diretor secretário do veículo, ou precisamente o editor, em 1968. E a diretoria comercial ficava sobre a liderança do Cel. Da Polícia Militar, Jofre Castelo Branco. No período analisado, em 1968, Jofre comandava a capital do estado, sendo o primeiro a ocupar o Palácio da Cidade de Teresina, durante a ditadura, sendo eleito pelas regras do AI-3, com escolha indireta da Assembleia Legislativa do Piauí, a partir de indicação do governador Helvídio Nunes. Este último, por sua vez, também foi escolhido diretamente pela ditadura, sem voto popular.

O Jornal, no recorte delimitado se apresenta como um veículo matutino diário, de propriedade da Empresa O Dia S/A, mas conhecido como Grupo O Dia de Comunicação. Esteve localizado na Rua Areolino de Abreu, nº 1434, e anos depois, teve sua sede transferida para a Rua Governador Artur de Vasconcelos, nº 131, atual endereço. O veículo se autodenominava como um *órgão independente, noticioso e político*, tudo respaldado pela forma como as matérias eram publicadas e a linha em que cada uma delas era conduzida. Os laços que ligavam o ex. coronel Octávio Miranda a grupos políticos eram grandes. A falta de anunciantes de peso, fez com que o veículo divulgasse as

prestações de contas do prefeito de Teresina, talvez por uma consolidação da parceria, Estado/veículo.

No início da década de 1960, ainda sobre o comando de Leão Monteiro, as notícias internacionais sempre eram de cunho negativo quando o assunto era o comunismo. O Jornal sob a direção de Octávio Miranda só vai persistir nas análises, assimilando notícias locais sobre os movimentos que se opõe aos militares.

No Piauí, em 1964, assumiu o governo do estado, Petrônio Portela (Arena), quando o Jornal O Dia mostrava uma postura de oposição. Em 1963, O Dia com seus principais jornalistas Deoclécio Dantas, Tito Filho, Eulino Martins, Petrarca Sá e Iracema Santos Rocha mostravam firmeza nos posicionamentos contrários ao governo. Vale lembrar que O Dia, antes de ser consolidado como um projeto da empresa Folha da Manhã, do Coronel Octávio Miranda, foi arrendado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), precisamente entre maio e outubro de 1962, conforme sinalizou Oliveira (2007, p. 53). Por isso, o atual diretor do veículo Valmir Miranda, suscitou a possibilidade de seu pai ter adquirido o impresso a pedido de um amigo, Petrônio Portela.

Nesse período o Jornal passava por problemas financeiros, chegando há ficar uns dias sem circulação pela cidade. Até que Leão Monteiro, resolveu vendê-lo à Empresa Folha da Manhã, em agosto de 1964, conforme sinalizou Oliveira (2007).

Para o filho de Octávio Miranda, o pai teria comprado o impresso a pedido de um amigo particular, o senador Petrônio Portella.

Ele vivia criando empresas. Tinha dado baixa do Exército e comprou o Jornal O Dia. Não lembro muito bem. Esse Jornal quando ele comprou, eu tinha 13 anos, hoje tenho 66. Ele não criou, adquiriu da mão de outra pessoa. Foi fundado em 1º de fevereiro de 1951. Eu, moleque me lembro, próximo do Hospital do Cerqueira, a Med Imagem, era onde funcionava o Jornal. Tinha dificuldade em trocar máquinas e um senhor carequinha, passou a ajudá-lo. No final ele (quem?) comprou máquinas novas que mudou o padrão do Jornal. O Dia foi o primeiro a implantar as máquinas linotipo e offset, de todos os impressos da época. (Miranda, 2018).⁶⁰

⁶⁰Entrevista concedida ao pesquisador, com o atual proprietário do veículo analisado, Sr. Walmir Miranda, realizada no dia 14 de novembro de 2017, às 17h, na sede do Jornal O Dia.

³⁴ Entrevista concedida ao pesquisador, com Carivaldo Teixeira, realizada no dia 26 de abril de 2018, na Sede do Jornal O Dia.

Assumi o perfil de grande imprensa, pautado nos princípios norteadores do capitalismo, com os alinhamentos as visões liberais.

O slogan do Jornal em 1969, atrelado ao marketing mostrava força: *Se o Dia disse, a notícia existe*. Vale ressaltar que o proprietário o Sr. Octávio Miranda era um homem de influências no meio empresarial e político, sendo amigo do então ex-governador e no recorte senador Petrônio Portella.

Com a aquisição, o impresso se reformulou e houve um aumento nas colunas. A coluna social liderada por Elvira Raulino, na imprensa piauiense. O caderno de esporte ficava sobre a responsabilidade de Deusdeth Nunes e Carlos Said. A coluna literária era feita por Conceição Castelo Branco, e a de televisão, comandada por Simplício Mendes, que tratava dos assuntos de cidade de Teresina. Vale lembrar que A. Tito Filho, Deoclécio Dantas, Andréa Sousa Lélis, Celso Barros Coelho foram colaboradores importantes na propagação e difusão do impresso, que com entrada de capital consegue, já na administração do coronel Octávio Miranda, a partir de 01 de fevereiro de 1964, ter uma produção diária.

Conforme Oliveira (2007), Leão Monteiro, ex-proprietário de O Dia, mantinha uma linha editorial populista ao impresso, até 1963, quando foi vendido. Eulino Martins liderava a redação com uma linguagem política diferente da empregada pelo grupo empresarial Folha da Manhã, que adquiriu o veículo em 1964, sob a égide do Coronel Octávio Miranda, e José Lopes dos Santos e Deoclécio Dantas, como redatores, implantaram uma linha editorial mais conservadora, tendo em vista o posicionamento político de alinhamento com as ideias e conceitos militares. O primeiro ainda mostrava nos editoriais a sua formação na área jurídica.

Com caracterização dúbia, o Jornal O Dia, com Leão Monteiro qualificava-se como de cunho político e no período analisado, já sobre o comando do Coronel Octávio Miranda, também apresentará um exercício da política direta, quando divulga atos, prestações de contas de políticos. Esse aspecto político é substancial até hoje, quando alguns discursos são confundidos com ideologias políticas, pois o proprietário Octávio Miranda (PTB) havia sido deputado constituinte e mesmo que em 1968 e 1968, não tivesse mais filiado, possuía ligações políticas.

Deoclécio Dantas assumiu a redação do jornal, quando José Lopes deixou o veículo e com a liderança teve que suportar o AI-5, onde o discurso jornalístico e de oposição desapareceu, além de assumir uma postura informativa, em 1969.

Os jornais levam consigo a ideologia de quem os escreve e carregam influências de seus respectivos proprietários. Por isso a importância de lembrar a historiografia do fazer jornalismo do veículo em destaque. A imprensa é responsável pelo resgate da memória e construção da história da sociedade. No Piauí temos dificuldades em acervos, o que aumenta a responsabilidade dos impressos para a autenticidade desse trabalho. E as duas áreas de história e jornalismo são importantes para o resgate da memória do Jornal O DIA no período da implantação do AI-5, sua visão identitária e ideológica, visto que funcionam como aliadas para a preservação da sua história.

As sociabilidades promovem uma relação do jornal e a política, imprime padrões culturais, modifica hábitos e traz relatos e memórias, de quem viveu no período analisado e ainda estão vivos.

A relação entre história e jornalismo é infinita, tendo em vista que os historiadores abordam o fato noticiado como uma construção social, marcado pelo tempo. Isso é sinalizado quando historiadores focalizam os aspectos relacionados às notícias de um meio, sinalizando o efeito que o jornalismo tem na vida da população, quando veicula representações linguísticas, fatos noticiosos.

Nesse aspecto é importante ressaltar que várias áreas se utilizam da memória e da história, e o jornalismo nessa linha de pesquisa tem seu papel na divulgação e preservação dos discursos. Para Jacques Le Goff (1996, p. 426), o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história.

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais (...). Nenhuma história das mudanças sociais e econômicas ocorridas neste século poderia ser escrita sem essas duas fontes (Hobsbawn, 1994, p. 4).

A relação dos jornalistas com os censores não era boa, apesar de não terem contato direto com eles. Quando chegavam ao Jornal O Dia, entregavam os bilhetinhos na portaria do impresso. Mesmo assim os jornalistas nutriam raiva, pois eles representavam um

modelo administrativo que interferia no fazer jornalístico da imprensa brasileira, executando as determinações oficiais. Em O Dia, não foi diferente e um fato curioso é contado pelo jornalista mais antigo do Jornal, Marques (2018):

O que a gente fazia aqui era só dificultar o trabalho desse povo, mas nada. Eles chegaram aqui e pediram para diminuir o tamanho da porta da entrada. Aqui a porta era de ferro que enrola, aí foi feito uma bem pequenininha e para a pessoa entrar tinha que se abaixar. Eles chegavam às 18h e 19h da noite e então só tinha um vigia. E certa vez estava chovendo, um desceu do carro e bateu com a cabeça. Deu um corte enorme na cabeça e ele ficou sangrando lá no chão e ninguém deu atenção pra ele, pois a gente tinha raiva dele. Coisas desse tipo que a gente fez (risos), até maldade a gente fazia (risos). Mas enfim, que houve perseguição não. (Marques; 2018)

A forma de noticiar o aniversário da Intentona Comunista, no editorial da página 3, do dia 27 de novembro, de 1968, pelo Jornal O Dia dá uma ênfase na linha ideológica do veículo, pois traz uma análise negativa das ações do movimento, que era o maior representante das esquerdas⁶¹ e que lutava pela redemocratização do país. Na editoria o movimento foi tido como fracassado, após tentar usurpar a fonte do poder do governo da Presidência da República, em 1935, chefiada pelo Sr. Getúlio Vargas.

Muitos jornais pelo país tiveram suas redações invadidas, após a homologação da “Lei da Mordação”. Algumas chegaram a ser depredadas ou fechadas pela Polícia Federal, conforme analisa Kushnir:

O estabelecimento da censura prévia significava ter as matérias analisadas por um censor na própria redação ou envio do material ao Departamento de Polícia Federal (DPF), da cidade ou a sua sede, em Brasília. Esse mecanismo complicava muito a tarefa de publicar notícias atualizadas como era o objetivo da imprensa. (Kushnir; 2004, p. 43)

No caso do Jornal O Dia, os censores não chegaram ao extremo, ficavam na portaria e quando pretendiam fazer alguma observação se dirigiam a sala do diretor do veículo, o coronel Octávio Miranda, e lá entregavam os telegramas, que determinavam o que podia ou não ser divulgados, e os motivos que levavam determinadas matérias sinalizadas como proibidas a serem divulgadas. Conforme Marques, (2018), estes eram

⁶¹A intentona comunista foi um movimento liderado por Júlio Prestes, com o intuito de propagar ideias comunistas e lutar por melhorias trabalhistas nos diversos setores da economia nacional. Seu maior desenvolvimento se deu quando assumiram uma postura contrária ao governo de Getúlio Vargas.

colocados em um mural, disposto na redação e adquirido pelo Cel. Octávio Miranda, a pedido dos próprios censores, para serem colocados e analisados pelos jornalistas às observações.

Por conta disso usamos uma tática: ninguém assinava, eles chegavam aqui e ninguém assinava. Acabavam colocando para o vigia assinar, coisa desse tipo, aí o vigia dizia que não queria receber. Criou-se uma dificuldade para não receber aquela informação, por uma questão de resistência. Eles exigiram que se colocasse um quadro dentro da redação para afixar os telegramas deles lá. Todos os dias eles chegavam às 18h e 19h da com aquele telegrama e afixavam na parede. Colocavam na parede dizendo que era proibido falar sobre determinado assunto e aí todo mundo da redação corria para ver, lê e saber o que era aquilo. A gente ficava sabendo de muita coisa que estava acontecendo no país, em termos de repressão, através da própria censura. Claro que a gente não usava isso para publicar nos jornais, mas a gente ficava informado. Sabíamos o que estava acontecendo. (Marques; 20018).

Os impressos acabaram se autocensurando, quando decidiram está do lado do poder e aliados a grupos políticos com poderes vigentes. Para Kushnir (2004, p. 52), esses jornalistas eram chamados de “*colaboracionistas* e analisados pela autora como *cães de guarda*”, onde muitos destes eram inclusive policiais.

Os jornais na maioria das vezes apareceram na história como um veículo de divulgação de ideias políticas e no O Dia não era diferente.

Conforme Oliveira (2007, p. 53), “nos seus primeiros anos, O Dia contou com a colaboração de Bugyjia Brito, Cunha e Silva, Camal Curi, Petrônio Portela e Arimatéia Tito Filho”.

O Jornal O Dia foi arrendado por uma ala do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que provocou em 1962, a saída de cronistas e colaboradores do impresso. Assumindo o governo o político parnaibano, passou O Dia a efetivar campanhas constantes contra a sua administração. Nesse tempo, O Dia contava com Cunha e Silva, Deoclécio Dantas, Tito Filho, entre outros. Quando se aproximou a campanha eleitoral de 1962, com as candidaturas de Petrônio e Constantino, este jornal foi arrendado pelo PTB e mudou inteiramente de orientação, com a defesa do governo Chagas Rodrigues e a propaganda do candidato do PTB. Os colaboracionistas principais deixaram o Jornal. (Oliveira, 2007)

Segundo Rego (2001), historicamente desde a fundação do primeiro jornal impresso no Piauí, O Piauiense, em Oeiras, as práticas jornalísticas estavam ligadas com as atividades políticas, talvez pelo fato de uma tentar legitimar a força da outra. A política necessitando dos meios de comunicação para difusão dos seus projetos e as empresas jornalísticas necessitando aumentar a renda. A relação dos jornalistas com o poder

também era questionável, tendo em vista os baixos salários pagos aos profissionais de comunicação do estado tendo acabam fazendo com que os repórteres buscassem renda através da prestação de assessorias a órgãos públicos e parlamentares. A questão da dupla-função (jornalista/assessor de imprensa) é uma realidade que tem continuidade em dias atuais, gerando discussões sobre a questão ética.

Nem a Igreja escapava, por vezes, de aparecer nas páginas dos Jornais. O Arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, não era bem-visto pelos militares, pois acreditavam que a sua opção pelos pobres estimulava movimentos, ajudaria a montar sindicatos rurais, afastando a ideia dos participantes de qualquer identidade comunista, conforme sinaliza Nascimento (2006).

A ação social da arquidiocese comandada pelo bispo, na educação na saúde, junto aos trabalhadores rurais, colocava-o na mira dos militares. Chegou-se a dizer que Dom Avelar Brandão Vilela era incentivador das Ligas Camponesas no Piauí. Isso não é verdade, porém incentivou a atuação da Igreja Católica na montagem de sindicatos rurais, desenvolvendo uma fórmula de afastar os homens e mulheres da esfera de atuação do Partido Comunista ou de setores mais radicalizados da sociedade brasileira. (Nascimento; 2006, p. 39-40).

No Jornal *O Dia*, Dom Avelar na matéria, defende o seu amigo, arcebispo de Crateús, Dom Frágoso, preso por suspeita de trama subversiva, juntamente com Carlos Marighela, colocado na matéria como “*ex-deputado e comunista*”. Na matéria, Dom Avelar se diz preocupado e assinala: “Mas eu ainda acredito no bom senso dos homens que nos governam. E não acredito que Dom Antônio Frágoso esteja como pode insinuar a notícia, em lugar não definido. Por outro lado, jamais poderia acreditar que mantenha qualquer veiculação com o ex- Deputado Geraldo Marighela”. (Jornal O DIA, sábado, 23 de novembro de 1968, p. 01).

O jornalista que fez a matéria como tinha se tornado rotina no Jornal O Dia não assinou, mas deixa o seu ponto de vista acerca da prisão do bispo: “É evidente que todo acusado tem o direito de defesa. E, se existem acusações contra Dom Antônio Frágoso, é necessário que se apresentem os argumentos positivos e criteriosos à consciência da Igreja e do país, para o seu conhecimento e consideração, evitando-se deste modo o uso e o abuso do simples argumento de mera autoridade”. (Jornal O DIA, sábado, 23 de novembro de 1968, p. 01).



Imagem 26: Jornal O Dia, sábado, 23 de novembro de 1968. Ed. 2588.p.01

Mesmo acatando as decisões oriundas dos censores, o Jornal O Dia, sofreu uma autocensura nos seus jornalistas, pois evitavam usar jargões que poderiam ofender o regime. A censura não escolhia sobrenome e em fevereiro, de 1971, conforme analisa Nascimento (2006, p. 49), o promotor Valter de Oliveira Sousa fez uma acusação a alguns profissionais, por noticiarem reportagens que poderiam incitar opinião da população contra o poder judiciário, e por isso foram denunciados à 10ª Região Militar. O impressionante é que à maioria dos acusados era do Jornal O Dia.

A denúncia é baseada na Lei de Segurança Nacional e os acusados são o Coronel Octávio Miranda, diretor-presidente de O Dia, Volmar Miranda, vice-presidente em exercício do mesmo jornal; Wilson Fernando, direto-secretário também de O Dia, José Ribeiro, diretor comercial do mesmo Jornal; Paulo Henrique Araújo Lima; Deoclécio Dantas Ferreira e Pedro Sidney Soares, colunistas de O Dia, e Carlos Augusto de Araújo Lima, diretor de radiojornalismo da Rádio Pioneira de Teresina. (Jornal Do Piauí; 1971, p. 8).

Dom Avelar era uma das personalidades mais visadas pelos militares, porque dava ao povo uma assistência social que era inexistente nesse período, principalmente aos municípios do interior do Piauí. O veículo noticiou e avaliou os questionamentos do bispo, creditando ser essencial que tudo fosse esclarecido e averiguado com cuidado. O arcebispo era voltado às lutas sociais e isso poderia ser um perigo para o regime. Para Ribeiro (2002; p.51), "Sobretudo porque aventureiros e muitas pessoas desqualificadas chamavam-no de comunista, e chegaram até a pedir, a exigir a prisão de Dom Avelar".

Diariamente O Dia recebia os censores na portaria, onde eram entregues telegramas com o que podia e o que não poderia ser divulgado, o que para muitos jornalistas acabavam informando a imprensa, conforme analisou Deoclécio Dantas, ao ser entrevistado pelo prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

De ordem superior nada pode ser divulgado sobre o pronunciamento de Dom Helder Câmara, feito em Recife. No outro dia chegava outra censura: De ordem superior nada pode ser divulgado sobre o surto de meningite, em São Paulo. Noutro dia chegava outro edital: De ordem superior nada pode ser divulgado sobre o discurso do General Albuquerque Lima, feito em Recife. Certo dia chegou outro edital: De ordem superior nada pode ser divulgado a respeito da renúncia do governador do Paraná, seu Aroldo Leão Pires. Eu não sabia nem que o cara tinha renunciado. Quer dizer, a censura terminava colocando a gente a par do fato [...] (Dantas, 2002) ⁶².

Dom Avelar apresentava personalidade forte, era destemido e agia em alguns momentos de forma diplomática. Respondia a questionamento dos censores de forma precisa e lógica. Questionado por um censor, acerca a sua falta de atenção na preservação da ordem democrática, respondeu: "Que democracia é essa que o senhor fala? Porque o senhor faz parte de um movimento que derrubou um presidente eleito pelo voto direto. E agora o senhor quer me dizer que democracia é esta que está implantatada? Eu acho que há um equívoco e o equivocado não sou eu". (Dantas, 2002).⁶³

⁶²Depoimento concedido ao professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento, na construção do livro Encruzilhadas da História: Rádio e Memória. Teresina, 19 de março de 2002.

⁶³Depoimento concedido ao prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento, por Deoclécio Dantas, na construção o livro: Encruzilhadas da História: Rádio e Memória: Teresina, 19 de março de 2002.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA ORAL

Esta pesquisa analisou as ideias políticas e sociais do jornal *O Dia* em 1968, através das matérias que reforçavam os ditames do regime, avaliando-se também como se relatavam os opositores ao governo. Um dos exemplos era a ênfase dada ao relatar como grandes fracassos movimentos da *Intentona Comunista*⁶⁴, formada por militantes oriundos do *PCB*⁶⁵, e liderado por *Luís Carlos Prestes*⁶⁶.

A história tem o papel de facilitar a comunicação e a interpretação, produzir discurso e criar conflitos através dos discursos. Tudo para chamar atenção para questões que ainda precisam ser respondidas, estudadas e analisadas.

As experiências, sentimentos são influenciadas pelo fenômeno comunicacional, tendo em vista as ações humanas moldadas através da mídia. Por isso, a necessidade de a história analisar o tema e o veículo como forma de preservação da identidade do *O Dia* e de sua memória, agregada a uma raiz ideológica política.

A *memória coletiva* poderia ser deformada pela sua subjetividade e o historiador busca entender a memória, corrigir suas possíveis falhas sem influenciar na notícia. Por isso a necessidade da pesquisa, para que o trabalho intensivo busque a comprovação de fatos, verdades parciais que vão surgindo durante as análises dos impressos, no que tange seus aspectos críticos e reflexivos na construção da notícia e ideologia. A partir daí

⁶⁴A *Intentona Comunista* nasceu em 1935, possuindo natureza político-militar, reivindicava políticas imediatas contra o governo de Getúlio Vargas. É estudado como um dos movimentos tenentistas, realizados no Brasil desde a década de 1920. Sobre influência comunista, articularam a ideia de uma revolução "nacional-popular" contra as oligarquias, o imperialismo e o autoritarismo, como a abolição da dívida externa, a reforma agrária e o estabelecimento de um governo de base popular, que embora estabelecida por um movimento armado, não se propunha a ultrapassar o quadro da ordem social burguesa. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Intentona_Comunista>. Acesso dia 31.03.2018. Às 12h27

⁶⁵Partido Comunista Brasileiro (PCB) é um partido político brasileiro que se define como um partido de militantes e quadros revolucionários que se formam na luta de classes, na organização do proletariado[5] e no estudo teórico das obras de Karl Marx e Friedrich Engels. Sua base teórica para a ação prática é o marxismo-leninismo, que se pauta nos princípios desenvolvidos por Vladimir Lênin. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_Brasileiro>. Acesso dia 31.03.2018. Às 12h17.

⁶⁶Foi um militar e político comunista brasileiro, considerado uma das personalidades mais influentes no país durante o século XX. Foi secretário-geral do Partido Comunista do Brasil e foi companheiro de Olga Benário, morta na Alemanha Nazista na câmara de gás, após ser entregue àquele regime pelo governo do presidente Getúlio Vargas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Carlos_Prestes>. Acesso dia 31.01.2018. Às 12h21.

poderemos construir novos estudos acerca de fatos históricos que ainda não foram descobertos ou pesquisados. Nesse aspecto a memória conecta fragmentos gerando novos conhecimentos.

O jornalismo não tem a função de se apresentar como um objeto de memória, mesmo assim, noticia uma série de acontecimentos que passam a compor seu caráter seletivo o que propicia aos historiadores a busca por objetos de pesquisa que possam ser redescobertos e jamais esquecidos. Para isso, precisa buscar a objetividade e a imparcialidade, provocando uma reflexão crítica acerca de fatos, buscando em todo o momento a credibilidade na notícia, passando a uma memória coletiva. Por isso, a imprensa como memória pode ser seletiva, pois resultam de enquadramentos, esquecimentos e silêncios e atua com a construção social, já que as notícias produzidas estão inseridas dentro da sociedade com hábitos, culturas, costumes e tradições diferentes.

Segundo Sousa (2007, p.11-12) a análise de um jornal pode ser avaliada sob a ótica do objetivo que interpreta o texto escrito e outro que precisa entender aquilo que não aparece escrito, sendo possível identificar através do contexto histórico. “Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico”.

A história oral constitui o presente, através da análise do passado e ao mesmo tempo visa o trabalho com os agentes vivos antes que suas recordações se apaguem. Constrói através da análise entre memória e historiografia, a partir de questões suscitadas e busca das respostas mais próximas para essa construção.

A história se utiliza da memória, por isso os jornais são importantes, por serem fontes de pesquisa para esse resgate. Como analisava apud Heródoto, considerado o pai da história, no qual conceituava “... a memória como um ato de investigação, ou procura que exige certo detalhamento e vai à busca do assunto”. (Le Goff; 2003, p. 18).

A memória usada como fonte histórica no jornalismo pode oferecer manipulações conscientes e inconscientes, remontando às análises pessoais dos agentes do processo e isto pode ser assimilado de uma forma positiva ou negativa, dependendo dos que os investigados ou entrevistados apresentarem de novo durante as análises.

Por isso, ressalta Camargo (1986; p.14), “todo depoimento é uma versão e toda versão é um ensinamento parcial e pessoal sobre situações e acontecimentos, as pessoas e o mundo”.

Trabalhar com depoimentos e trilhar caminhos diferentes, não significa dizer que não exista uma reconstrução da história, mas nos aproxima do objeto, através dos discursos e das narrativas. Por isso, Alberti ressalta:

Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado [...]. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. (Alberti, 2004, p.75).

Na verdade, a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada sempre, que apresenta aspectos conceituais já que o tempo e as representações coletivas contam com as transformações sociais, políticas e ideológicas. Vale ressaltar que a subjetividade das análises do jornal O Dia, remonta a um olhar pessoal do pesquisador, sob a ótica da construção social e visão que este tem do mundo que é particular a cada ser na relação emissor/sujeito.

Os acontecimentos históricos são imutáveis e processados de forma gradual e isso remonta aos historiadores uma busca em torno dos sujeitos e as testemunhas que o construíram e processar análises no tempo presente de cada uma dessas pessoas. De acordo com Pollak (1992, p. 2), “se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”.

Le Goff (2003, p.471) atribui ao jornalista um perfil próximo ao do historiador, do antropólogo e sociólogo, no que tange ao retorno da memória. O jornalista piauiense, Carlos Castelo Branco, escreveu em sua coluna “Castelo”, no dia 14 de dezembro de 1968, após o AI 5:

Ao Ato Institucional de ontem não deverá seguir-se nenhum outro ato institucional. Ele é completo e não deixou de fora, aparentemente nada em matéria de previsão de poderes discricionários expressos. A experiência do governo Castelo Branco, que teve de editar atos desse tipo quatro vezes, será aproveitado ao redator do novo édito. [...] O Congresso posto em recesso por tempo indeterminado está praticamente fechado e tudo indica que se cumprirão as profecias de um expurgo no Poder Judiciário. A possibilidade, mantida pelo

Presidente, de convocar o Congresso sem compromisso de data indica que somente para resolver uma crise eventual ele o fará. Mais provavelmente, contudo, Câmara e Senado somente voltarão a se reunir para constituir Colégio Eleitoral que, no tempo próprio ou no momento designado pela revolução, formalizará a escolha do sucesso do Presidente Costa e Silva. [...] Quanto à execução do Ato, é agora questão de tempo. O Presidente Castelo Branco usou parcimoniosamente de seus poderes discricionários. O Presidente Costa e Silva tem a imagem de homem moderado e de sentimentos humanitários. Resta saber se terá condições de exercer com a mesma moderação do seu antecessor os tremendos poderes de que se investiu após tanta hesitação. (Branco, apud Rego, 1968)⁶⁷

A imprensa perde um pouco sua essência e sua capacidade de servir à população quando é censurada e isso é piorado quando esta se encontra aprisionada por poderes políticos, ficando sem um padrão jornalístico, e fazendo um papel de anunciante dos referidos sistemas vigentes. Essa relação é complicada, porque em pleno século XXI, quando existentes de forma muito próxima, acarreta relações de subserviências.

Com o AI-5 há uma análise a ser feita, da proximidade com a mordça promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no Estado Novo, da Era Vargas. No entanto, de forma mais enérgica e opressora, “a repressão, a violência e a tortura contra os inimigos ou adversários do regime, suspensão de direitos civis e políticos, a censura aos meios de comunicação ocorreu em um grau de extensão inédito na história brasileira” (Fausto; op. cit. p.70).

Para Godinho (2004, p. 63), “a história nunca perdoa quem faz da censura política uma profissão”.

Da Costa e Silva e seus aliados na maioria de seus discursos não utilizavam a expressão comunismo e nem permitia que assim o fizesse os veículos oficiais, sinalizava uma oposição que não era comprometida com as ideias de um novo Brasil e muitas vezes criticavam seus opositores da Revolução de 1964, que para os entendedores seriam os “comunistas”.

Para Bahia (2009, p. 327) foi notório que a autocensura era comemorada pelos censores, para eles “o estado sensorial estimula a autocensura. Censores espertos costumam ver na autocensura a fiel companheira da censura”.

⁶⁷ BRANCO; Carlos Castelo. **Coluna do Castelo**. Jornal do Brasil, 14 dez. 1968. Por RÊGO; 2016, p. 47.

A autocensura é a pior de todos os modelos de mordação, porque abrigava os profissionais pelo medo a fazerem matérias sempre pensando em como os censores iriam lê-las ou interpretá-las. A imprensa escrevia com medo.

A autocensura, no entanto, ao contrário do medo, não é imanente. A autocensura é uma extensão da censura e quase sempre pode atuar no jornalismo como parte invisível do corpo censório ostensivo. Em épocas de o caso das liberdades fundamentais, ela é útil para quem exerce a coerção. Só subsiste porque há uma adesão em causa. (Bahia; 2009, p. 327).

Os veículos de comunicação são mediadores entre o fato (notícia) e o leitor. É através deles que inserimos um estudo da memória, aproximando o presente, do futuro, e configurando um retorno da identidade social e histórica de um povo.

Os meios de comunicação não são os únicos, mas são hoje um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de “testemunhas autorizadas”, e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere neste processo não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades sociais. Um aspecto importante que gostaríamos de sublinhar é que, ao contrário do que se costuma afirmar, o jornalismo faz não só do presente, mas também do passado, as referências fundamentais da sua experiência testemunhal do mundo. É na reconstrução do fato da atualidade, sempre fugaz, e também nos seus rituais de rememorações à experiência humana e sentido a si mesmo como sujeito social/institucional. (Ribeiro, 2007, p. 222 e 223).

Os entrevistados mostraram como foi o período analisado e como funcionava a redação do Jornal O Dia, analisando a forma como o AI-5 chegou ao Piauí e como os censores executavam as ordens do Serviço Nacional de Informação e o enquadramento de profissionais do impresso na Lei de Segurança Nacional. A produção dos depoimentos será usada para fomentar um resgate das lacunas ainda não preenchidas desse período, quando da produção e do jornalismo político, executado pelo impresso, que era o maior e mais vendido da época estudada.

A história oral conforme sinaliza Meihy, (1996, p. 24-25), tem “o papel de produtora de documentos, em casos em que a censura, políticas governamentais, ou o desligamento cultural, não promoveram registros”. Para o autor, ela ajuda a promover documentos, quando estes, durante períodos sombrios tem queimas de arquivos, destruição de processos históricos para encobrir determinados momentos vergonhosos

para a história do Brasil. Existe a partir desses anseios a necessidade de ativar a memória, de forma oral, quando as testemunhas ainda existem e traçar um perfil do processo, num desafio constante de não deixar a história morrer com seus agentes.

A PRODUÇÃO IDEOLÓGICA DO JORNAL O DIA APÓS O AI-5

Segundo Capelato (1998. p. 21), até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Tudo porque a notícia poderia ser concebida como puramente verdade.

No entanto, o que antes era motivo de dúvidas passou a ser de pesquisa, com um número crescente de dissertações e teses, analisados dentro de redações e dos modelos de construção da notícia. E a utilização dos jornais como fontes são fundamentais para complementação de informações de objetos de pesquisa. Sendo salutar que todos o façam da forma correta, sem prejuízos para as questões a serem analisadas na pesquisa, pois uma análise não pode ser feita sem a utilização de critérios.

O discurso anticomunista foi essencial para unificar as divisões existentes dentro das Forças Armadas, sempre se referindo aos seguidores de João Goulart (1964), como subversivos e colocando-o como ilegítimo. Não era uma prática única do Jornal O Dia, era uma proposta imposta pelos militares à imprensa brasileira, de não noticiar nada que remontasse a movimentos comunistas.

Voltando sempre ao movimento de 1964, Costa e Silva, legitimava o seu posto como sendo o defensor da pátria contra aqueles que conspiravam o tempo inteiro contra os valores, a família e à Nação “ilegítimos”, que buscavam desestabilizar um governo em ordem.

Conforme Oliveira (2007), o anticomunismo e as ideias impregnadas contra as esquerdas eram um elo fortíssimo que acabava unindo as forças do exército em torno do presidente Da Costa e Silva. Mesmo com inúmeras divisões, os militares das forças armadas, Marinha, Exército e a Aeronáutica se uniram para destruir todos aqueles que se opusessem ao modelo governista em vigor. O discurso do presidente sintetizava duas palavras: “alertar e inibir”, onde todos deveriam ficar atentos às formas de noticiar, principalmente as matérias que tratariam de política, pois o governo não toleraria

descumprimentos das regras e inibir, porque os censores estariam sempre com os olhos abertos para equacionar e equilibrar o território nacional.

A ideia aversiva aos movimentos de esquerda começou a ser utilizadas em O Dia, quando da inclusão dos créditos, de que a família brasileira corria risco, alegando o regime ser indispensável à proteção da instituição. O Piauí na época já configurava como um dos estados mais católicos do Brasil, liderados por Dom Avelar Brandão Vilela. Para conseguirem apoio colocavam em matérias a ideia de que os subversivos queriam destruir uma instituição sacra e que precisava ser defendida. Por isso, os militares contaram com o apoio da Igreja Católica.

A juventude era colocada em xeque e tida como aquela que era usada pelos subversivos, para desmoralizar os costumes, a moral, o respeito, sendo de total importância combatê-los no país.

A aversão às ideias de João Goulart levou os militares a total repressão a quem retornasse e suscitasse no povo os propósitos governamentais defendidos em 1964, quando o presidente Costa e Silva fez o discurso, no dia 13 de março, do mesmo ano, na Praça Central do Brasil, com a participação de mais de 350 mil pessoas, quando ressaltou:

Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro”, ao mesmo tempo em que reafirmava: “o governo, que é o povo e somente o povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças peã reforma da sociedade brasileira⁶⁸. (Jango, 1964)

A ideologia do Jornal O Dia estava baseada na forma como o Brasil era conduzido no período. Existia um distanciamento entre o que era ético e correto, ao que seria permitido pelo sistema ser noticiado. A imprensa acabou sendo conservadora e reproduziam os discursos radicais do governo, valorizando o desenvolvimento econômico que o país passava.

⁶⁸Discurso de Jango, na Central do Brasil, realizado sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>>. Acesso em 23.05.2018. Às 13h41.

Os jornalistas que trabalhavam nas redações acabaram assumindo cargos no governo que não tinha Assessoria de Imprensa e Secretaria de Comunicação. O governo acabou criando, e empregou quase todos os jornalistas. Então, ninguém ia falar mal do governo se era empregado dele. Foi uma autocensura praticamente que aconteceu. Aqui, fizemos uma resistência quanto a isso, criamos o Clube do Repórter do Piauí, justamente para resistir a essas amarras que o governo fez. O governador era o Helvídio Nunes, mas governo de estado mesmo veio existir com Alberto Silva, com estrutura, com gabinete aberto frequentado por muitos. Criamos o Clube do Repórter com essa resistência e um dos artigos que tinha era dizer que para você ser membro do clube, não ter nenhuma função pública não podia trabalhar em assessoria de governo coisa nenhuma. Justamente para inibir que as pessoas fossem lá no clube do repórter para dedurar quem tava lá no clube. A gente tomava uma cervejinha evidentemente, mas também tinha as conversas sobre política local, então todas essas coisas. A gente temia que pessoas que estivessem lá pudessem dedurar a nossa reunião e entregar lá na frente, seria sacanagem fazer isso. A gente proibiu que essa turma que trabalhava para o governo não entrasse. (Marques; 2018).

Após 1968, a autocensura aos jornalistas era proporcionada porque os próprios profissionais da redação trabalhavam como assessores para o executivo estadual, o que mostrava a dualidade em que este era submetido. Além de trabalhar nas redações, tinha que trabalhar em outro local para completar a renda, tendo em vista as condições econômicas enfrentadas pelo país durante os governos militares. A forma encontrada para tentar barrar a ação desses profissionais, apelidados por Marques (2018), como de “imprensa barriga branca”, foi à criação do Clube do Repórter, onde só podia fazer parte aqueles que não teriam ligações com o governo.

Nesse aspecto os jornalistas que trabalhavam nos dois lugares, por se desmembravam entre a redação e a assessoria no governo do estado, em alguns momentos ficavam em situação delicada, pois não poderiam falar mal do sistema porque estavam inseridos neles. Em 1853, isso já era comum no Piauí, e não mudou muito se analisarmos algumas situações que colocam em xeque o trabalho da imprensa informativa desde os primeiros periódicos que circulavam no Estado, até a homologação do AI-5, mas que perdura até a contemporaneidade. Por isso, a pesquisadora Ana Regina Rego, afirma:

A ordem posiciona-se como o primeiro jornal impresso em Teresina. Circula pela primeira vez, no dia 19 de fevereiro de 1853. Composto na Tipografia Constitucional, de José da Silva Leite, tem como impressor Antônio da Costa Neves, e a redação ficam por conta do jovem baiano, José Marins Pereira Alencastre, que vem para o Piauí como “homem de confiança” do Conselheiro Saraiva. (Rêgo; 2000, p. 52).

Os discursos no Jornal representam as ideologias impregnadas nos anseios dos grupos empresariais que os regem e os administram. A função de um impresso seria comunicar ao leitor, não persuadi-lo a aceitar todos os discursos, como sendo reais e verdadeiros. Por isso, Fiorin (2000; p. 53) ressalta: “mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado, não é a melhor forma de se fazer jornalismo. Isso só repercute os interesses obscuros que estão por trás de muitos impressos”.

A bandeira anticomunista foi pregada e vivenciada por muitos veículos e O Dia, independente da linha editorial que seguia, sempre teve uma ideia aversa ao comunismo. A forma como esse discurso foi construído no veículo foi o que mudou.

A Intentona⁶⁹ era contrária ao regime militar e fazia oposição de forma clandestina aos militares, lideradas pelo PC do B, partido nascido em 28 de fevereiro de 1962, tido como uma afronta aos governistas que eram contrários às ideologias socialistas comunistas. A ideologia do Jornal nasce com o primeiro dono. O partido de esquerda nasceu durante o governo de Getúlio Vargas e a matéria mostrou a ideia que o Jornal O Dia queria mostrar. Mesmo contrário às ideias comunistas, apresentando traços anticomunistas, nem sempre o Jornal O Dia se posicionava em consonância com os governos, abaixo na mesma edição que faz comentários negativos sobre a Intentona, aparece uma nota corajosa do veículo, ao mostrar que o título de cidadão parnaibano, concedido ao governador Helvídio Nunes fora dado com restrições, ou seja, os opositoristas do MDB de alguma forma conseguiam penetrar nas ideias do impresso, e vale lembrar que a cidade de Parnaíba viria ser aquela do futuro governador Alberto Tavares e Silva (ARENA), que seria indicado pelo General Médici.

⁶⁹ Nessa época, segundo o filho e atual diretor do Jornal O Dia, Walmir Miranda, o pai estava em missão no Rio de Janeiro para conter e reprimir o movimento que era contrário ao governo de Getúlio Vargas. Entrevista concedida ao pesquisador, por Sr. Walmir Miranda, realizada no dia 14 de novembro de 2017, na sede do Jornal.



Imagem 27: Jornal O Dia sobre a Intentona Comunista, quarta-feira, 27 de novembro de 1968, Ed. 2.351, p. 03.

O discurso de O Dia era uma ideia difundida pelos Estados Unidos (EUA), capitalista, que abominava qualquer ideia difundida pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com ideias comunistas e socialistas. A figura histórica a ser combatida era Luís Carlos Prestes, porque lutava contra o sistema e pela igualdade de direitos.

O jornalismo tem um papel peculiar no campo do resgate da memória, pois estabelece um olhar acerca das suas fontes, questiona sobre o passado e insere várias condições para o que o homem apresente uma linguagem do momento e assim façamos um retorno ao passado.

Conforme assinala Kushnir: “assim o discurso da reação, no sentido de oposição ao ato censório, construiu uma visão por vezes mítica, da resistência, na qual se encerra igualmente toda uma memória, pessoal e coletiva, do papel que se desempenhou nos anos de chumbo”.

Nesse contexto, alguns jornais até tentaram se opor, mas a perseguição era gigantesca e os anos de chumbo foram massacrantes para a imprensa e o jornalismo político. Os profissionais que faziam essas pautas eram mais vigiados do que os outros e o medo promovido por uma autocensura era gigantesco. As editoriais da área sumiram e

algumas matérias que falavam de política não eram assinadas, justamente por medo das pressões que poderiam sofrer ao serem chamados para depor no DOPS, que funcionava no 25° BC.

O poder do Estado e a imprensa acabam por legitimar atos e conceitos, por isso a maior preocupação dos dois órgãos deveria ser na consolidação dos direitos e deveres dos cidadãos. E isso está diretamente ligado à linha editorial adotada pelo veículo. A conduta ética de profissionais determina como o fato é noticiado e infelizmente no Brasil, com a predominância da autocensura e do poder empresarial, ligados em sua maioria ao status quo governamental. Com a necessidade de seus empregos, muitos se adequam num mercado cada vez mais elitizado. Nesse período os jornalistas viraram colaboradores e muitas vezes não censurados, porque se autocensuravam antes.

O jornalismo ético deve ser feito pautado na verdade, refletindo os anseios sociais e cumprindo os preceitos da liberdade de expressão.

A imprensa jamais deveria se aliar ao estado, porque tem a função de fiscalizar suas ações. No entanto, quando esta se alia deixa de fazer o seu papel informativo e passa a funcionar como uma “assessoria indireta” das estruturas governamentais. Kushnir (2004) questiona a existência da ética nos veículos de comunicação, pois estes locais seriam conflituosos e o comportamento dos jornalistas reflexos dos valores do meio e do comportamento social.

Kushnir (2004) tece críticas à existência da ética nos veículos de comunicação, pois estes locais seriam conflituosos e o comportamento dos jornalistas reflexos dos valores do meio e do comportamento social.

Não foi somente durante o regime Militar que os políticos instaurados no poder, com mandatos eletivos, utilizavam à sua força para estreitar laços com os proprietários dos veículos de comunicação. No caso do Jornal O Dia, o proprietário era amigo do governador (1963-1966) e posteriormente senador (1966-1979), Petrônio Portella, conforme sinaliza o Miranda (2017):⁷⁰

⁷⁰ Entrevista concedida na sede do Jornal O Dia, realizada no dia 14 de novembro de 2017, às 17h, pelo filho do ex-proprietário do impresso, o Sr. Walmir Miranda.

E comprou o Jornal, na época, tenho impressão que era para ajudar um amigo, isso porque na época o impresso não era de informação, era de política. E ele e o Petrônio Portela eram muito amigos, muito amigos mesmo. Acho que pra ajudar o Petrônio ele comprou o Jornal. Eu não tenho certeza disso, suponho. (Miranda, 2017)

O Dia O DIA, em 1968, manteve um discurso anticomunista sem alterar a linha imposta de Informação, através dos bilhetinhos ameaçadores encaminhados às redações. O Folha da Mãe Ana, era produzido dentro do O Dia, e possuía um discurso humorístico, acerca dos fatos ocorridos na cidade.

Após a tomada do poder pelos militares, era perceptível que Teresina já em 1968, ficasse passiva acerca do que ocorria em todo o país, isso ocorria pela falta de transmissões televisivas, como analisa Jesualdo Cavalcante (2006. p. 180): “[...] enquanto Teresina dormia, o resto do Brasil pegava fogo [...]”, destacando que em outras capitais ocorreram manifestações e protestos contra o Golpe.

Todos os governadores e jornalistas que se opuseram ao regime acabavam perseguidos, tendo suas credenciais cassadas e os políticos colocados em quarentena.

Na capa do Jornal O Dia, de 13 de dezembro de 1968, quando da licença negada de Márcio Moreira Alves, filiado ao MDB, mostra seu posicionamento acerca do regime, pois embaixo é sinalizado: “Encontrada a fórmula para a paz”, relatando subjetivamente o que estava para ocorrer no Brasil, com a consolidação do AI-5, que seria planejado e sancionado como prova de que o ocorrido em Brasília não ficaria impune. O DIA traz a votação no Congresso com a totalização dos votos, mostrando que o presidente Da Costa e Silva, havia exonerado o brigadeiro Paulo Sobral Ribeiro Gonçalves, do cargo de Comando da Primeira Zona Aérea, além de afirmar que o presidente ficara sabendo da situação em Brasília, às 16h15, na Guanabara, dentro do automóvel presidencial, que o conduzia do Aeroporto do Galeão ao Palácio das Laranjeiras, onde despachava normalmente. Em seguida mostra uma reunião que o presidente fizera com o General Garrastazu Médici, que era chefe do Serviço Nacional de Informação, o General Orlando Geisel, chefe do estado maior das Forças Armadas e o General Lira Tavares, Ministro do Exército, no qual chegaram a uma conclusão sobre o que ocorrera na Câmara Federal. Seria o motivo para a decretação do AI-5, pelo presidente Da Costa e Silva.

A manchete do jornal “NEGADA LICENÇA Para Processar Márcio”, (Imagem 28) chama atenção que o último parágrafo venha, em destaque, como se estivesse

chamando atenção para o fato de que o regime militar tivesse sido desrespeitado pela decisão da Câmara Federal.



Imagem 28: Jornal O Dia, sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, Ed. 2.351, p. 03.

A imprensa como um todo, sempre assume traços culturais e ideológicos, de quem o dirige.

Na mesma edição já é possível perceber as turbulências pelo país, horas depois a imprensa da região sul e sudeste noticiava a decretação do Ato Institucional nº 5, numa

sexta-feira, precisamente pronunciado por Alberto Curi, locutor da Voz do Brasil, às 20h12.

Alberto Curi, locutor oficial da Voz do Brasil, decidira aproveitar a sexta-feira 13 para limpar o galinheiro do quintal de sua casa, no bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Às 17 horas, um carro da Presidência da República estacionou em frente à residência. "O presidente mandou chamar o senhor", disse o ajudante de ordens. "Mas o que está acontecendo?", perguntou Curi. "Não sei, mas o próprio presidente Costa e Silva pediu para levá-lo ao palácio." O locutor tomou banho, fez a barba, pôs terno e gravata e somente depois do asseio dirigiu-se ao Palácio Laranjeiras. Chegou ali ao redor de 18h30. Enquanto esperava, lhe ofereceram bife a cavalo com fritas. O presidente mandou convocá-lo ao gabinete, no andar superior do palácio, apenas às 21h45. Era a primeira vez que o locutor oficial e o chefe de Estado se encontravam pessoalmente. "O senhor parece mais jovem do que na televisão", disse Costa e Silva, habituado a acompanhar Curi pelos anúncios oficiais, na telinha em preto-e-branco, e também pela Voz do Brasil e pela leitura do Diário de um Repórter, de David Nasser, ambos no rádio (Curi, a rigor, servia a dois amos - às 7 e meia da noite dava as notícias do governo para, logo em seguida, aparecer interpretando as violentas críticas de Nasser, um jornalista que se aperfeiçoara em soltar disparos contra o regime militar).

Costa e Silva fez o comentário sobre a boa aparência de Alberto Curi, abriu uma pasta e lhe entregou 18 laudas batidas a máquina, em tipologia maior que a normal, com anotações a lápis nas laterais. Era o Ato no 5. "Presidente, posso me preparar? Gostaria de lê-lo antes", pediu Curi. "Não, senhor, não temos tempo - as câmeras de TV e os microfones das rádios já estão a postos, vamos entrar ao vivo em cadeia nacional." Curi foi imediatamente levado ao Grande Salão de Visitas, no andar térreo do Palácio Laranjeiras. Ali o colocaram atrás de uma mesa de mármore. Às suas costas, pontificava uma tela a óleo de Luís XIV, pintada pelo francês Hyacinthe Rigaud. Eram 10 da noite quando o ministro da Justiça, Luiz Antonio Gama e Silva, chegou à sala e sentou-se ao lado do locutor. O AI-5 seria finalmente anunciado ao país inteiro. Gama e Silva fez uma rápida introdução de 5 minutos e passou a palavra a Alberto Curi. Foram, então, 18 minutos sem um único erro, em tom monocórdio e solene. Sem "boa-noite". À frente da mesa, na outra ponta do salão amparado por colunas de ônix claro, estava o ministério inteiro, em pé - os ministros militares à frente. "Os olhares me fuzilavam, a tensão naquela sala era imensa", disse Curi à Época há um mês, dez dias antes de morrer de infarto, aos 72 anos. Era a primeira vez, em 30 anos, que ele voltava ao Salão de onde o Brasil viu e ouviu o Ato Institucional no 5. "Enquanto lia, tomava conhecimento das medidas - no início, quando estava nos 'considerando', achei normal, sereno. Quando comecei a ler o ato propriamente dito, com os 'decido', é que me dei conta do que se anunciava. Mas não podia gaguejar. Ali eu era apenas uma voz com salário mensal de 300 cruzeiros. O dono da voz era o presidente da República. (Época, 2010)⁷¹

O horário de fechamento dos jornais locais, e as dificuldades de comunicação com as agências de informação naquela época podem ter sido a razão da não publicação

⁷¹ALTIMAN, Fábio. Revista Época do dia 13 de dezembro de 2010, sobre os bastidores da publicação do AI-5. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI193321-15223,00-DE+DEZEMBRO+DE+O+DIA+DO+AI.html?>>. Acesso em 28.06.2018. Às 8h43.

do Ato Institucional nº 5, no dia 14 de dezembro (sábado). Por isso foi publicado no dia 15/16 (domingo/segunda) de 1968.



Imagem 29: Jornal O Dia, terça-feira, 17 de dezembro de 1968. Ed. 2596. P. 01

As posições são claras, quando se refere à situação do Brasil, colocando o comportamento da população como quieta e serena, sem manifestações, passeatas, comícios, sem bagunça e estardalhaços.

Quando se referem acerca da abertura do Congresso em março, o jornalista assinala que a Câmara foi fechada por estar em recesso, mas que poderia ser reaberto. A análise do Jornal sobre o comportamento da população piauiense e descrita como se todos tivessem vivendo em paz, sem mobilizações, protestos e sem violências. No entanto, a ótica da matéria era para mostrar a harmonia do trabalho do governador Helvídio Nunes de Barros, com o Coronel Gentil Nogueira Paes, que era responsável pela Guarnição Federal de Teresina, que por sinal havia recebido o título de Cidadão Piauiense, pela Assembleia Legislativa do Piauí, em 1968.

Mesmo diante de discursos favoráveis ao regime, em alguns momentos o impresso criticava a desassistência dos gestores públicos, em detrimento da população. Na edição do dia 10 de dezembro de 1968, a matéria de capa apresenta a falta de abastecimento de água e a falta de um espaço de lazer no Poti Velho, na zona norte de Teresina.



Imagem 30: Jornal O Dia, domingo/ segunda 08/09 de dezembro de 1968. Ed. 2590. P. 01

Na matéria o veículo assumiu um discurso favorável às lutas da comunidade, mesmo estando no comando da capital, o coronel Jofre Castelo Branco. A situação discorrida na matéria elenca os problemas de saneamento básico, no bairro, onde a população consumia água diretamente do rio Poti, sem tratamento, colocando em risco a saúde de mulheres, crianças, etc, além de chamar atenção das autoridades para a falta de um local de lazer que integrassem as crianças, que brincavam no rio e muitas morriam afogadas. O prefeito, no mesmo jornal, prometeu inaugurar um parque que estava com a obra atrasada, mas que iria ocorrer, em 1968.

O que não tem como saber os motivos que levaram o Jornal O Dia a publicar uma matéria de serviço. Talvez para promover aos olhos da população no mesmo impresso, as propostas e os feitos no local, da Prefeitura Municipal de Teresina, através do prefeito Coronel Jofre Castelo Branco. Se a intenção era fazer uma matéria que expulsasse os problemas do desgoverno e falhas nas políticas públicas e de assistência social municipal, ou se a intenção era promover um marketing político do prefeito, como salvador da pátria e homem bom, que olhava para o povo daquele bairro com cuidado.

O sujeito desempenha um papel ativo na construção da notícia, como o jornalista constrói a notícia com finalidade ideológica, segundo parâmetros e normas dos veículos. Todo jornalista tem conceitos prévios recebidos culturalmente e isso agrega os valores na hora de se escrever uma matéria.

Os movimentos de lutas agrárias, como a Liga dos Camponeses, passaram a ser perseguidas e até a Igreja Católica, na imagem do Arcebispo da Arquidiocese de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, passou a ser questionado e colocado como um suspeito de ser comunista, tudo porque acompanhava as causas e movimentos sociais na capital e no interior do estado.

Conforme assinala Said (2001; p. 79), “em estados como o Piauí, em que a relação entre a estrutura de poder e a prática jornalística foi sempre muito estreita as políticas de comunicação, trazem ainda a marca do partidarismo”.

É notório que os discursos eram réplicas de trabalhos dos governos instituídos, pois as Secretarias de Comunicação do estado e do município usam os jornais para fortalecer a imagem e as obras, onde os veículos são usados para divulgar ações de forma institucional. Pior do que isso é a notoriedade que após o AI-5 o veículo afunilou ainda

mais sua forma de noticiar, alinhando o discurso aos ditames do regime e dos governos locais. Antes se viam prestações de contas de Helvídio Nunes e do Coronel Jofre Castelo Branco, no período em análise e após a prática continuou de forma natural.

Uma das funções do jornalismo é de fiscalizar e denunciar os atos da administração pública, assim ele exercita um papel social, mas quando o faz de forma inversa pode ser uma armadilha para as práticas de um veículo jornalístico. Para a população, que sente os desmandos do sistema, os veículos deveriam está a serviço deles, para que ocorra o bem social, com uma imprensa livre, que faça direito o seu papel, cumprindo o código de ética da profissão.

O jornalismo político funciona bem quando fiscaliza de perto as ações governamentais. E se os governos forem corruptos, nada mais justo que os discursos serem coerentes com a realidade.

Não há uma separação rigorosa entre ciência e ideologia. A própria história, que nos faz analisar fatos históricos, através dos escritos do Jornal, possui métodos diferentes das ciências naturais. As leis que compõe a realidade social são produtos relativamente humanos, em uma relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, além da sociedade ser subjetiva e comporta de estratificação, em luta constante entre quem manda e quem obedece. Por isso, a relação ciência-ideologia é sempre debatida, tendo em vista que o impresso está presente dentro da sociedade e traz consigo relatos escritos, de vivências populares, sociais, que são explicativos e se tornam obras históricas, que produzem sentido, quando analisadas de forma sistemática.

O discurso organizado pelo jornalista está presente o sentido que dizem respeito à forma como este escreve, para quem escreve, com qual intuito escreve.

Michel de Certeau (1988; p. 18) definiu “a operação histórica como uma operação de construção dos sentidos históricos, como fruto da combinação de lugares sociais e de práticas científicas”.

Um dos nomes lembrados nas páginas do Jornal O Dia que legitima a ideologia do veículo, são as que lembram Luís Carlos Prestes, que liderou a Coluna Prestes e um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora. Vale lembrar que o Coronel Octávio Miranda, foi um dos responsáveis para combater a Intentona Comunista no Rio de Janeiro. Sua missão era abafar e sufocar o movimento esquerdista, ainda na gestão de

Getúlio Vargas. As ideias ultrapassaram as barreiras do tempo e chegaram a década de 1960, com análises negativas do movimento.

Segundo Brandão (2002; p. 38), “As formações discursivas é que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”.

O discurso é produzido em um contexto histórico e quando são políticos muitas vezes chegam ao leitor sem avaliação na recepção, pois os jornais tem responsabilidade pelo que publicam, com qual intuito se publica. É necessária a percepção dos sujeitos que constroem os fatos, pois a imagem uma vez destruída pode levar certo tempo para ser reconstruída.

Muitos dos indivíduos não se identificavam como comunistas, principalmente as ligadas à Igreja Católica e que pertenciam às Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), lideradas por Dom Avelar Brandão Vilella, que sempre fez sua opção pelos pobres, muitas vezes esquecidos pelas autoridades. Mesmo assim, os participantes da Liga dos Camponeses são perseguidos pelos militares e mesmo sem se declararem comunistas, eram assim colocados por conta da luta de classe por Reforma Agrária no campo.

Os discursos contrários às ideias comunistas foram construídos com a finalidade de criar no receptor uma aversão àqueles que pensavam política de forma diferente. A intenção era transformar o discurso numa verdade. E por isso, o Jornal O Dia deixava bem claro que comunistas eram aqueles que apoiassem a Reforma Agrária e como essa afrontava as elites latifundiárias do estado, até Dom Avelar foi destaque, por defender os pobres, que viviam à margem da sociedade. Eles tiveram foram construídos com a finalidade de criar no receptor uma aversão “aqueles” que pensavam política de forma diferente. A intenção era transformar o discurso numa verdade. No Jornal era comum mostrar os opositoristas como detentores de ideias comunistas, colocando-os ligados àqueles que apoiavam a Reforma Agrária e pior que afrontassem as elites latifundiárias do estado, até Dom Avelar foi destaque, por defender os pobres.

Para Oliveira (2007; p.49), “a função de um jornal é informar a população sobre os fatos”. Segundo a autora o papel fundamental de um jornal não é somente noticiar o fato, mas acima de tudo de perceber como as notícias podem ser avaliadas ao público, ao qual são direcionados, até porque os impressos num futuro são validados como

componente da história, porque ele faz parte da memória de um povo, e muitas vezes determinantes na construção da história social.

O discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recortadas no futuro, e mais ainda, uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um lado (possível) de recordação do passado. (Mariani; 2003, p. 33).

A proposta jornalística é importante e valiosa e para que ele seja ético é necessário que os profissionais possam avaliar as formas como as notícias são veiculadas, apresentadas ou recortadas, pois num futuro estas farão parte da história.

O Jornal tem uma importância fundamental para um povo e a sua forma de noticiar em um determinado período pode num futuro marcar a história e ajudá-la com pesquisas, que avaliam as notícias que levaram o veículo a se pronunciar da forma como no período do AI-5 e pós Ai-5. Esses conceitos enraizados na ideologia do jornal dependem da linha editorial ou linhas, porque existem raízes culturais em cada jornalista que compõem as redações. Muitos sofrem com o fomento do marketing e dos patrocinadores, e isso provoca ligações empresariais, políticas, que fazem mal ao sistema democrático de direito e a vivência das liberdades de expressão.

As ideias difundidas antes, durante e após o AI-5, foram construídas em torno de um discurso questionador dos que não eram alinhados ao regime, sejam os religiosos que realizavam ações sociais, ou grupos que promoviam lutas sindicais ou questionamentos contra o sistema. Infelizmente, as forças políticas sempre estiveram dentro do ambiente jornalístico da redação de O Dia, e as ideologias partidárias muitas vezes são enraizadas na vida dos profissionais e das empresas.

Isso ocasiona em alguns momentos uma interferência no desenvolvimento da notícia, de forma coerente e real, no impresso. Além disso, ainda existem as cargas dos discursos sociais religiosos, os discursos políticos, às ideologias, que ao final legitimavam a forma de divulgar e de reportar os fatos noticiosos.

Esse discurso pode ser informativo, onde o jornalista apresenta o fato, o acontecimento sem opinar e o discurso opinativo, onde diante de um fato o profissional descreve sua opinião, sua ideia em torno de uma produção, independente da ideia do

veículo. O correto seria sempre o profissional, mesmo diante de dificuldades manter sua opinião de forma justa, honesta e íntegra.

Já que este, enquanto prática social funciona em várias dimensões temporais simultâneas: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões, ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, legítima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro. (Mariani; 2003, p. 33).

A análise do discurso é uma ferramenta que vem sendo cada vez mais utilizado na construção de memória histórica, “do ponto de vista de como a história, do ponto de vista de como a história se faz materialmente presente, enquanto memória, no discurso”. (Mariani; 2003, p. 41).

Para Aquino (1999; p. 37), “qualifica-se de grande imprensa os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência.

O Jornal O Dia tem em suas raízes o conceito político forte, até porque passou um tempo entre maio e outubro de 1962, arrendado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que provocou o abandono de colaboradores por conta da ligação com políticos.

O Jornal O Dia, que antes era publicado duas vezes na semana, passa com a aquisição do Coronel Octávio Miranda, em 1963, a ser diário, por conta das campanhas publicitárias, com um aumento de anunciantes locais e se assume com caracterização dúbia, pois antes da direção de Octávio Miranda, se qualificava na linha ideológica como de cunho político e no período analisado ele também apresentará um exercício da política direta, quando divulga atos, prestações de contas de políticos, e faz acompanhamento periódico dos assuntos envolvendo o governador do estado, Helvídio Nunes e do prefeito de Teresina, Jofre Castelo Branco. Esse aspecto político é substancial até hoje, quando alguns discursos são confundidos com ideologias políticas, pois o proprietário havia sido deputado constituinte, e mesmo que em 1968 não tivesse mais filiado ao PTB, ainda tinha ligações políticas fortes dentro do Piauí.

Os discursos políticos estarão presentes após o AI-5, quando o veículo que já apoiara o regime e a tomada do poder pelos militares, em 1964, com matérias publicitárias

de obras, decretos e desenvolvimento do país, marcará seu discurso com uma autocensura dos seus profissionais, tendo em vista que além de censura, por conta das disposições dos policiais federais em diariamente entregar na redação do impresso os bilhetinhos com ordens superiores sobre os critérios de notícia, e o que deveria ser publicado, pautou um discurso contra as esquerdas e movimentos sociais, no qual eram constantemente chamados de comunistas. Aqui no estado às diretrizes serão as mesmas nacionais, muitas vezes trazendo matérias de capa sobre as execuções das obras do governador Helvídio Nunes, do prefeito Jofre Castelo Branco e do presidente Da Costa e Silva. O Jornal fazia o seu papel de noticiar, mas também assumia uma postura política de acordo com a conjuntura local, muitas vezes com uma finalidade de “persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado.” (Fiorin; 2000, p. 52).

Com a mudança no discurso, o Jornal O Dia se abriu a ações do Marketing, onde as empresas foram atraídas pela influência que tinha o proprietário com o meio político e empresarial. Octávio Miranda era visto por muitos como um visionário e empreendedor, durante o Golpe e a mordada da imprensa, assumiu a postura do status quo governamental e sempre que podia o impresso fazia matérias contra o comunismo, afunilando mais com a chegada do AI-5, que segundo Pedro Aleixo, vice de Da Costa e Silva, assinalou: “Da constituição, que antes era um instrumento de garantia de direitos e da garantia dos direitos políticos, não sobrou nada. (Gaspari; 2002, p. 334).

Aquino (1999, p. 21), analisa o controle das informações veiculadas ao público e o controle da mídia sobre as massas, “encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação da visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida”. Afinal, nada pode ser mais “subversivo” do que enxergar a si próprio.

A população recebia as notícias e não tinha como questioná-las, pois além de viver num período conturbado para as liberdades de expressão, ainda tinha o problema de matérias divulgadas diariamente acabarem se transformando em verdades. Como

afirmara o Ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels (1897-1945), “Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.⁷²

A não publicação de matérias ou a omissão das notícias, geralmente são determinadas pela linha editorial do veículo.

O discurso do impresso esteve muito ligado ao pensamento do editor, José Lopes dos Santos, que implantou um estilo conservador e a linha editorial deixava claro a sua formação jurídica, afirmando que a sua visão legalista e democrata deveria também ser a forma como o Jornal deveria agir: a favor da democracia. O interessante é que o Golpe para o veículo passou a ser chamado de Revolução, afirmando que as “Gloriosas Forças Armadas” teriam tirado o país de uma ditadura comunista. O editor de um jornal é um figura de extrema confiança da organização.

No auge da propaganda que, então, se fazia, tentando preparar o caboclo pacato do sertão para tomar conta da terra que – no dizer dos pregadores e promotores da anarquia e da desordem, era bem comum e a todos devia pertencer como a água, à luz e o sol, desaparecendo, assim, o instinto da propriedade privada; - no auge dessa propaganda que ainda ecoa nos nossos ouvidos, e através da qual se pretendia transformar o Brasil num satélite de Moscou, ou de Cuba, ou da China Vermelha, tive de envolver-me em uma séria luta profissional, como advogado, visando à defesa de constituintes ameaçados e esbulhados no seu direito de propriedade. (Santos, 1972, p. 133)⁷³.

No período analisado, o editor era Deoclécio Dantas, no qual em detrimento do AI-5, pouco pode fazer para que a redação pudesse ser informativa e opinativa, foi nesse período (1968-969), que o impresso definiu uma característica mais informativa e o discurso opinativo desaparecesse.

O discurso anticomunista sempre existiu e após o AI-5 isso foi mais intenso. Conforme sinaliza Oliveira (2007; p.58), “independentemente da linha editorial ou do apoio político, o discurso anticomunista sempre freqüentou as páginas do jornal. A maneira como foi direcionado esse discurso é que mudou durante a sua história”.

⁷² Matéria extraída do site do PSTU, sobre A “grande mentira”, o alicerce da propaganda nazista, feita por Diego Cruz, no dia 12 de novembro de 2011. <Disponível em: <https://www.pstu.org.br/a-grande-mentira-o-alicerce-da-propaganda-nazista/>>.

⁷³ SANTOS, José Lopes dos. Entrevista concedida a Marylu Alves, no dia 23 de maio de 2005.

Tudo o que ocorria no Piauí era reflexo dos discursos e propagandas nos Estados Unidos (EUA), que desencadeou os embates com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ainda sob a égide da Guerra Fria, com as dicotomias entre capitalismo x socialismo.

O jornal sempre teve traços políticos e o discurso contra as esquerdas fazia as escritas dos jornalistas empregarem a ideologia do veículo. O conceito de anticomunista se referia aos movimentos que eclodiram historicamente pelo mundo, através das revoluções que emplacaram a década de 60, inclusive a revolução cubana, lideradas por Che Guevara, morto no dia 11 de outubro de 1968, e por Fidel Castro. Esse conceito estava presente nas matérias internacionais, divulgadas no ano de 1968 e em 1969.

Entre dezembro de 1968 e janeiro de 1969, essas ideias também são de cunho nacionalista, quando remontam notícias dos movimentos sociais da prisão de Dom Fragoso (bispo de Crateús-CE), perseguido por suspeita de comunismo, simplesmente pelo fato de ser ligado às Comunidades Eclesiais de Base, que trabalhava o fenômeno da seca e a adequação do homem do campo no seu habitat. O homem do campo tinha o sonho da terra própria pra plantar, criando assim nos militares conceitos negativos de que eles iriam invadir as terras e que os padres e bispos não poderiam apoiar o movimento.

A verdade é que o regime após tomar o poder no Brasil, utilizou o discurso nos jornais impressos e na imprensa em geral pra se legitimar no poder e mesmo a população sem entender o que era comunismo passou a aceitar esse discurso contrário como verdade. Isso não foi uma realidade somente do Piauí, pois outros estados, como Goiás e o Ceará, vivenciaram as “verdades militares” de perto.

Fomentada a legitimação dos discursos militares pela imprensa em geral, a população aceitou o sistema e junto com ele seu modelo administrativo, que tomava de conta do Brasil.

No histórico do jornal os discursos pouco mudam na década de 1960, José Lopes dos Santos, Deoclécio Dantas, Simplício Mendes, Ana Paula, sinalizaram seus posicionamentos favoráveis ao lado das Forças Armadas e o AO-5 aparece para consolidar aquilo que era uma constante no veículo, à aversão aos subversivos.

Na visão de Oliveira (2007; p. 64), “o principal nome deste período, construtor do maior número de discursos contra o comunismo, foi Simplício Mendes. [...] em nossa concepção, o maior produtor do discurso anticomunista do Estado do Piauí”.

Entre 1968 e 1969, o Jornal O Dia diminuiu as reportagens locais e nacionais sobre os comunistas, mas consolida as notícias internacionais, oferecendo e se consolidando como um veículo informativo, com traços anticomunistas.

Um jornalista ao fazer uma matéria traz em sua essência cargas culturais e ideias que são significativas para que se chegue a um resultado final do que se escreve. Dentro da construção dos fatores que determinam a forma de os profissionais das redações descreverem de forma negativa os movimentos de esquerda, são traduzidos pelas matizes ideológicas que percorreram o mundo, em torno da tipificação, conceituação e aplicação do comunismo em determinados países. Isso ocorreu no Jornal O Dia, por conta das matérias internacionais, trazidas pela agência France-Presse. Essas matizes encontradas historicamente no Jornal, após o Golpe de 1964 e que perpassa toda a década de 1960, inclusive com a chegada do AI-5 são: a fascista, a conservadora, a anticlerical, a desenvolvimentista, a liberal e a democrática.

4.1 ANTIFASCISMO

Segundo Bobbio (2000; p. 35) o antifascismo “se dá um significado de preferência, que abrange as tendências ideais, os movimentos espontâneos e organizados e os regimes políticos que historicamente exerceram uma oposição às tendências, movimentos e regimes caracterizados como fascistas”.

A forma como os jornalistas escreviam no Piauí, não mostrava diferença entre os regimes totalitários de Hitler (Alemanha) e nem do comunismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Colocavam o anticomunismo e as lutas de movimentos como sendo iguais a estes regimes. Simplício Mendes era um dos jornalistas mais combativos do discurso anticomunista do Jornal.

A palavra, “subversivos” era muito usada pelos jornalistas do veículo, no qual assumiam um discurso de cunho nacional para o âmbito estadual, tendia a ser sinônimo

de comunismo, geralmente analisando e ligando-se a movimentos sociais que tinham alinhamentos com o Partido Comunista.

Simplício Mendes, professor e presidente da Academia Piauiense de Letras, mostrava claramente seus conceitos acerca do discurso anticomunista e quando escrevia deixava um ranso de negação e aproximação do anticomunismo brasileiro às atrocidades cometidas pelos socialistas que apoiavam o governo de Stálin, na URSS. Tudo para legitimar seu discurso, onde usava como base de fundamentação as ideias nazistas e fascistas para consolidar a aversão ao anticomunismo.

O jornalista ao escrever qualquer matéria política necessita entender conjunturas, perfis econômicos nacionais, estruturas sociais do país. No caso de alguns jornalistas que cultuavam o discurso do impresso após o AI-5 e durante o ato, mesmo sem assinaturas mostravam uma relação entre comunismo x democracia, quando na verdade essa relação deveria ser comunismo x capitalismo, sem consolidar o discurso anticomunista como sendo antidemocrático.

Conforme Oliveira (2007), o que chama atenção é que Simplício Mendes era um intelectual do estado e isso corroborava com a ideia de que o discurso pode ter sido feito por uma autocensura, tudo porque a assimilação de um professor e estudioso seria incabível esse entendimento, tendo em vista que ele poderia entender as diferenças ideológicas entre comunismo x nazismo e tentar associar o comunismo apenas de totalitarismo e não colocá-lo no mesmo plano ideológico vivido pelos alemães e soviéticos.

4.2 CONSERVADOR

O discurso conservador do impresso é o que aparece após a ruptura política, econômica ou social do Brasil. Está presente após 1964 e segue a mesma linha após a homologação do AI-5, quando das matérias que assimilavam as maravilhas e feitos no desenvolvimento econômico e nos ambientes de paz vividos pelos brasileiros no pós golpe.

Esse discurso promovia o regime, pois havia uma ideia de que a constituição continuava plena, que não houve quebra do sistema político, a afirmação de que no plano

econômico as coisas estavam encaixadas, que as ideias comunistas foram deixadas para trás e que as Forças Armadas reestabeleceram a paz, a tranquilidade e o sossego que eram fundamentais para o desenvolvimento do país. Segundo Oliveira (2007), ele foi responsável por despertar na população uma falsa ideia de que antes o Brasil estava desorganizado e sem moral e o atual momento todos tinham o retorno da moral e que os militares buscariam a todo custo buscar a ordem.

4.3 ANTICLERICAL

O discurso anticomunista também era usado pela Igreja Católica, que no início apoiou o Golpe, colocando os esquerdistas como ateus e sendo o responsável pelo distanciamento do povo com a religião.

Os jornalistas fundamentam-se nas ações divinas para consolidar os seus discursos, pois em uma sociedade extremamente ligada à religião ficava fácil exercer uma influência, colocando o embate entre o comunismo, ateísmo e a religião. A Igreja Católica tinha um poder grande para o piauiense na década de 1960, pois se consolidava como o estado mais católico do Brasil. O comunismo preocupava a Igreja, porque:

O comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo negava a existência de Deus e pregava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, e embasadas em Deus. No limite, o sucesso de pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários. (Motta, 2002, p. 20).

A Igreja apoiou os militares e na maioria dos jornais pelo país isso era colocado geralmente em matérias de capa. No O Dia esse discurso colocava em xeque as atuações de Dom Avelar Brandão Vilela, que sempre foi atuante nas causas sociais e sua opção pelos pobres e militância poderia ser confundido com ações comunistas.

Dom Avelar propunha uma reforma agrária, o que desagradava os governantes e a imprensa não divulgava e reproduzia o discurso de que a terra tem seus donos e deve ser preservada a qualquer custo. Por isso, o bispo assinalava:

E Dom Avelar não encontrando ajuda entre pessoas esclarecidas e autocríticas que, para Mendes constituía um perigo, eis que eles eram filhos da famosa frase de Marx: “operários de todo o mundo uni-vos”. A utilização de elementos centrais da fé, de Deus e da Igreja Católica para afastar os ideais comunistas, pelo menos no Jornal “O Dia”, não foram de forma categórica satanizados. (Oliveira, Marylu; p.79).

O bispo se posicionava a favor da reforma agrária e com isso acabou por romper indiretamente com alguns setores da Igreja, que a nível nacional se posicionava favorável aos conceitos de latifúndios impostos pelos militares. Dom Avelar evitava falar em política e em compensação sua presença marcante nos movimentos sociais, acompanhados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), começaram a promover no Piauí um olhar diferenciado e pré-julgado. Por conta do posicionamento do líder da Arquidiocese de Teresina, em 1968, o Jornal O Dia pouco satanizou a sua escolha pelos fracos e oprimidos, talvez em respeito pelo cargo que ocupava na Igreja.

4.4 DESENVOLVIMENTISTA

Esse discurso jornalístico executado pelo Jornal O Dia é característico do Piauí, pois a década de 60, a economia é estruturada em torno do capital estrangeiro, afinal o Brasil não tinha indústrias de ponta, que alavancasse a tecnologia, ainda deficitária, mesmo sendo um grande exportador de matéria prima. O país nesse período iniciou um processo nos setores de eletrodomésticos, automobilístico e agrícola.



Imagem 31: Jornal O Dia, domingo/segunda de 29/30 de dezembro de 1968, Ed. 2.666. p. 07.

O Jornal O Dia, de 29 e 30 de dezembro de 1968, sinaliza esse discurso de promoção econômica do governo de Da Costa e Silva, quando coloca a agricultura como o pilar do ano de 1968, o melhor ano para os trabalhadores do campo.

Mesmo com uma dependência ao capitalismo Internacional (estrangeiro):

Frise-se que a situação de dependência não significa necessariamente subdesenvolvimento e estagnação econômica. O que ela efetivamente implica, na melhor das hipóteses, é um processo de desenvolvimento distorcido: mantêm-se sem soluções determinados problemas sociais, como as desigualdades na distribuição de renda, altos índices de desemprego e níveis de vida aberrantemente baixo para a maioria da população. (Alves; 1984, p. 20).

Em 1968, a região Nordeste mantinha índices gigantescos de desigualdades e era considerada como a mais pobre do país. Uma sociedade desesclarecida e analfabeta era facilmente influenciada pelo discurso midiático.

Em um estado pobre e com desigualdades, fazia com que os discursos políticos reproduzidos no veículo fossem voltados para a solução desses problemas, nesse caso, usavam de manobra e promessas para promover o desenvolvimento e o progresso que chegava a passos lentos na região.

Teresina tinha vários problemas estruturantes, principalmente serviços básicos de abastecimento d'água, fornecimento de luz, redes de esgotos e, funcionamento de telefones. O bairro Poty Velho era um dos que mais sofria com a falta d'água e a população bebia sem tratamento direto do rio, gerando doenças principalmente nas crianças.

Com o discurso desenvolvimentista houve uma relação contrária ao comunista, pois colocavam a situação de pobreza vivida pelo estado como culpa das políticas sociais pregadas pelos próprios comunistas.

4.5 LIBERAL E DEMOCRÁTICO

Os discursos liberais promovidos pelos conceitos de liberdade são arraigados numa democracia. O estado democrático é caracterizado pela liberdade de sua população. O liberalismo político e econômico foi o norte das ações dos jornalistas e visão do Jornal O Dia. De acordo com Motta (2002; p. 32), “por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade na medida em que desapossava os particulares dos seus bens e os estatizava”.

Um discurso anticomunista tinha como fundamento a ideia de que eles “comunistas” seriam o retrocesso e a bandeira “democrática” alimentava o sentimento

liberal-democrático que dava mais impulso a aversão ao sistema, ligado sempre aos modelos sociais soviéticos.

Com o conceito de Revolução, em vez de golpe, O Dia como outros impressos pelo Brasil, assimilava a ideia: “Brasileiros! A Revolução de 31 de março salvou o Brasil do comunismo, Aqui há liberdade não há paredon”. (Tira do Jornal O Dia, 24 de março de 1965. Edição 1.493, p. 01).

Vale ressaltar que o inverso de democracia é ditadura, expressão esquecida nos impressos brasileiros durante o período militar, onde os profissionais do Jornal O Dia, talvez pela censura, procuravam adotar o termo “Revolução”, para conceituar o momento de comando do Brasil. No entanto, com o nível cultural baixo da população e com os analfabetos e homens do campo sem tanta criticidade para decidir o futuro do Brasil, ficou fácil para os militares conseguirem o apoio do povo.

A construção desses discursos promoveu mudanças sociais e comportamentais da população. “Ações que fossem qualificadas como subversivas seriam “enérgicas e prontamente reprimidas” em nome da democracia que, em seu significado mais elementar como já falamos antes, implicava participação popular”. (Oliveira; p. 87).

A liberdade era ligada ao domínio da propriedade privada, e estes viam os movimentos de esquerdas como oportunistas que poderiam tomar à força as terras de seus legítimos donos. Uma democracia antidemocrática, onde “os que em nome da democracia atacavam os comunistas eram os mesmos que defendiam o latifúndio, proibiam o voto dos analfabetos e tinham horror a greves ou qualquer manifestação dos trabalhadores em defesa de seus interesses imediatos de classe”, (Almeida; 2003, p. 88).

Esse discurso foi intenso em 1968, no Piauí, por conta da necessidade de o estado se modernizar e principalmente Teresina. Dessa forma o “comunismo ameaçaria o desenvolvimento e” trará mais estragos, miséria, pobreza e atraso a um local que já tinha muitos problemas e a imprensa apoiadora sinalizava para uma ruptura política, colocando os movimentos de esquerda e contrária ao regime, como usurpadores da propriedade privada.

Simplicio Mendes, um dos maiores nomes do jornalismo de O Dia, recebeu o título da Guarnição Federal do Estado, como “soldado da democracia”, fruto este de suas defesas anticomunistas nas reportagens construídas no impresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Karl Marx e Engels lançaram em 1848, a obra o Manifesto do Partido Comunista, nem imaginavam o quanto expansivo seriam sua divulgação pelo mundo. Muitas vezes longe dos discursos dos autores, no que tange as ideias presentes na Revolução Soviética, em 1917, e infelizmente usada por muitos para desenvolvimento de realidades diferentes, das difundidas pelos autores. Inclusive, utilizadas pelos militares enquanto geriam o Brasil.

No Brasil, como em outros países, o discurso “anticomunista” foi adotado, desde o Governo de Getúlio Vargas e que continuava enraizado na mente da população acima dos 60 anos, menos esclarecida. Em alguns casos propagados pelo Brasil, uma ideia absurda de que os comunistas eram “monstros vermelhos” e “ateus sem moral”. Isso justifica, no regime civil no Brasil, o retorno da moral e dos bons costumes, expostos pelos presidentes militares e propagados pela imprensa.

Analisando os discursos do Jornal O Dia é notório uma amostra positiva de que o Estado brasileiro vivia um momento de paz, em 1968, sem noticiar as inúmeras manifestações que explodiram no Brasil contra o excesso das forças militares e as insatisfações contra o regime. Teresina e o Piauí viviam como se o Brasil estivesse vivendo uma onda harmônica de segurança e moral.

O discurso e ideologia, empregado pelo O Dia, colocava em suspeita todos aqueles que apoiassem reformas, lutas por igualdade de direitos, como comunistas. Todas as pessoas que apoiassem as causas da Reforma Agrária acabavam na mira dos militares.

A imprensa foi responsável em alguns momentos para a implantação do regime, porque estava cercada de interesses que não estavam ligados somente à ideologia ou discurso dos veículos, mas aos interesses dos proprietários.

É necessário fazer uma distinção entre esses atores sociais-jornalistas-cronistas, fotógrafos são assalariados, ou seja, são pagos para seguir a linha adotada pelo periódico, mesmo quando estes tentam escapar das engrenagens que têm como objetivo homogeneizar pensamentos, o que podemos chamar de memórias coletivas. É por meio do editorial que identificamos os interesses que regem a sua escrita. (Monte; 2011, p. 201-202).

Muitas vezes, a necessidade do jornalista faz muitos profissionais se submeterem a situações desumanas e degradantes dentro de redações. E isso não é algo particular daqueles que buscaram a autocensura para não contrariar o sistema e não serem perseguidos pelos censores nas redações, ou militares. A situação de muitos jornalistas atualmente é subserviência à ideologia e discurso do veículo, e onde há estruturas de poder ligadas a esferas políticas, essa relação acaba sendo perigosa, pois o veículo pode assumir a esfera de um quarto poder, que somente informa sem responsabilidade e função social.

Os discursos produzidos pelo Jornal O Dia, na década de 1960, pode ser visto como uma analogia subversivo/comunistas, assim definidos todos que se opusessem aos poderes executivos vigentes, mais precisamente usados quando se referiam aos esquerdistas. Dessa forma, muitas vezes esta foi usada para legitimar poderes, estruturas empresariais e políticas. Modelo continuado após o AI-5, com ligações políticas e ideológicas, alinhadas com modelo de construção da notícia que passaram de opinativos para informativos. Nas editorias, sem assinaturas, o posicionamento do Jornal sobre alguns temas, mostra o medo dos jornalistas da época em assiná-las, pois estas poderiam levá-los a prestar esclarecimentos no 25º BC.

O Dia foi um jornal que se desenvolveu e se fortaleceu na égide política, consolidou suas forças como imprensa oficial após a aquisição pelo ex-coronel Octávio Miranda, que implantou uma série de mudanças e modernizações na redação e nos processos de impressão dos jornais.

Averiguando os jornais de 1968, entre os meses de outubro, novembro e dezembro é notório um alinhamento com o discurso promovido pelos militares. Talvez pelo nível de censura ou promoção pessoal da autocensura entre os jornalistas para evitar transtornos com os militares, foi de aversão aos movimentos de esquerda, não tão satanizados pelo O Dia, em consideração a figura representativa da Igreja, na pessoa do Arcebispo da época, Dom Avelar Brandão Vilela, que teve sua trajetória à frente da Arquidiocese de Teresina,

pautados na opção pelos pobres e no apoio a esses movimentos, o que lhe custará especulações em torno de ele ser ou não adepto das ideias comunistas.

O Jornal O Dia, censurado, optou por um discurso moderado e de promover um jornalismo que não fosse contra a proposta dos censores, que por sinal após o AI-5, se mantinham presentes diariamente entre 18h e 19h, na portaria do impresso para entregar os bilhetinhos com a sinalização do que podia ou não ser noticiado.

O discurso de O Dia era característico do modelo que adotara desde sua aquisição pelo ex-coronel Octávio Miranda e que já vinha sendo construído pelo ex-proprietário Leão Monteiro, com um perfil político forte, só que com modificações: com Leão Monteiro os ideais políticos eram de cunho populista e democrático, enquanto com o coronel Octávio Miranda a postura do veículo e dos jornalistas será de fomento a repulsa aos opositoristas (anticomunista).

Na pesquisa foi percebida que os discursos eram usados para desqualificar os movimentos de esquerda e aqueles que se opusessem ao regime, como forma de difamação de imagens. Isso ocasionou no veículo uma submissão dos jornalistas a censura imposta, ao mesmo tempo em que a autocensura passou a andar de mãos dadas com todos os profissionais da redação, em especial aqueles que faziam coberturas políticas, que em alguns momentos ficaram impedidos de serem credenciados, como afirmou Marques (2008), que em determinadas coberturas quando o veículo encaminhava os nomes dos repórteres para acompanhar os eventos eram impedidos e não eram cadastrados. Muitas vezes o veículo tentava descobrir os motivos e nada era explicado. Muitas vezes nem motivos tinham, porque o Jornal dificilmente se opunha aos governos vigentes. Além disso, parte dos jornalistas da redação, prestavam serviços de assessorias de comunicação ao governo do Estado, e isso dificultava um fazer jornalístico em um período difícil, pois além da censura oriunda do regime, os profissionais passaram também a se autocensurarem.

Foi constatado que o discurso jornalístico é fonte para a história, pois seus traços analisam o perfil social, moral, político, jurídico de uma sociedade, em determinada época.

A partir de estudos de (Oliveira, 2014), compreende-se as matizes dos discursos impregnados no Jornal O Dia, com caracterizações do: antifascismo, conservadorismo,

anticlericalismo, Liberal e Democrático e desenvolvimentista, o mais utilizado para mexer com os ânimos e dar alento à população do estado mais pobre do país, o Piauí.

Nota-se o medo dos jornalistas nas páginas do O Dia após o AI-5, quando as matérias de política vão desaparecendo do impresso, os profissionais não assinam as matérias e os editoriais ficam órfãos, tudo porque caso assinassem eram intimados a depor no DOPS, para explicar os motivos que os levava a escrever determinadas matérias e assuntos.

Diante das entrevistas, pesquisas, leituras, resgate de memórias, pode-se afirmar que o Regime Militar e a mordida da imprensa foi sentida na redação do Jornal O Dia, mesmo que com menor intensidade, quando se comparado ao que o Jornal O Estado de São Paulo (O Estadão) vivenciou durante os 10 anos vigente do AI-5. No Piauí, os censores só replicavam o discurso e as normas oriundas de Brasília.

Após o AI-5, enquanto o Brasil vivia um momento de melhoramento nos pilares econômicos e do crescimento do Produto Interno Bruto, também houve um descompasso, um déficit nas políticas públicas, nas áreas de saúde, saneamento básico e educação, principalmente na zona norte de Teresina, no bairro Poty Velho.

No Piauí, não houve casos de desaparecimentos de jornalistas, mais de prisões coercitivas, no qual os profissionais eram chamados a se explicarem em depoimento no quartel do DOPS, localizado no 25º BC, rotineiramente sobre suas práticas, enquanto que em relatos foi constatada uma autocensura dentro do veículo, tendo em vista que sabiam o que podiam publicar e evitavam afrontar os censores, caso contrário, podiam deixar de exercê-las.

A Igreja Católica que na tomada do poder pelos militares em 1964, havia ficado favorável ao regime, após o AI-5 vai percebendo que a opção pelos pobres e o assessoramento as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) vai contra o que os militares acreditavam ser um apoio e alguns religiosos são considerados adeptos do comunismo, e passam a ter suas ações questionadas. Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo da Arquidiocese de Teresina, era uma das personalidades citadas nas páginas de O Dia, por suspeita de ligações com os movimentos de esquerda. Tudo porque o então pastor da Igreja Católica havia feito sua opção pelos pobres e oprimidos que viviam no interior do estado, esquecidos pelas autoridades e apoio a Reforma Agrária. No impresso se

posiciona contra a prisão de Dom Fragoso, Arcebispo da cidade de Crateús, que havia sido chamado no Ceará a prestar esclarecimentos sobre a sua prática e se tinha ligação com os comunistas. Dom Avelar rompeu todas as estruturas e se posiciona na capa do Jornal O Dia.

Mesmo amordaçado e autocensurado, por cumprir todas as determinações dos censores, o veículo também foi perseguido e se viu obrigado a colocar facilmente visível todas as informações recebidas na portaria, em um mural solicitado pela Polícia Federal para ser colocado na redação, com isso não haveria falha na comunicação com os profissionais que atuavam no veículo.

Mesmo com a extinção do AI-5, no dia 30 de dezembro de 1978, outorgado pelo presidente Ernesto Geisel, a imprensa de maneira geral e no O Dia teve sua liberdade de expressão cerceada, pois alguns se viam obrigados a divulgar informações que discordavam, situação que persiste atualmente nas redações, sendo de interesses de alguns veículos aquelas que seguem a linha das elites ou de patrocinadores, que alavancam financeiramente os setores de marketing e publicidade, e que muitas vezes acabam influenciando os critérios de notícias e a opinião pública.

Antes do AI-5 havia uma situação estável de informação e um alinhamento do Dia ao Regime Militar, o que fez com que a difusão dos feitos militares fosse propagada como a única solução que tiraria o Brasil da situação grave pelo qual passava a recessão no país. No entanto, após o AI-5 percebe-se um cumprimento da ordem vigente, onde os jornalistas que antes usavam um discurso militarizado passam a dar mais ênfase nos modelos democráticos promovidos pelo próprio Regime, quando se é colocado a sua excelência e maestria diante de tantas incertezas econômicas pelo qual passava o país.

Para todos os profissionais da imprensa fica uma certeza: “não temos uma imprensa totalmente livre”. O fato é que precisamos aprofundar debates e buscar respostas para o poder que a mídia tem e a responsabilidade que o profissional tem que ter ao noticiar um fato, sem rasgar a constituição do país e o código de ética, além de honrar sua dignidade e moral, valores essenciais e construtores da personalidade humana, pois em um país tão dilacerado de Jeitinhos Brasileiros, que nada mais são do que desvios de condutas e justificativas de relações promíscuas com o poder e danosos na solidificação de uma sociedade mais justa e fraterna. A imprensa poderia representar vozes de milhares

de pessoas que tentam ser ouvidas diariamente pelas autoridades e pelas elites deste país, que muitas vezes não estão preocupados com os mais fracos e oprimidos, mais com o individualismo que gera preconceito, discriminação, divisão, em um país que historicamente é dividido e que precisa urgentemente se unir em torno dos humanos que aqui habitam. “Somos todos da raça humana, independente da cor, credo, etnia, religiosidade, escolaridade, regionalidade, nacionalidade, sexualidade...”. Somos todos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período de 1954 a 1964. In: MAZZEO, Antônio Carlos et al. **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALTIMAN, Fábio. **Revista Época do dia 13 de dezembro de 2010**, sobre os bastidores da publicação do AI-5. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI193321-15223,00-DE+DEZEMBRO+DE+O+DIA+DO+AI.html?>>. Acesso em 28.06.2018. Às 8h43.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMARAL, Clarissa Maria de Azevedo. **Controle e uso da informação: estratégia de poder e dominação do grupo liderado por Antonio Carlos Magalhães (1985-2006)** / Clarissa Maria de Azevedo Amaral. - 2007. 267 f.: il.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Ana Paula de. **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>. Acesso dia 24.04.2018. Às 17h45.

AZEVEDO, Reinaldo. 2009. **Discurso polêmico de Márcio Moreira Alves**. Publicado no dia 13 de abril de 2009. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/leia-o-discurso-polemico-de-marcio-moreira-alves/>>. Acesso dia 27.06.2018. Às 20h30.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: História da Imprensa brasileira**. Volume 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. **Histórica cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BRANDÃO, Heleea H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 8 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002 (Coleção Pesquisas).

BRASIL. **ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em 28.06.2018 às 14:13.

BRASIL. **Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em 27.06.2018. Às 18h13.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm> Acesso em 28.06.2018 às 14:19

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 1.915, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1939**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28.06.2018 às 11:02

BRASIL. **Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27.06.2018. Às 19h10.

BRASIL. **LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5250.htm>. Acesso em 27.06.2018. Às 18h19.

BRASIL. **Conselho Superior de Censura**. Lei nº 5.536, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 27.06.2018. Às 20h07.

BRASIL. **Constituição Federal de 1946**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 28.06.2018. Às 06h44.

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder. **Meio Século de Combate: diálogo cm Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMARGO, Aspásia et.al. **Artes e Política**: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CANCIAN, Renato. **Governo Médici (1969 – 1974)**: “Milagre econômico” e a tortura oficial – Educação – UOL Educação. Consultado em: 29-03-2013, 07h15. No site UOL Educação: Pesquisa escolar, vestibular e dicas para alunos, pais e professores – UOL Educação: www.educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-medici-1969-1974-milagre-economico-e-a-tortura-oficial.htm. Acesso dia 24 out 2017.

Capa do Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14/12/1968. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/extras/jornais.html>. Acesso em 24.04.2018. Às 17h55.

Capa do Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 14/12/1968. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/extras/jornais.html>. Acesso em 24.04.2018. Às 18h.

Capa do Jornal O Estado de São Paulo, 14/12/1968. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/extras/jornais.html>. Acesso em: 24.04.2018. Às 18h02.

Capa do Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 14/12/1968. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/extras/jornais.html>. Disponível em: 24.04.2018. Às 17h56.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 21.

Carta de Renúncia do presidente Jânio Quadros, em 02 de março de 2018. Disponível em: <http://fpjq.org.br/2018/03/02/carta-de-renuncia-de-janio-quadros-ao-congresso-nacional>. Acesso dia 20.04.2018. Às 15h38.

CERTEAU, Michel. **A operação histórica**. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 18.

CODATO, Adriano Nervo. **“O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas”** In: Revista História: Questões & Debates, no. 40, pp.11-36, Curitiba: Editora UFPR, 2004.

CORREIA, Lima A. F. **O Exército Vermelho**. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, n. 247, p. 699-701, dezembro. 1934.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil.** FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso: 27 set 2015.

DAMIANI, M; GRINBAUM, R. Os arquivos de Delfim. Revista Dinheiro, 19.11.2013.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS; 1948 Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2018. Às 19h07.

DELFIN, Antonio Netto. Análise do comportamento recente da economia brasileira – documento preparado no início de 1967. In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – MPCG. **Diretrizes de governo.** Brasília: jul. 1967. (Reproduzido pelo Curso de Economia Regional, FIPE/USP, 1970).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Memória, tempo, identidades.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (Rio), quinta-feira, 2 de abril de 1964. Por Mário Magalhães, em 31 de março de 2014. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/?cmpid=copiaecola>>. Acesso dia 20.04.2018. Às 16h38.

DISCURSO DE JANGO, na Central do Brasil, realizado sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>>. Acesso em 23.05.2018. Às 13h41.

FABER, Marcos Emílio Ekman. **Artigo sobre o ato institucional nº 5**, no Jornal Última Hora, do dia 17 de dezembro de 1968, p. 1.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda:** os pilares básicos da repressão. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano:** o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 168-205.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2000 (Representando a Língua Portuguesa).

Folha de S. Paulo, terça-feira, 2 de abril de 1964. Por Mário Magalhães, em 31 de março, de 2014. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe>> Acesso em 20.04.2018. Às 16h47.

FREITAS, José Alves Neto; TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Editora Harbra. 2016.

GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada. As ilusões armadas**. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada. As ilusões armadas**. São Paulo. Companhia das Letras. 2004.

GODINHO, Jávier. **A Imprensa Amordaçada: Contribuição à História da Censura no Brasil -1964-1984**. Goiânia: Contato Comunicação. 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. Ed. São Paulo: Vértice Editora, 2004.

JORNAL DO BRASIL (Rio), quarta-feira, 1º de abril de 1964. Por Mário Magalhães, em 31 de março, de 2014. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe>> Acesso dia 20.04.2018. Às 16h48.

JORNAL DO BRASIL, 1968. Coluna do Castelo, 14 de dezembro de 1968. Disponível em: < http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna.php?mes=12&ano=1968> Acesso dia 05.07.2018. Às 11h58.

JORNAL DO BRASIL. 13 de março de 1964. Por Ana Paula. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade>>. Acesso dia 24.04.2018. Às 17h45.

JORNAL O GLOBO, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Ed. 11. 625. p. 01. Disponível em < <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/04/01/ha-51-anos-brasil-sofria-o-golpe-militar-veja-as-principais-manchetes/>>. Acesso em 26.06.2018. Às 13h42.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo. Fapesp, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória. Tradução Bernardo Leitão (et al)**. Campinas. Editora da Unicamp, 1990.

LEAL, Maria de Jesus Daiane Rufino. **Carlos Castello Branco: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira**. Teresina: EDUFPI, 2013.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória)**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso fundador. 3. Ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

MARQUES. Carivaldo. **Entrevista concedida a pesquisadora Joana D'arc de Sousa Cardoso**. Teresina, 26 de abril de 2018.

MIRANDA, Valmir. **Entrevista concedida a Joana D'arc de Sousa Cardoso**. Teresina, 14 de novembro de 2017.

MONTE, Regianny Lima; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTOS, Maria Lindalva Silva. **Diluir Fronteiras: Interfaces entre a história e imprensa**. Teresina: EDUFPI, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectivas/FAPESP, 2002.

NASCIMENTO, Alcides. SANTIAGO, Fernandes. **Encruzilhadas da História: Rádio e Memória**. Recife. Bagaço, 2006.

NEMI, Ana Lúcia Lana. REIS, Anderson Roberti. 3. Ed. São Paulo: edições SM, 2014.

NUNES, Augusto. **Revista Veja Especial**, dia 14 de abril de 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/especial-veja-golbery-do-couto-e-silva-o-conspirador-da-casa-da-borracha/>> Acesso em 27.06. 2018. Às 19h46.

NUNES, Deusdeth. **Entrevista concedida a Joana D'arc de Sousa Cardoso**. Teresina, 10 de janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Marylu. **Contra a Foice e o Martelo: Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do Jornal O Dia.** Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. 118p.

PÁDUA, Emanuel de. **Ditadura Militar no Brasil: Governo Medici (1969 – 1964).** Consultado em: 29-03-2013, 08h02. No site Ditadura Militar no Brasil: www.ctaditaduramilitar20091.blogspot.com.br/2009/03/governo-medici-1969-1974.html.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **Fontes Hemerográficas.** In: NASCIMENTO, Alcides.

POLLAK. Michael. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. 1992. p. 200-212.

PONTES, José Alfredo Vidigal. CARNEIRO, Maria Lúcia. **1968, do sonho ao pesadelo: O sonho dos estudantes, de reformar o ensino, as instituições e muito mais.** E o papel do jornal como registro. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1968.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **Histórico Grupo Estado.** Consultado em: 28-03-2013, 17h22. No site estadão.com.br – Portal de notícias de O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br/histórico/resumo/contil1.htm.

QUEIROZ, Teresinha. **História, literatura e sociabilidades.** Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1. Ed. Teresina. 1998.

RÊGO, Ana Regina (org). **IMPRENSA: Perfis e Contextos.** São Paulo: All Print Editora, 2012.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa Piauiense: atuação política do século XIX.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2001.

RÊGO, Ana Regina. KENNEDY. Eugênio. **Regimes Ditatoriais: comunicação, cultura e memórias.** Teresina: EDUFPI, 2016. 244p.

RÊGO, Ana Regina. QUEIROZ, Teresinha. MIRANDA, Marcela. **Narrativas do jornalismo e narrativas da história.** 1. ed. Porto. Mediaxxi Formalpress. 2014.

REIS, Anderson. MOTOOKA, Yumi. Et al. **Ser Protagonista. História Ensino Médio.** 1. ed. São Paulo. Edições SM. 2014.

SAID, Gustavo Fortes. **Comunicações no Piauí**. Ed. Academia Piauiense de Letras - convênio com o Banco do Nordeste: Teresina, 2001. 112p.

SANTOS, Iracema Rocha da Silva. **Entrevista concedida ao site cidade verde**. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/187335/anistiada-advogada-presena-ditadura-no-piaui-desabafa-minha-alma-ja-doeu-muito>. Acesso dia 22.05.2018. Às 15h22.

SANTOS, José Lopes dos. Entrevista concedida a Marylu Alves, no dia 23 de maio de 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VAINFAS, Ronaldo. et al. **História Conecte Lidi**. 2. Ed. São Paulo. Saraiva. 2014.

WOLF, Mário. **Teorias da Comunicação**. Mass media: contextos e paradigmas Novas tendências. Milan. 1995.

**ANEXO A: ENTREVISTA COM DEUSETH NUNES (GARRINCHA),
REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 10H30, NA SEDE
DO JORNAL O DIA.**



Créditos: Joana D'arc Cardoso

01. Em 1968, o Brasil viveu um momento de transformações, principalmente, nos veículos de comunicação, estimulados pela publicação do Ato Institucional nº 5, outorgado pelo General Da Costa e Silva. Nesse ato, houve um cerceamento às liberdades de comunicação. Sobre esse período você lembra o que ocorreu dentro da redação do Jornal O Dia?

R- Não sei te dizer com muito detalhe, mas criou-se um clima de apreensão e medo. Ninguém era de ferro e nos resguardávamos para não sofrermos as penalidades, por conta do que se publicava e das manifestações. Isso porque os estudantes e pessoas ligadas à política com suas posições contrárias, defendendo determinadas ideias eram consideradas subversivas, avançadas e comunistas. O meu tempo foi um tempo quente nesse aspecto. Era o tempo do Acilino Ribeiro e do Osmar Júnior, em que eram chamados de comunistas. Uns eram vistos como heróis, aventureiros e outros como irresponsáveis, mas era uma juventude que se manifestava pra procurar condições melhores pra si, para a cidade e para o país.

02. O senhor lembra se nesse período o movimento estudantil era forte, pois tem algumas matérias que remontam a liderança de A.Tito Filho?

R- A juventude nesse período se manifestava muito. Criavam arrobos por conta das passagens de ônibus. Eram manifestações fortes e não como não tinham celulares e eles não se preocupavam em conversar sozinhos. O que fazia a juventude se manifestar e hoje cada um fica no seu canto com seu celular. Antigamente havia comunidade mesmo, coletividade grupos de jovens que se reuniam para conversar e trocar ideias. Havia manifestações legítimas porque vinha do coração.

03. Dentro da redação do Jornal O Dia o senhor lembra quantos jornalistas trabalhavam com o Cel. Octávio Miranda?

R- Naquele tempo tinham os mais jovens e os mais velhos, mas não lembro precisamente. No Jornal O Dia essa manifestação acerca dos movimentos era muito fiscalizada. O Coronel como era do exército e de direita não permitia que houvesse manifestação. Ele queria o Jornal dele alinhado ao status quo (estado das coisas), do lado de quem está mandando.

04. O senhor lembra se nesse período o Cel. Octávio Miranda já tinha pedido baixa do exército?

R – Ele já tinha sido reformado. Ele foi comandante do 25° BC e chegou o prazo para ele se reformar.

05. Dentro da redação do Jornal O Dia o Cel. Octávio Miranda fazia reuniões com os jornalistas?

R- Ele chamava os redatores para informar a linha do jornal. Na época não tinham muitos. Hoje é que tem mais, pois a redação está cheia de estagiários.

06. Como se deu o pensamento para implantação do Jornal Folha da Mãe Ana, em 1968, vindo ao folhetim de fim de semana de O Dia?

R- O Jornal foi uma manifestação de humor, onde a gente tentava procurar o lado maneiro de dizer as coisas. Procurávamos dizer as coisas sérias pelo humor. E como o humor tem que focar os assuntos do momento, a gente tentava abordar a falta de liberdade de expressão, democracia e a situação vivida no período, seguindo a linha do Jornal. A gente não podia dizer o que queria, tinha que ser de acordo com o que o Jornal permitia.

Tínhamos que nos policiar, nos guardar para que o Coronel não visse que a gente estava pisando fora da linha. Havia uma censura nossa. Quando a gente ia contar uma história, uma piada, fábula, essas coisas, sabíamos que não podíamos sair daquela linha. Policiávamos-nos, e não éramos burros. Ninguém ia dizer que um determinado coronel da polícia estava num cabaré, porque tínhamos que dizer que era uma autoridade. Nesse momento dos anos 1968 a 1980 nós fazíamos uma autocensura.

07. Qual o pior momento para os jornalistas foi durante ou após o AI-5?

R- Foram os anos 60. Eu fazia aqui bola do dia, com ironia dos assuntos do momento. Então, foram muitos momentos em que a bola foi censurada. Eu colocava: a bola furou. Se fosse um caso do quartel, fazia uma piada e não saía nos jornais. Quando atingia o status quo da situação não saía.

08. Quem olhava essas matérias?

R- Era o redator chefe, que era o responsável por tudo. Além dele ainda tinha o dono do Jornal, que vinha olhar.

09. Quem era o redator da época?

R- Vanderlei do Ceará, pois o Jornal O Dia tinha muita ligação com o estado. Tivemos uns quatro redatores-chefes que vieram de Fortaleza.

10. Quando o senhor fez o Jornal Folha da Mãe Ana, levando a proposta para o coronel Octávio Miranda ele aceitou prontamente?

R- Aceitou, porque foi alusão ao Jornal Folha da Manhã, que era concorrente do O Dia, e quando ele fechou criei a Folha da Mãe Ana, sendo uma senhora, dona de casa, que via as coisas como todas as mulheres que bisbilhotava para contar. Então, a Mãe Ana contava para os filhos lerem, seguindo a linha do Pasquim, que tinha uma aceitação muito grande. Fazia a literatura do momento e falava até das coisas revolucionárias. A Folha da Mãe Ana não tinha cunho político e nem fazia política partidária, embora fosse do PMDB, sendo vereador por três mandatos.

11. O senhor conheceu o ex-prefeito de Teresina, Cel. Jofre Castelo Branco?

R- Fui vereador junto com ele. Ele era presidente da câmara municipal pelo PMDB. Trabalhamos muito tempo juntos, tanto aqui no Jornal O Dia, como na Câmara.

12. Nesse período aparecem muitas matérias de prestações de contas de políticos. Eles costumavam frequentar à redação do O Dia?

R- Aqui era a casa deles. Era o único veículo de divulgação das propostas e das atuações políticas deles. Não havia internet, somente Jornal e rádio. Não tinha nem televisão. O Jornal acabava sendo o ponto obrigatório das pessoas julgarem as ideias divulgadas. O Jornal O Dia era muito bem frequentado. O coronel recebia muito bem os políticos de todos os partidos. Tinha sala pra receber e fazer as entrevistas. Era o meio de comunicação mais importante para a política piauiense.

13. O senhor lembra se existiam nessa época outros jornais circulando?

R- Tinham outros jornais como a Folha da Mãe Ana e outros de pequeno porte. Tinha mais facilidade de material, as coisas não eram tão caras. Só que o maior era o Jornal O Dia.

14. Nessa época os censores frequentavam as redações de alguns jornais pelo Brasil. O senhor lembra-se de ter visto algum deles dentro da redação de O Dia?

R- Essas visitas ocorriam na diretoria, eles não faziam fiscalizações dentro da redação. Não chegava a isso. Eles chegavam e falavam para a diretoria e os diretores se achavam no direito de exigir certas coisas, mas não era o contato do repórter com a polícia. Era pela diretoria e não chegou a ter esse clima de intimidação.

15. Quando a bola não podia ser veiculada você colocava a bola furou, tinha um tempo pra ajustar a produção?

R- Quem fazia isso direto era o redator e sabia o clima. Ao lê já diziam: isso aqui os homens não vão gostar.

16. Tiveram jornais pelo Brasil que quando os censores chegavam às redações, algumas destas eram retiradas. Muitas vezes não tinham tempo de editar as matérias. Aqui ocorreu isso?

R- Não me recordo que a Polícia tenha entrado aqui para fazer isso.

17. Como era o clima para vocês jornalistas?

R- Um clima de apreensão porque todo mundo tinha medo da Polícia Federal.

18. O que o senhor tem a falar desse período?

R- Foi um período bom, porque passamos a ter uma importância muito grande diante da sociedade, pela informação que dávamos. Dava ao povo o que eles queriam saber, a notícia, a informação. Isso tornava o jornalista mais importante do que hoje. Atualmente as coisas são fáceis e as coisas fáceis não são muito procuradas. Naquele tempo era difícil você dá notícia, buscar e divulgar. A profissão era muito mais respeitada porque havia aspectos que o diferenciavam.

19. Na produção do Jornal Folha da Manhã tinham outras pessoas que lhe ajudavam?

R- Eu tinha sempre algumas pessoas que me ajudavam, dando colaboração. Eu perguntava para alguns colegas: Tem alguma coisa tua aí? Eu criava. Eu tinha um cronista esportivo e social que faziam muitas coisas. No Folha da Mãe Ana procurava está perto das pessoas que eram fontes. A crônica social foi que me ajudou muito. A gente depurava o que eles falavam, pois tinha dinheiro, festas, bebida.

20. O senhor conviveu com a Elvira Raulino?

R- Sim. A sala dela era aqui perto da redação. Desde o começo da carreira dela que trabalhamos juntos no jornal O Dia. A Elvira era uma mulher fenomenal, desenvolveu na sua época um trabalho muito importante de divulgação das coisas da cidade. Ela era polivalente, falava de tudo, de economia, de política. Era uma mulher danada.

21. No Jornal o Dia aparecem correspondentes de outros estados. Eles não eram fixos? O senhor pode falar sobre isso?

R- Naquele tempo não havia muita preocupação com a remuneração. Faziam por atletismo. Uma pessoa de Teresina que morava em Fortaleza, fazia para divulgar as coisas

da cidade, de Sobral, do Rio de Janeiro. Não eram remunerados. Geralmente eram pessoas que tinham recursos.

22. Aqui em Teresina tivemos um DOPS. Vocês recebiam notícias que não puderam divulgar acerca de prisões de piauienses?

R- Sempre havia notícias que não podiam ser reveladas, essa não pode esta não sai. Havia esse clima de medo, clima de preocupação, porque todos tinham familiares.

23. Vocês tinham medo de sair da redação?

R- Não. A gente tinha medo do que era publicado e do que poderia vir depois. Era uma coisa natural, normal, não havia o clima de preocupação. Havia um resguardo, um cuidado. O próprio jornal censurava se você não colocasse coisas que não tivesse dentro da linha.

24. Mesmo você sendo da linha esportiva, naquela época os jornalistas tiveram acesso às prisões militares no DOPS, no Artesanato?

R- Não havia muita preocupação em não vê. Eu sempre fui lá e via. Cheguei a vê e entrevistar alguns que estavam presos, pois tinha o horário marcado para entrevistar, mas não havia um terrorismo. Você ficava com um policial ali perto. Havia cuidado, mas não terrorismo.

25. O jornalismo atualmente é mais ágil e o sistema de produção foi modificado. O jornalismo político de hoje é mais autêntico ou não? Por que vocês vivenciaram o sistema político com a divulgação de matérias acerca da infraestrutura do governo Helvídio Nunes, a construção da Barragem de Boa Esperança, da BR-316 e as prestações de conta do então prefeito de Teresina, Cel. Jofre Castelo. Dentro do processo jornalístico isso mudou?

R- Teve uma mudança radical. Hoje temos novos elementos de pesquisas, você tem pessoas com novos comportamentos e com uma visão científica, de universidade, de faculdade. Antigamente era o modo mais prático. Hoje há mais sapiência, pois os jornalistas estudam mais. Naquela época eram profissionais feitos a facão, mas de uma maneira mais rudimentar, com curso primário e secundário. Não havia especialização,

nem nada. Hoje a coisa é muito mais sofisticada, você procura mais a verdade, mente se quisser. Naquele tempo não havia tanta sapiência, estudo em torno de como é feito um jornal. Hoje ele está muito acadêmico, não é um jornalismo facção, é mais burilado. Ele ganha e perde. Ganha pela forma, pela beleza, pela leveza do estilo, pela estética, mas perde pelas informações e autenticidades. Porque os jornalistas são jovens, não que eu queira dizer que a juventude não tem a experiência de um redator velho. Estamos comendo o jornalismo que estamos produzindo, jovem, sem experiência e sem continuidade. Hoje tem um estagiário, amanhã tem outro, não tem uma linha. É o sinal dos tempos. Os jornalistas do meu tempo vinham com uma linha há muito tempo. Hoje vai mudando e cada cabeça é uma sentença. Não tem redator que coloque uma linha. Às vezes os chefes de redação são eles mesmos.

26. Naquela época o esporte era forte?

R- O futebol teve forte no tempo do Tiradentes. Antes do Tigre o River-PI, o Galo Carijó, era a grande estrela do futebol piauiense. O Flamengo-PI também teve sua época. Mas era uma época em que em virtude da situação econômica de estabilidade, havia maior incidência de pessoas no campo de futebol, e como hoje a situação é difícil os estádios estão vazios. Falta dinheiro, motivação. Sem dinheiro você não contrata e não forma uma grande equipe. Sem time ninguém vai lá vê.

ANEXO B: ENTREVISTA COM VALMIR MIRANDA, REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 17H, NA SEDE DO JORNAL O DIA.



Créditos: Joana D'arc Cardoso

01. Qual seu nome, idade e se tem filhos que trabalham no Jornal O Dia?

R- Tenho 68 anos, nasci em 1948. Tinha quatro filhos, sendo três mulheres e um homem. Só que meu único filho homem, perdi quando este fez 29 anos, de uma doença que até hoje não se sabe o que ele tinha. Na época que ele apareceu com a doença, eu era pró-reitor de extensão da Universidade Federal do Piauí, pois tive à frente como pró-reitor de pesquisa e pós-graduação. E percebemos que ele começou a sentir uma dor estranha, e o reitor, um grande amigo meu, Pedro Leopoldino, médico, reuniu alguns médicos para tentar descobrir alguma coisa aqui. E ele terminou me dizendo: Valmir vai para São Paulo. Lá eu procurei os maiores especialistas do país, rodei o Albert Einstein e o Hospital das Clínicas e não conseguimos descobrir o problema dele. Ele tinha alergia, que quando ocorre o problema ocorre uma alteração no sangue, que engrossa. E passou a tomar medicação para afinar o sangue, mas quando ocorria de o sangue engrossar, gerava uma trombose, o que fez com que perdesse fígado e fizesse transplante, teve problemas no cérebro, e conseguimos reverter depois. E depois de 10 anos veio a falecer, nos deixando uma filhinha.

02. Dessas filhas alguma trabalha com o senhor?

R- A mais velha, a Daniela Miranda, toca pra mim o Theresina Hall, a segunda, Renata Miranda, toma conta do Comercial do grupo e a terceira a Layle Miranda, cuida da parte de circulação do Jornal e do financeiro em certas ocasiões, com administração e finanças.

03. Todas as filhas tomaram gosto pela comunicação/jornalismo? Isso é de família?

R- Meu pai entrou no Exército muito novo e depois foi fazer curso de oficial no Rio de Janeiro, conheceu uma moça que veio conhecer o Brasil, uma mulher lindíssima, chamada Herminda Crimilet, Argentina, onde a família morava em Buenos Aires, e como tinha uma avó que estava no estado, casada com um carioca. E ela veio conhecer o Rio de Janeiro e conheceu o meu pai. Como ela era linda, que eu acho que ele deve ter dito que não iria perder isso não. E com pouco tempo eles casaram e ele a trouxe para o Piauí. Ela se adaptou facilmente e era louca por isso aqui.

04. Quem era o senhor Octávio Miranda?

R- Ele era militar reformado do Exército, mas era uma pessoa que vivia criando. Era um empresário e pra você ter ideia, foi o primeiro a inventar o Pegue e Pague. Próximo ao Luxor Hotel. Tinha um mercadinho que ele fez com que o sistema de supermercado funcionasse. A pessoa pegava a mercadoria e levava ao caixa. Antigamente não era assim, você entrava num determinado local, pedia e o funcionário pegava para você. Dali o cliente não passava. Os supermercados antigamente funcionavam assim. Ficava próximo da Rui Barbosa, no segundo quarteirão à direita, numa esquina.

05. Quem era o empresário Octávio Miranda?

R- Ele criou aqui uma cooperativa e como o Piauí era um estado muito pobre, ele virou um empreendedor. Essa cidade se resumia a Avenida Maranhão, com limite mais ou menos na Rua do Hospital Getúlio Vargas, que já ficava fora de onde o povo andava. Aqui na área da estação ninguém andava. Na região Norte ela ia até pelo Liceu e na região sul, ia até o que chamavam Boqueirão, Vermelha, Era uma cidade pequena, não tinha banco, não tinha dinheiro e nem quem fomentasse o desenvolvimento da cidade. Criou a Cooperativa Mista para o Desenvolvimento Agropecuário e Industrial do Piauí, e com ela começou a captar recursos e começou a compra gado de fora e a trazer para o estado,

gado selecionado. Trouxe cimento que eram muito difíceis de ser encontrados no Piauí. Num determinado momento ele percebeu que deveria fomentar a vinda de bancos para cá. Foi atrás do governo de São Paulo, encheu o saco do pessoal do Bradesco, até que conseguiu trazer o Banespa, que hoje é o Santander. Naquela época era só Banespa, porque foi comprado adquirido pelo Santander.

06. Ele era um empreendedor na sua visão? E como se deu o processo da aquisição do Jornal O Dia?

R- Ele vivia criando empresas. Tinha dado baixa do Exército e comprou o Jornal O Dia. Não lembro muito bem. Quando ele comprou esse Jornal, eu tinha 13 anos, hoje têm 66 anos. Ele não criou, adquiriu da mão de outra pessoa. Foi fundado em 1º de fevereiro de 1951. Eu, moleque me lembro, próximo do Hospital do Cerqueira, a Med Imagem, era onde funcionava o Jornal. Tinha dificuldade em trocar máquinas e um senhor carequinha, passou a ajudá-lo. No final ele comprou máquinas novas que mudou o padrão do Jornal. O Dia foi o primeiro a implantar as máquinas linotipo e offset, de todos os impressos da época.

07. Além do Jornal ele se dedicou há mais outras coisas?

R- Ele tinha uma autopeça. Era uma grande loja de peças em Teresina. Ele fechou para poder construir um prédio, Octávio Miranda, chamou todos os funcionários, acertou os direitos e a outra parte distribuiu os acervos ainda existentes dentro da loja, para que eles montassem suas próprias lojas. Hoje na Miguel Rosa, algumas casas de peças são de ex-funcionários dele. Nesse período, reuniu alguns amigos e comprou as terras que ficavam na região chamada Bairro dos Noivos, depois da ponte onde hoje fica o Teresina Shopping, tudo era dele, foi o que o João Claudino comprou dele, o lado esquerdo também pertencia a ele. Onde fica o Jockey Clube, foram 100 hectares que ele doou e até a Nossa Senhora de Fátima, a Dom Severino, ele loteou e distribuiu para amigos, porque queria que o pessoal fosse pra lá. Ele dizia que a diferença de temperatura era de 4°C. Nós residíamos onde hoje é a Claro, na Frei Serafim, hoje tombada pelo Patrimônio Histórico. Não pode ser alterada a fachada. Ele construiu uma casa no Jockey e levou vários amigos para morarem lá. Ele era proprietário das terras. Saía beneficiado na história, mas doou

muita terra para as empresas que chegaram no Piauí. Foi um homem à frente do seu tempo.

08. Qual a intenção do seu pai em adquirir um Jornal, tendo em vista que é um ramo diferente do que costumava atuar no Piauí?

R- E comprou o Jornal, na época, tenho impressão que era para ajudar um amigo, isso porque na época o impresso não era de informação, era de política. E ele e o Petrônio Portela eram muito amigos, muito amigos mesmo. Acho que pra ajudar o Petrônio ele comprou o Jornal. Eu não tenho certeza disso, suponho. O Dia era só mais uma empresa, mas ele não esperava que acontecesse o que ocorreu. Apaixonou-se e pronto, foi deixando tudo e se dedicando ao Jornal. Passou a amar isso, e o espaço passou a ser a vida dele. Ele vendeu as outras coisas e os loteamentos eram ligados às imobiliárias. A área do Teresina Shopping foi uma das últimas a ser vendidas. Mas as outras coisas ele foi passando. Ficou interessado por isso aqui. Gostou demais do Jornal.

09. Seu Valmir você fala do seu pai com um amor muito grande Ele é sua inspiração? Tudo o que o senhor faz remonta a ele?

R- Sim. Quando cheguei aqui ele tinha esse prédio e onde funciona a parte gráfica, tinha uma pequena estrutura de um pavimento só, onde funcionavam os computadores e os composer, coisas desse tipo e depois que eu vim assumir o grupo, fiz um investimento, a parte em vidro criei mais dois pisos lá. Achei que isso aqui era uma coisa que atendia ao mercado e atendia a ele e aos meus anseios. Depois peça pra me vê algumas declarações de autoridades do Piauí que falaram sobre o centenário dele.

**ANEXO C: ENTREVISTA CARIVALDO TEIXEIRA MARQUES,
REALIZADA NO DIA 26/04/2018, NA SEDE DO JORNAL O DIA**

01. Nome completo, idade e desde quando o Senhor trabalha no Jornal O Dia?

R. Meu nome é Carivaldo Marques Teixeira Filho, tenho 66 anos e trabalho no jornal O Dia desde 1965.

02. O senhor tem filhos, se tiver algum trabalha como jornalista?

R- Tenho filhos, mulher, netos, parentes e duas filhas são jornalistas.

03. Elas atuam aqui ou em outros veículos de comunicação?

R- Aqui, nenhuma.

04. O senhor começou a trabalhar aqui em 1965, e presenciou os governos militares, quando eles assumiram o comando do país, em 1964, como também viu a homologação do Ato Institucional nº5 (AI-5), publicado no dia 13 de dezembro de 1968. Esse período foi de censura à imprensa, onde os veículos passaram a ser vigiados integralmente. Nesse momento, circulava em Teresina os Jornais O Dia, O Piauí e o Estado do Piauí. Como foi esse processo dentro do Jornal O Dia?

R- O período da censura mais forte que foi depois do AI-5, o jornal passou a ser mais visitado pela polícia federal, que fazia a fiscalização nas redações, mas se restringiu basicamente o seguinte: os jornais nessa época tinham poucas informações vindas de fora, não havia agência de notícia, a correspondência que se recebia, ou seja, a mais importante que a gente recebia vinha de fora, através da agência France Presse, que era baseado na Guiana Francesa, então, acabava tendo mais notícias internacionais, do que nacionais. A nacional que vinha pra nossa redação era feita por rádio escuta, pois não havia outro tipo de comunicação, telefone era uma temeridade, poucas redações usavam isso e havia alguns correspondentes do jornal em Brasília, outros em São Paulo, mas de forma tímida, porque para chegar à informação ela tinha que vir via aérea, era feita com a colaboração dos articulistas, não havia notícia do dia. *A censura funcionou pra gente como uma agência de informação*, e é um caso interessante, porque eles chegavam todo final da tarde com um telegraminha recortado de dois cm que dizia: “por ordem superior está proibido noticiar sobre um determinado fato”. E criou-se um problema na redação, pois eles traziam um protocolo e a gente tinha que assinar pra receber essa comunicação.

Ocorre que se eventualmente, por algum descuido, essa notícia saísse, a pessoa que assinou o protocolo ia responder lá na polícia federal pra responder os motivos que deixaram a notícia ser publicada, já que estava proibido e os editores e todo mundo entrava nessa história. Por conta disso usamos uma tática: ninguém assinava, eles chegavam aqui e ninguém assinava. Acabavam colocando para o vigia assinar, coisa desse tipo, aí o vigia dizia que não queria receber. Criou-se uma dificuldade para não receber aquela informação, por uma questão de resistência.

05. Eles ao chegar exigiam alguma coisa?

R- Eles exigiram que se colocasse um quadro dentro da redação para afixar os telegramas deles lá. Todos os dias eles chegavam às 18h e 19h da com aquele telegrama e afixavam na parede. Colocavam na parede dizendo que era proibido falar sobre determinado assunto e aí todo mundo da redação corria para ver, lê e saber o que era aquilo. A gente ficava sabendo de muita coisa que estava acontecendo no país, em termos de repressão, através da própria censura. Claro que a gente não usava isso para publicar nos jornais, mas a gente ficava informado sabíamos o que estava acontecendo.

06. O senhor lembra quem era o editor da época, porque grande parte dos jornais pelo Brasil eram eles quem sofria as penalidades?

R- O editor era quem sofria. Na época tinha o Pompílio Santos, cearense e ele ainda está vivo, tem uma filha que é funcionária da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ele foi detido para em algumas situações, não por esses fatos, mas pelo fato da Lei existir. A repressão era muito forte. Agora especificamente crimes políticos, aqui no Piauí, foram poucos as repercussões em termos de prisões. Havia esse tipo de coisa, a censura, porque todo dia eles vinham à redação informar o problema. O caso mais forte na imprensa do Piauí foi relacionado a uma questão eleitoral. Houve uma denúncia, chamada de mapismo, alteração de votos, mapas eleitorais, e os Jornais denunciaram. Então baseado nessa Lei de Segurança Nacional (LSN), que maltratava todo mundo, dez jornalistas tanto do O Dia, como de outras empresas de comunicação foram enquadrados na lei. Daqui do Jornal O Dia, foram seis, o restante eram da rádio pioneira e outros mais.

07. Quais eram os motivos alegados?

R- Eles não alegavam nada, porque simplesmente noticiávamos o fato, eles achavam que aquilo ali era uma notícia ruim para a sociedade, na avaliação deles.

08. O senhor lembra quem foram os jornalistas do O Dia que foram presos e onde eles ficavam nessas averiguações?

R- Presos nenhum.

08. Eles foram só acusados dentro da Lei de Segurança Nacional? Ficaram sob investigação?

R- Só foram enquadrados dentro da LSN. Nenhum jornalista que eu me lembre no Piauí foi preso por conta do AI-5.

09. Como eles agiam após serem enquadrado na LSN?

R- A reação foi à seguinte, não havia como você se defender. Tinha simplesmente que aceitar acusação e aguardar a condenação, ou a absolvição. Mas a imprensa nessa época era combativa, íamos atrás de alguns meios para se defender. Como não havia juridicamente e era quase impossível se fazer isso, tentávamos fazer por outros meios, denunciar a pessoa, mesmo correndo o risco de ser preso, mas fazia. Nesse caso específico do Jornal, fizemos uma cilada contra o promotor, o jurista da época, que enquadrado todo esse povo nessa lei. Ele gostava de jogar baralho, lá no clube dos Diários, e era proibido em apostas. E a gente sabia que ele fazia isso. Então nós fomos lá, em equipe, eu mais uma pessoa, um repórter e nosso advogado. Eu fiz duas fotografias do juiz jogando baralho. E eles questionaram ali, mas tínhamos um policial que estava aguardando para fazer certa resistência enquanto a gente ia embora. O fato é que no dia seguinte, ele retirou esse enquadramento, baseado na nossa força, senão a gente ia fazer divulgar isso, fazer uma denúncia.

10. Mesmo correndo risco, vocês iriam mesmo fazer a denúncia contra o promotor?

R- Mesmo correndo risco, porque era pau, não tinha jeito não, era na briga. Mas ele aceitou a ponderação e tirou. Então, esse enquadramento ele era político. Essa era uma forma que a gente utilizava para se defender de alguma coisa. Era uma coisa muito regional, não havia perseguições assim específicas, havia observações. A gente sabia que alguns tinham ficha na polícia, no DOPS, quando chegávamos lá, eles diziam: olha está aqui, você andou com fulano de tal, o que você tem haver com ver com essas pessoas, coisas desse tipo. O Dops abria uma ficha criminal, sei lá como se dá o nome disso, e toda vez que saía alguma notícia local, que eles achavam que não era do agrado deles,

chamavam a gente para ir lá para conversar, mas a conversa era para intimidar, mostrar a ficha, dizer que dia tal a gente esteve em lugar tal, andou com determinadas pessoas. Nessa época, houve muita frequência aqui em Teresina do Movimento Hippie, com pessoas drogadas que fumavam maconha, e eles eram muito perseguidos pela polícia local. Em função disso, se você fosse próximo de algum desses hippies, era considerado uma pessoa de esquerda, subversivo. Eles alegavam isso, mas era mais por uma questão de intimidação. Nunca houve especificamente prisões de jornalistas. Teve uma pessoa que era ligada, foi preso, mas ele era economista, não era do meio da imprensa.

11. Na imprensa o senhor não se lembra de nenhuma prisão?

R- Houve detenções. Eles passavam uma manhã inteira, o dia todo pra te atenderem. Saía uma coisa no Jornal, aí eles chamavam o editor, o repórter que assinou a matéria. Alguns não assinavam justamente para evitar fazer isso, mas eles chamavam o cara lá e ele (jornalista) tinha que esperar o delegado atender. Às vezes passavam o dia inteiro, não almoçavam e eram chamados lá para as 16h. E diziam: está tudo bem, você está liberado.

12. Quem era o delegado regional da Polícia Federal nesse período?

R- Aqui teve uma época um cara chamado Elias Futz, que foi o que mais mexeu com a gente.

13. Esses censores chegavam às redações e vocês não chegavam, a saber, o nome deles?

R- Na verdade acho que nem tinha censor no Piauí, se tinham, eram muito poucos. A censura vinha de fora. Havia uma centralização em algum lugar, acredito que em Brasília, e eles mandavam. A censura vinha de lá: Proibir falar sobre determinada coisa vinha tudo de fora. O Movimento Cultural piauiense era pequeno, não havia grande movimentação, no qual eles perseguiam muito, então não houve grandes resistências, nem atos de violência, que a gente tenha observado. O que havia na verdade era uma dureza pra você trabalhar. Eles te fiscalizavam de todo jeito. Nessa época pesada mesmo, não tínhamos a chance de fazer determinadas coisas, eles não deixavam. Por exemplo, fazer uma cobertura sobre a chegada desses generais, presidente. Recebíamos a documentação com antecedência para poder liberar o seu crachá. Você tinha que ter o lugar específico pra ficar, não podia colocar um dedo fora da área delimitada. Era uma rigidez muito grande, na ação do jornalista, que não tínhamos a chance de fazer nada. Era muito apertado.

14. Teve jornalistas do Jornal O Dia que tiveram credenciais suspensas ou o não credenciamento nas coberturas de eventos políticos?

R- Vários, vários! Você mandava das pessoas pra lá a relação do Jornal para cobrir. Ia pra lá a relação. Dessa relação, eles diziam quem podia e quem não podia ir. O porquê ninguém sabia. De fato, enviávamos 10 nomes, eles liberavam dois, três. Dependendo do ato que fosse acontecer eles liberavam a quantidade e pessoas que achavam convenientes. Nunca soubemos os “porquês” disso.

15. O coronel Octávio Miranda, conforme entrevista com o seu filho, Valmir Miranda, nesse período já tinha recebido baixa do exército, mas ainda ficava com a fama de ser coronel e essa ligação dele com os militares fez de alguma forma o Jornal O Dia ter sido menos perseguido do que os outros concorrentes?

R- Acredito que não, porque o Jornal O Dia foi o mais avançado da época, por incrível que pareça, era um veículo que pertencia a um militar, o Cel. Octávio Miranda, já reformado, mas foi o único do Piauí que fez um editorial contra a Polícia Federal, exatamente nesse período. Por isso que houve essa reação toda, porque o Jornal questionou a ação da Polícia Federal em várias situações.

16. Então, em sua opinião não houve interferência pelo fato de ele ter sido Coronel?

R- Aliás, na minha visão acho que o coronel foi ousado. Pelo fato de ser militar ele tinha mais coragem do que muita gente não tinha patente nenhuma. Então, ele deixava acontecer, entendeu. O coronel, nunca, nunca chegou à redação para dizer que não queria que falasse sobre determinado assunto. Ele nunca fez isso. O Jornal tinha uma linha de comportamento, sempre foi de centro, nunca foi de esquerda ou de direita, mas ele sempre dizia: “o meu jornal, é um jornal para dar notícia, eu não quero fazer nem oposição e nem apologia a nenhum tipo de político. Eu quero que o jornal seja bom e bem feito”. E pra isso, ele investiu muito, em tecnologia, comprou impressoras, trouxe editores de fora para poder trazer uma visão maior do jornalismo e aqui nós tivemos grandes editores, inclusive às vezes a gente chegava até a contrariá-los, porque eles eram muito avançados, mas espera aí e eles diziam: “está bom, então vá em frente”. Ele nunca interferiu na redação, de maneira nenhuma, a não ser para pedir alguma coisa, pesquisar sobre as notícias, os amigos dele os amigos dele que chegavam aqui pra visitá-lo. Fora isso, ele não fazia mais nada.

17. Quando a gente vai analisar e pesquisar a memória do Jornal O Dia temos dificuldades, diante da falta de documentos. Vocês não chegaram a guardar nada daquela época, porque em Goiás, tem um livro feito sobre o período, inclusive no meu projeto falo sobre, onde o autor que é jornalista o Javier Godinho, apresenta os prints dos documentos enviados pelos censores e aqui a gente não encontra. Não existem com vocês documentos que possa ajudar na pesquisa?

R- Perdemos uma grande chance de guardar os telegramas, porque era uma verdadeira farra desses telegramas. A gente nunca tirava do quadro, estavam sempre lá para chamar atenção. A gente fez fotos, mas terminou e não houve um trabalho em cima disso, porque era interessante. O que a gente fazia aqui era só dificultar o trabalho desse povo, mas nada. Eles chegaram aqui e pediram para diminuir o tamanho da porta da entrada. Aqui a porta era de ferro que enrola, aí foi feita uma bem pequenininha e para a pessoa entrar tinha que se abaixar. Eles chegavam às 18h e 19h da noite e então só tinha um vigia. E certa vez estava chovendo, um desceu do carro e bateu com a cabeça. Deu um corte enorme na cabeça e ele ficou sangrando lá no chão e ninguém deu atenção pra ele, pois a gente tinha raiva dele. Coisas desse tipo que a gente fez (risos), até maldade a gente fazia (risos). Mas enfim, que houve perseguição não.

18. Quais os jornalistas mais atuantes na redação do Jornal O Dia?

R- O jornalista mais atuante aqui era o Alberone Lemos Filho, que era proveniente do Estado de São Paulo, ele tinha uma estrutura boa de rádio, de comunicação, de jornal na casa dele mesmo ele recebia as informações. O Alberone era uma pessoa centrada e um excelente jornalista, mas sabia que havia limites pra poder trabalhar e tentava forçar isso de uma forma profissional. Ele era muito visado e tinha ficha de todo tamanho, no Dops, mas nunca chegou a ser preso. Foi detido, chamado. Aqui no Jornal também aconteceu com profissionais da área de humor. Tinha um Paulo, que fazia a página e foi também um dos criadores desta no Jornal, foi na polícia algumas vezes, o BSÁ que fazia com ele também, enfim foi na área de humor. A gente fazia aquele humor político, pra tentar fazer alguma coisa. Não houve essa perseguição.

19. O Jornal O Dia tinha proximidade com políticos piauienses, mais do que os outros na sua visão?

R- Não. O Jornal tinha uma linha conservadora, no aspecto político. Mas é notório que os jornais de uma forma em geral, ficam próximo de quem está no poder. Isso sempre houve

e não há como. É por uma questão de sobrevivência. Você fazer oposição ao governo não é fácil. Agora é até mais fácil, com diferenças, mas não havia independência com relação aos políticos que estavam no poder. O Cel. Octávio Miranda era muito amigo do Petrônio Portela. E foi um político muito ascendente neste período.

20. O Cel. Octávio Miranda era filiado a algum partido?

R- Ele foi deputado estadual e constituinte. Não sei por qual partido. Acho que foi pelo PTB, mas em 1948, ele foi constituinte em Teresina, por algumas legislações. Depois ele saiu da política e não quis mais saber, deixou até a filiação.

21. Mas ele continuava acompanhando a política nacional e local?

R- Sim, até porque quem tem um jornal, numa cidade como Teresina, não poderia ficar ausente, não há como. Mas aquela política partidária mesmo ele não fazia. Tinha os amigos políticos dele, claro e evidente.

22. Os amigos políticos do Cel. Octávio Miranda andavam muito na redação?

R- O Petrônio andava muito aqui. Era muito amigo dele e às vezes vinha se esconder aqui, pois era muito assediado na época. Vinha pra ficar com o coronel a manhã ou à tarde inteira. Mas pra se afastar do assédio, porque era muito procurado. Ele não podia chegar sozinho. Arranjava um jeito de ficar com o Coronel, almoçando em alguns momentos com o amigo, Tudo pra ficar longe.

23. Em 1968, o senhor lembra quais os principais jornalistas que trabalhavam no Jornal o Dia?

R- Os jornalistas dessa época da imprensa piauiense, ou eram do Jornal O Dia ou saíram do impresso para trabalhar em outros. O jornalista mais conhecido, pela forma combatente na época era o Deoclécio Dantas, Carlos Augusto, Herculano Moraes, um pouco mais tímido, mas combatente também, Pompílio Santos, que era o editor, Carlos Said que era da área de esportiva, o envolvimento político dele era pequeno. Ted Ribeiro, José Lopes dos Santos, que era diretor da rádio difusora, que era também muito combativo e surgiram outros que faziam mais as notícias locais. Os jornalistas eram esses. A maioria dos jornais havia colaboradores, pessoas que escreviam em formatos de artigos. O Jornal só veio ter uma cara a partir de 1970. Foi quando eles (redações) se profissionalizaram. O Dia fez grandes investimentos, comprou equipamentos novos, mudou o processo que antes era tipográfico, que era muito ruim pra fazer, porque dava uma trabalhadeira pra fazer, todo dia aquele monte de coisa pra montar, fazendo com que o jornal ficasse lento.

Quando surgiu o processo offset nos anos 70, os jornais ganharam velocidade, ficaram rápidos, com mais folga. Aí foi que o Jornal O Dia trouxe gente muito boa para o Piauí, Wilson Fernando que era piauiense, mas que vivia no Ceará, o Wanderlei Barbosa, excelente jornalista, Roberto Junquile, que foi um dos nossos melhores editores, que deu cara para o impresso, criou pautas, colunas, criou Sampa jornal, diagramação. Foi quando se deu o formato de Jornal como ele é hoje, a partir de 1970. Antes disso a coisa era mais artesanal.

24. Quais as maiores dificuldades encontradas por conta desse processo?

R- Tínhamos dificuldades de publicar uma fotografia, dava uma trabalhadeira, além de cara, a qualidade não era boa e o resultado terminava sendo ruim, porque a impressão não era boa.

25. No Jornal O Dia teve algum tipo de censura quanto a imagens?

R- Do meu conhecimento não, até porque usar imagens não era uma coisa fácil. Não havia tecnologia. Então, era ruim a gente fazer determinado tipo de coisa. O que havia era o seguinte: como o comportamento dos teresinenses era familiar, onde todos eram familiares, cidade pequena, onde todos se conheciam e tinham certa relação com o outro e o que havia na questão da censura, era porque diziam coisas desse tipo: aqui é da família tal, ninguém publica, não sai no jornal. Era desse tipo, mas nada haver com censura de governo e coisa nenhuma. A censura era da própria sociedade que tinha um comportamento e era cúmplice desse tipo de coisa.

26. Os censores quando chegavam aqui eles tinham contato com os jornalistas?

R- Censor nunca houve dentro do Jornal O Dia. Tinham os agentes públicos que só entregavam os comunicados da censura. Ele era um agente do povo. Agora como aconteceu em São Paulo e em outros jornais em que os policiais entravam nas redações, embaralhavam as paginações porque nesse tempo era difícil fazer jornal na tipografia, empastelavam as produções e estragava a redação. Aí terminavam botando aqueles poemas que o Estado de São Paulo, botou tanto, de Camões, porque já estava feito e refazer o Jornal era difícil. Então, quando a gente via o poema era porque tinha sido censurado. Ninguém sabia os motivos, mas estava censurado.

27. Por que eles faziam isso?

R- Por que era a única forma de fazer o Jornal rapidamente. A gente passava duas ou três horas pra fazer uma página. O cara chegava e desmanchava em um segundo, pronto, o

jornal não saía no dia seguinte. A ideia era de que o jornal não saísse no dia seguinte. Essa era a grande proposta da censura: proibido o jornal circular. Aí o que faziam, colocavam um poema ou deixa branco, ou bota uma cruz, mas deixa, porque era a única forma de o jornal circular no dia seguinte. E todo mundo sabia que aquilo ali era uma censura. Não podia nem colocar censurado. Tinha que sair somente daquele jeito.

28. O senhor chegou a visitar o DOPS, em Teresina?

R- Várias vezes.

29. Como era o DOPS nessa época?

R- Era uma delegacia comum, como todas.

30. Tinham presos?

R- Sim, prendiam as pessoas por achar graça. Colocavam as pessoas lá e ninguém sabia, tinha sala de torturas.

31. Os movimentos de esquerda o senhor lembra quem eram os representantes? E como eles eram em Teresina?

R- Muito pouco. Saíam às matérias, mas ninguém não assinava. Tinham um medo danado de assinar. Até mesmo quando começaram a usar, *Abaixo o AI-5*, as pichações, a gente não publicava aquelas fotos, era proibido se publicar. O que a gente fazia era um truque para publicar no Jornal, a gente fazia uma fotografia de uma outra coisa, por exemplo, deixando como pano de fundo, aquele *Abaixo o AI-5*, ou seja, a gente não publicava nada sobre aquela mensagem, mas deixava ela lá no fundo, no muro. Entrevistava alguém com aquele negócio lá no fundo, e destacava a foto para aparecer aquela mensagem. Mas era muito difícil fazer oposição direta, porque todo mundo tinha medo, os jornais tinham medo de fazer isso.

32. Então, não tinha cobertura?

R- Não. E a cobertura de rua era muito pequena.

33. Mas existiam movimentos?

R- Sim, existiam sim.

34. Nas reportagens a gente percebe que os movimentos estudantis eram intensos, até mais do que hoje? O senhor lembra-se disso?

R- Tinha as reuniões que eles faziam. Chegavam lá e faziam zoadas.

35. O senhor lembra quem era o principal nome do movimento estudantil da época?

R- Uma das figuras que houve aqui na época foi o Jesualdo Cavalcante, que foi deputado federal, depois prefeito, foi um dos caras que resistiu muito. Também teve o Nogueira Filho, que também foi preso, foi deputado. Essa turma era de oposição, foram para o MDB, mas o Doutor Celso Barros foi inclusive cassado, enfim o deputado lá de Picos, o Severo Eulálio que era uma resistência enorme. Os grandes nomes foram o Severo, o Nogueira, o Professor Camilo Filho, da universidade. Ele era muito inteligente, tinha oratória boa e sabia usar as palavras, para fazer as colocações corretas nas reuniões. O Arimatéia Tito Filho também tinha oposição.

36. Arimatéia Tito era um militante filiado a algum partido?

R- Não sei. Eu sei que ele foi da Academia Piauiense de Letras por muitos anos, foi secretário, era um figura intelectual importante, uma pessoa maravilhosa, inteligente do estado do Piauí. Os intelectuais reagiram de forma muito velada, eles tinha uma postura firme. Tínhamos a OAB que também foi resistente no Brasil inteiro. O Reginaldo Furtado, que era vice- presidente da OAB, que era muito atuante, principalmente depois que a dona Lídia morreu, Mandaram uma carta bomba para a OAB, do Rio de Janeiro, e quando ela abriu, a bomba explodiu e ela morreu morreu. Depois disso a OAB passou a ter uma ação muito mais resistente.

37. Aqui houve esses casos de terrorismo?

R- Não. O que houve aqui foi quando o movimento estourou mesmo, quando não tinha mais jeito, aconteceram vários eventos, o governador da época quando aconteceu à transição aqui era o Hugo Napoleão. E aí os movimentos começaram a surgir, mas no período pesado mesmo, todo mundo fazia muito quietinho as coisas. Houveram prisões, claro que aconteceram, mas não assim de grandes repercussões. A de maior foi o Nogueira Filho, que passou uns dias lá 25 BC, teve o Dr. Celso.

38. Onde funcionava o Dops nessa época?

R- O Dops funcionava respectivamente onde era a Secretaria de Segurança mesmo, na rua Félix Pacheco. Naquele prédio antigo funcionava a delegacia do Dops. A estrutura policial era pequena, não tinha essa coisa enorme, alguns casos iam para a Polícia Militar para ficar lá detido, outros iam para o 25 BC.

39. O 25° BC funcionava pra isso?

R- Era o ponto mais pesado, mas essas informações a gente sabe que elas aconteceram Mas à gente não noticiava, não podíamos. Eles faziam isso na calada da noite, pegava as

pessoas, levavam para lá, depois soltavam quando a pessoa não falava nada. Investigação policial sempre houve. Mas dentro do Jornal, por ter noticiado algum fato não aconteceram prisões. O grande opositor foi o Estado de S. Paulo, foi o que levou a grande bandeira de oposição ao regime.

40. Vocês acompanhavam as oposições do Estadão aqui no Piauí?

R- Sim. Todo acompanhava a situação do Jornal O estado de S. Paulo, como o Pasquim e a imprensa alternativa fazia grande oposição. Fizeram trabalhos bons, com denúncias. O Estadão tirou de um período lá a contagem dos anos do jornal, pois não consideravam que naquele período o veículo existiu. Isso porque não era o Jornal que eles queriam fazer, por conta da censura. Tiraram esses anos. O Jornal tinha 100 anos e passaram a subtrair esse período após AI-5. Era um jornal censurado.

41. Alguns desses jornais recebiam incentivos fiscais do papel e por isso aceitavam a censura imposta?

R- A perseguição foi muito grande. O que eles podiam fazer? Mexiam no bolso. Não houve muita coisa, eles nunca deram papel de jeito nenhum. Porque o papel continua sendo isento de impostos como ainda hoje ele é. O papel no jornal é imune, não se paga imposto por isso. Mas na época havia, por exemplo, incentivos fiscais. Ele não tinha imposto, mas tinha incentivo. O ele custava 10, o estado pagava cinco. Isso foi tirado. Mas foi mais pra atender uma política econômica. Eles fizeram isso com vários segmentos.

42. Quando o AI-5 deixa de vigorar, em 1978, com determinação e tudo o senhor lembra como foi o processo?

R- O governo na época não tinha assessoria de imprensa, não tinha Secretaria de Comunicação e aconteceu um fato importante, pois os jornalistas que trabalhavam nas redações passaram a trabalhar para o Estado. O governo criou um negócio chamado de Secretaria de Comunicação, assessoria de comunicação, coisa desse tipo e empregou quase todos os jornalistas no governo. Então ninguém ia falar mal do governo, já que eram funcionários dele. A censura passou a ser autocensura praticamente. Aqui no Piauí, nós fizemos uma resistência com relação a isso, criamos o Clube do Repórter do Piauí, justamente pra resistir esse tipo de amarra que o governo fez. Com o Clube do Repórter fizemos uma resistência e um dos artigos que criamos era de que você fazer parte, não poderia ter nenhuma função pública, função em governo, não podia trabalhar em

assessoria de governo, coisa nenhuma. Para inibir que as pessoas fossem lá para o clube do repórter para dedurar quem estava lá. A gente tomava uma cervejinha, né, evidentemente, mas também tinha umas conversas sobre política local, e temíamos que pessoas que tivessem no governo, dedurassem. Porque iam pra lá e depois ia entregar lá na frente. Era sacanagem fazer isso. Por isso, proibimos essa turma que trabalhasse para o governo participasse. Mas veja bem, como as coisas são interessantes, isso foi diminuindo, a questão da censura foi acabando, a imprensa não falava mais nisso. Também ninguém falava mal de governo nenhum, fazer denúncia, coisa nenhuma, porque tudo era empregado do governo. A imprensa aos poucos acabou esse papel. Nós acabamos tirando esse artigo para poder dar posse ao José Lopes dos Santos, que foi ser Secretário de Governo e era um membro importante do Clube do Repórter. Deixamos ele como membro, tiramos o artigo e foi uma briga danada pra acabar com isso. Enfim, a imprensa virou barriga branca, safada, com um bocado de jornalistas preguiçosos, trabalhando para o governo, recebendo dinheiro. Eles faziam o seguinte: recebiam a metade do salário no governo e outra metade nas redações. Com isso o salário das redações dos jornais caiu para valores ridículos, porque eu tava aqui, mas vou pro outro e trabalho nos dois. Aí ficou um bocado de jornalista ruim, que não sabiam de coisa nenhuma, oportunistas. Foi um período muito ruim, essa transição. Depois surgiu o Sindicato dos Jornalistas, que começou a trabalhar para criar o curso de jornalismo. Fizemos um curso piloto, com o pessoal da PUC.

43. O senhor chegou a fazer parte da diretoria do sindicato?

R- Fiz e ainda hoje sou. Nunca deixei de ser. Na época tinha o Maurício Azedo, que era presidente do Sindicato dos Jornalistas e houve uma dificuldade na minha inscrição, para eu receber meu registro profissional, porque a lei veio proibindo uma série de acessos. Mas eu tinha direito a exercer a profissão, porque já tinha muito tempo. O primeiro registro de repórter fotográfico do Piauí é o meu. Eu consegui através das pressões feitas pelo Maurício, fomos visitar a Delegacia do Trabalho, e chegamos lá descobrimos que a moça que proibia todo mundo de entrar lá, não tinha competência para exercer o cargo, porque não era advogada. Ela julgava porque era amiga do diretor. Isso aconteceu. Enfim, tipo assim, nada de censura, apenas questões administrativas.



Em meio ao endurecimento do regime instaurado após 1964, o Ato Institucional nº 5 marcou um dos períodos mais sombrios da história brasileira, atingindo diretamente as bases da liberdade de expressão.

Nesta obra, o leitor é conduzido a uma análise profunda sobre os impactos da censura na imprensa, com foco no jornal O Dia, importante veículo piauiense. Ao revisitar as edições publicadas nos dias que sucederam a decretação do AI-5, o estudo revela como o medo, a vigilância e a repressão moldaram discursos, silenciaram vozes e transformaram práticas jornalísticas, evidenciando os limites impostos à informação e à crítica naquele contexto autoritário.

Mais do que um resgate histórico, este livro propõe uma reflexão crítica sobre o papel do jornalismo em tempos de crise democrática. Ao articular memória, história e comunicação, a pesquisa expõe as tensões entre alinhamento ideológico e resistência, trazendo à tona narrativas, estratégias e contradições presentes no fazer jornalístico sob censura.

Fundamentada em análise documental e relatos de profissionais da época, a obra contribui para a preservação da memória da imprensa brasileira e convida o leitor a compreender como os ecos desse passado ainda ressoam nas práticas e nos desafios contemporâneos da comunicação.

